



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**FRANCISCA CLOTILDE DE ANDRADE MAIA**

**REVISÃO POR PARES ABERTA: PERCEPÇÃO DOS EDITORES DE PERIÓDICOS  
CIENTÍFICOS INDEXADOS NO DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS**

**FORTALEZA**

**2023**

FRANCISCA CLOTILDE DE ANDRADE MAIA

REVISÃO POR PARES ABERTA: PERCEPÇÃO DOS EDITORES DE PERIÓDICOS  
CIENTÍFICOS INDEXADOS NO DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Mediação e Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M186r Maia, Francisca Clotilde de Andrade.  
Revisão por pares aberta : percepção dos editores de periódicos científicos indexados no Directory of Open Access Journals / Francisca Clotilde de Andrade Maia. – 2023.  
167 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Maria Giovanna Guedes Farias.
1. revisão por pares aberta. 2. diretrizes para revisão aberta. 3. directory of open access journals. 4. periódicos científicos. I. Título.

CDD 020

---

FRANCISCA CLOTILDE DE ANDRADE MAIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Mediação e Gestão da Informação e do Conhecimento.

Aprovado em: 31/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias (membro interno)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Maria das Graças Targino (membro externo)  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

---

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (suplente interno)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino (suplente externo)  
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Aos meus pais, à minha irmã, à minha família e  
aos meus amigos.

## AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é, para mim, uma das partes mais difíceis. Nem sempre consigo dimensionar em palavras o sentimento de gratidão, e mencionar todos que contribuíram direta ou indiretamente para que eu chegasse até aqui é correr o risco de esquecer alguém, já que ao longo dos anos muitas pessoas passam por nossa vida, mas vou tentar.

À minha mãe, Vilani, ao meu pai Ribamar, à minha irmã, Monalisa e à minha família, que ao longo de todos esses anos sempre estiveram presentes, me incentivaram a estudar e a nunca desistir, mesmo nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

À professora Giovanna Guedes, orientadora da pesquisa, pela parceria desde a graduação, pela paciência, pelo estímulo a sempre tentar melhorar, pelo voto de confiança e pela atenção e cuidado. Sem sua orientação esse trabalho não seria o mesmo.

Aos membros da banca examinadora pelo tempo, esforço e compreensão dedicados ao exame desta dissertação. À professora Gabriela Belmont, sou profundamente grata por suas contribuições, incentivos e parcerias nos últimos anos e à professora Maria das Graças Targino, uma grande referência para mim ao longo destes anos de estudo, agradeço-lhes os seus valiosos comentários e avaliações. Ter em minha banca três grandes exemplos de pessoas, pesquisadoras, profissionais e mulheres é uma honra e uma oportunidade inenarrável. Gratidão eterna!

Ao professor Jefferson Veras Nunes e à professora Maria Cleide Rodrigues Bernardino por aceitarem participar como membros suplentes interno e externo da banca examinadora.

À minha valiosa amiga Patrícia Ferreira que tem acompanhado e me ajudado, desde 2011, a superar cada uma das etapas e desafios vivenciados ao longo dos anos. Gratidão pela amizade!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado) da Universidade Federal do Ceará (UFC), atualmente sob coordenação das competentíssimas professoras Giovanna Guedes e Lídia Eugenia. Durante os anos vivenciados no PPGCI tive oportunidades únicas de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e profissional. Por isso, estarei sempre à disposição do programa.

A Veruska Maciel, secretária do PPGCI/UFC. Impossível deixar de mencionar e agradecer a Veruska pelas inúmeras gentilezas, atenção e compreensão ao longo desses dois anos.

Aos meus colegas da Turma de Mestrado 2021, pelos diversos momentos de aprendizagem e descontração, mesmo que muitos tenham sido mediados por telas e webcams.

Aos professores do curso de graduação em Biblioteconomia da UFC, que proporcionaram a base para que eu pudesse ter chegado à Pós-Graduação, em especial à professora Virgínia Bentes, por quem tenho enorme estima e admiração.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), da qual tenho o maior orgulho de ser discente desde 2016.2 e que tem atendido os seus estudantes com um ensino de qualidade. Agradeço as inúmeras oportunidades de auxílios como bolsas, restaurantes universitários, encontros e muito mais.

Às agências de fomento, em especial ao CNPq, durante a graduação, e à Funcap, durante o mestrado. Sem as bolsas e auxílios eu não poderia me dedicar integralmente aos estudos e à pesquisa científica.

O que é reverenciado em um país será cultivado nele (Platão).

## RESUMO

A revisão aberta é um modelo de avaliação das produções científicas alinhado às práticas da Ciência Aberta e pautado em pilares como transparência, colaboração e ética. Por possuir diferentes características, há divergências na literatura acerca de sua definição, discutida de forma cada vez mais frequente, como mostram os autores que investigam a temática. Nesse sentido de crescentes debates, pesquisadores apontam a necessidade de desenvolver orientações para a adoção e implementação de características da revisão aberta. Nesta perspectiva, questiona-se se há na literatura científica instruções para a adoção da revisão aberta, e, além disso, indaga-se quais as percepções dos editores de periódicos indexados como *open peer review (OPR)* no *Directory of Open Access Journals (DOAJ)* sobre a implantação destas características e práticas mais transparentes. A partir de tais indagações, este estudo objetivou mapear e analisar propostas, modelos, recomendações e percepções de editores sobre a adoção da revisão por pares aberta, a fim de propor diretrizes para implementação da *OPR* em periódicos científicos. De abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa é considerada bibliográfica, documental e survey, concretizada pela aplicação de questionário junto aos editores de periódicos científicos indexados no *DOAJ* como *OPR*. Os dados foram discutidos à luz das técnicas de análise de conteúdo de Bardin (2011) e de dados qualitativos de Yin (2016). Como resultado da busca na literatura por diretrizes para implementação da revisão aberta encontrou-se dois trabalhos que apresentavam direções gerais e específicas para a experimentação da revisão aberta. A percepção dos respondentes sobre a adoção de práticas de revisão aberta foi categorizada em quatro linhas de discussão: caracterização do modelo adotado, experiências utilizando a revisão aberta, procedimentos estabelecidos para implementação e conclusões acerca da adoção da revisão aberta. A respeito da caracterização do modelo adotado, as características identidades abertas e pareceres abertos são as mais utilizadas pelos respondentes. Entre as principais justificativas para a adoção da revisão aberta foram mencionadas a contribuição que esta proporciona para a melhoria do trabalho, a promoção da transparência e da comunicação e troca entre autores, avaliadores e autores e a valorização e o reconhecimento dos pareceristas. A maioria dos respondentes não percebeu reações da comunidade acadêmica em razão de adotar a revisão aberta, e em contrapartida, percebeu alterações nos pareceres, no sentido de serem mais respeitosos, detalhados e menos agressivos. Sobre os procedimentos para adoção da revisão por pares, a maior parte dos participantes seguiu um modelo próprio e declarou não dispor de soluções tecnológicas complexas. Por fim, os respondentes reiteraram a

importância da mediação editorial para o processo e o interesse em continuar adotando as práticas abertas de avaliação. Já a relação entre os dados obtidos na literatura e a percepção dos editores subsidiou a elaboração de diretrizes para implementação da *OPR* por periódicos que tenham interesse em experimentar práticas abertas em sua avaliação científica. Nesse sentido, as orientações são segmentadas por etapas: planejamento, implementação, avaliação e adaptação, amparadas pelo suporte e mediação do editor. Conclui-se que a revisão aberta é considerada um conceito com significados e aplicabilidades diversas, o que possibilitou, ao fim desta pesquisa, inferir como a sua adoção acontece de forma heterogênea entre os periódicos e como o anonimato opcional é considerado uma condição essencial para permitir que avaliadores e autores se sintam confiantes e não coagidos a experimentar a revisão aberta. Por fim, salienta-se que tanto a literatura quanto a percepção dos respondentes ressaltam a relevância de se atentar para as características da avaliação aberta, testar e avaliar os aspectos que mais se adequam aos interesses da revista e de sua comunidade, já que cada periódico pode ser considerado um canal ímpar de disseminação e comunicação científica.

**Palavras-chave:** revisão por pares aberta; diretrizes para revisão aberta; *directory of open access journals*; periódicos científicos.

## ABSTRACT

Open review is a model for evaluating scientific productions aligned with open science practices and based on pillars such as transparency, collaboration and ethics. Because it has different characteristics, there are divergences in the literature regarding its definition, which is discussed more and more frequently, as shown by authors who investigate the topic. In this sense of growing debates, researchers point out the need to develop guidelines for the adoption and implementation of open review characteristics. From this perspective, we question whether there are instructions in the scientific literature for the adoption of open review, and, in addition, we ask what are the perceptions of editors of journals indexed as open peer review (OPR) in the Directory of Open Access Journals (DOAJ) on the implementation of these more transparent features and practices. Based on such questions, this study aimed to map and analyze proposals, models, recommendations and editors' perceptions about the adoption of open peer review, in order to propose guidelines for implementing OPR in scientific journals. With a quantitative-qualitative approach, the research is considered bibliographic, documentary and survey, carried out by applying a questionnaire to the editors of scientific journals indexed in the DOAJ as OPR. The data were discussed in light of Bardin's (2011) content analysis techniques and Yin's (2016) qualitative data. As a result of the search in the literature for guidelines for implementing open review, two works were found that presented general and specific directions for experimenting with open review. The respondents' perception about the adoption of open review practices was categorized into four lines of discussion: characterization of the model adopted, experiences using open review, procedures established for implementation and conclusions about the adoption of open review. Regarding the characterization of the model adopted, the characteristics of open identities and open opinions are the ones most used by respondents. Among the main justifications for adopting open review, the contribution it provides to improving the work, the promotion of transparency and communication and exchange between authors, evaluators and authors and the appreciation and recognition of reviewers were mentioned. The majority of respondents did not notice reactions from the academic community due to adopting the open review, and, on the other hand, noticed changes in the opinions, in the sense that they were more respectful, detailed and less aggressive. Regarding the procedures for adopting peer review, most participants followed their own model and declared that they did not have complex technological solutions. Finally, respondents reiterated the importance of editorial mediation for the process and the interest in continuing to

adopt open evaluation practices. The relationship between data obtained in the literature and the editors' perception supported the development of guidelines for the implementation of OPR by journals that are interested in experimenting with open practices in their scientific evaluation. In this sense, the guidelines are segmented into stages: planning, implementation, evaluation and adaptation, supported by the editor's support and mediation. It is concluded that open review is considered a concept with different meanings and applicability, which made it possible, at the end of this research, to infer how its adoption occurs heterogeneously between journals and how optional anonymity is considered an essential condition to allow that reviewers and authors feel confident and not coerced into trying open review. Finally, it is important to highlight that both the literature and the respondents' perception highlight the relevance of paying attention to the characteristics of open evaluation, testing and evaluating the aspects that best suit the interests of the journal and its community, since each journal can be considered a unique channel for scientific dissemination and communication.

**Keywords:** open peer review; open review guidelines; directory of open access journal; scientific journals.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diferença entre canais formais e informais.....	26
Figura 2 - Modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith.....	27
Figura 3 - Capa da revista <i>Philosophical Transactions</i> .....	31
Figura 4 - Fluxo do processo de revisão por pares.....	33
Figura 5 - Tipos de revisão por pares no <i>DOAJ</i> .....	45
Figura 6 - Classificação das características encontradas por Ford.....	49
Figura 7 - Características identificadas por Ross-Hellauer.....	50
Figura 8 - Artigo publicado com nome dos avaliadores.....	55
Figura 9 - Ferramentas tecnológicas de suporte à revisão aberta.....	59
Figura 10 - Tela de designação de avaliador e tipo de avaliação.....	60
Figura 11 - Taxonomia da Ciência Aberta.....	68
Figura 12 - Cursos do Programa de Formação Modular sobre Ciência Aberta.....	71
Figura 13 - Atores e níveis de intervenção para a adoção da ciência aberta.....	73
Figura 14 - Significados de mediação para Belmonte.....	78
Figura 15 - Formulário de avaliação com opção de escolha para publicação do parecer.....	81
Figura 16 - Parecer publicado pela Encontros Bibli.....	82
Figura 17 - Pareceres publicados na revista Encontros Bibli v. 28.....	83
Figura 18 - Formulário de conformidade com a Ciência Aberta - Revisão aberta.....	84
Figura 19 - Artigo depositado como preprint e publicado com a identidade das avaliadoras.....	85
Figura 20 - Parecer publicado pela Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso.....	86
Figura 21 - Rodapé de artigo publicado com o nome dos pareceristas.....	87
Figura 22 - Descrição do processo de avaliação da 11ª edição da ConfOA.....	88
Figura 23 - Refinamento de busca para definir grupo amostral.....	93
Figura 24 - Etapas de análise de dados qualitativos.....	97
Figura 25 - Fluxograma de procedimentos metodológicos.....	99
Figura 26 - Abordagem baseada em processo-produto.....	102
Figura 27 - Palavras-chaves adotadas nas descrições dos periódicos.....	109
Figura 28 - Categorias de análise para discussão dos resultados.....	113
Figura 29 - Etapas de orientação das diretrizes.....	137

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplos de práticas antiéticas.....	47
Quadro 2 - Vantagens e desvantagens da revisão aberta.....	57
Quadro 3 - Escolas de pensamento da Ciência Aberta.....	67
Quadro 4 - Diretrizes para implementação da revisão aberta de Ross-Hellauer e Görögh.....	106
Quadro 5 - Caracterização dos periódicos.....	109
Quadro 6 - Grande Área de escopo dos periódicos.....	113
Quadro 7 - Modelo de revisão adotado pelos periódicos.....	114
Quadro 8 - Tempo de utilização da revisão aberta.....	115
Quadro 9 - Características da revisão aberta adotadas pelos periódicos.....	116
Quadro 10 - Justificativa para adoção da revisão aberta.....	119
Quadro 11 - Reação da comunidade acadêmica em razão da adoção da revisão aberta.....	122
Quadro 12 - Alteração nos aspectos relacionados ao parecer.....	125
Quadro 13 - Soluções tecnológicas utilizadas.....	131
Quadro 14 - Diretrizes metodológicas para implementação da revisão por pares aberta.....	139

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
APC	Article Processing Charges
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Bireme	Biblioteca Regional de Medicina / Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
Brapci	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBISSN	Centro Brasileiro do ISSN
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ConfOA	Conferência Lusófona de Ciência Aberta
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
DOAJ	Directory of Open Access Journals
DOI	Digital Object Identifier
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Foster	Facilitate Open Science Training for European Research
GDPR	General Data Protection Regulation
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISSN	International Standard Serial Number
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
OJS	Open Journal Systems

OMS Organização Mundial da Saúde

ORCID iD Open Researcher and Contributor ID

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde

OPR Open peer review

PKP Public Knowledge Project

PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAC Revista de Administração Contemporânea

RAP Revista de Administração Pública

SciELO Scientific Electronic Library Online

SEER Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

TICs Tecnologias da Informação e Comunicação

UFAL Universidade Federal de Alagoas

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFPR Universidade Federal do Paraná

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Periódicos científicos.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO POR PARES.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Aspectos históricos e contextuais da revisão por pares.....</b>	<b>37</b>
<b>3.2</b>	<b>Modalidades de revisão por pares.....</b>	<b>43</b>
<b>3.3</b>	<b>Revisão por pares aberta.....</b>	<b>48</b>
<b>3.4</b>	<b>Ciência aberta: primórdios e ecossistema.....</b>	<b>61</b>
<b>3.5</b>	<b>Contribuição da mediação da informação editorial no contexto da revisão por pares aberta.....</b>	<b>77</b>
<b>3.6</b>	<b>Iniciativas de adoção da revisão aberta pela comunidade acadêmica nacional e internacional.....</b>	<b>80</b>
<b>4</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>90</b>
<b>4.1</b>	<b>Definição do grupo amostral, procedimentos e instrumentos de coleta, aspectos éticos e métodos de análise de dados.....</b>	<b>92</b>
<b>4.1.1</b>	<b><i>Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....</i></b>	<b>94</b>
<b>4.1.2</b>	<b><i>Aspectos éticos da pesquisa.....</i></b>	<b>95</b>
<b>4.1.3</b>	<b><i>Métodos de análise de dados.....</i></b>	<b>96</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>101</b>
<b>5.1</b>	<b>Orientações encontradas na literatura.....</b>	<b>101</b>
<b>5.2</b>	<b>Os periódicos científicos indexados no Directory of Open Access Journals adeptos da revisão aberta e a percepção de seus editores.....</b>	<b>107</b>
<b>5.2.1</b>	<b><i>Caracterização dos periódicos analisados.....</i></b>	<b>107</b>
<b>5.2.2</b>	<b><i>Percepção dos editores acerca da revisão aberta.....</i></b>	<b>110</b>
<b>5.3</b>	<b>Proposição de diretrizes.....</b>	<b>136</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
	<b>APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (QUESTIONÁRIO).....</b>	<b>160</b>

<b>APÊNDICE B - REGISTRO DO CONSENTIMENTO E DO ASSENTIMENTO.....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE C - PLANO DE GESTÃO DE DADOS.....</b>	<b>164</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência é compreendida como um conjunto de conhecimentos, que tem origem a partir da execução do método científico, uma série de técnicas e procedimentos sistematizados de experimentação e validação de teorias e hipóteses. A utilização de métodos científicos reside na tentativa de compreender determinados fenômenos, sejam sociais, naturais, físicos ou biológicos e seus impactos e contribuições para a vida em sociedade.

A comunicação desse tipo de conhecimento é disseminada por meio de canais definidos como formais e informais de informação. Dentre as principais vias formais estão os periódicos científicos, também conhecidos como revistas científicas e livros, e quanto as vias informais há os eventos científicos, debates e outros modos de comunicação oral.

A fim de garantir a confiabilidade, a clareza e a qualidade das informações científicas divulgadas pelos canais formais e informais, seja para a comunidade acadêmica ou para a sociedade, faz-se necessário utilizar mecanismos ou procedimentos para seu controle e avaliação. Dessa forma, há mais de três séculos, este processo de avaliação é conhecido como revisão por pares, avaliação por pares ou sistema de arbitragem, o qual se consolidou como um procedimento basilar na comunicação da ciência, haja vista sua função de aferir o que é gerado enquanto conhecimento para compor o universo de fundamentos denominado ciência.

Este processo de avaliação, que ocorre principalmente nos periódicos e com a mediação e gestão do editor científico e de uma equipe editorial, visa garantir o respaldo das produções científicas e das informações veiculadas, em razão do papel dos avaliadores, ou seja, dos pares. Também chamados de pareceristas, os pares são pesquisadores selecionados pelo editor para apreciar as pesquisas submetidas à revista. Teoricamente, os pares devem atuar na mesma área ou linha de investigação científica e ter experiência e capacidade necessárias para analisar os trabalhos a partir de uma série de critérios preestabelecidos, a exemplo da originalidade, inovação, contribuição para a ciência, atendimento às normas da revista e adequação dos procedimentos metodológicos científicos.

Para garantir a objetividade, imparcialidade e diminuição da ocorrência de vieses e discriminação na avaliação, convencionou-se a utilização de modelos de avaliação cega. Dentre estes modelos, os mais utilizados são o simples-cego, em que a identidade do parecerista permanece oculta para o autor e o modelo duplo-cego, no qual ambas as identidades são ocultas (Silva; Silveira; Mueller, 2015).

Tais modelos de avaliação são amplamente adotados pelos periódicos científicos e aceitos pela comunidade acadêmica. No entanto, apesar da aceitação, recebem críticas que incluem o longo tempo entre o período de submissão e a publicação do manuscrito, a ausência de transparência do processo, possíveis conflitos de interesses entre revisores e autores, avaliações superficiais, falta de reconhecimento da função de pareceristas, entre outras.

Em razão da importância e da influência da revisão por pares na construção do conhecimento científico, e, conseqüentemente, no desenvolvimento social e tecnológico, faz-se relevante analisar a aplicabilidade e a viabilidade de outros modelos de escrutínio que garantam o rigor necessário da avaliação e o alinhamento às boas práticas científicas.

Além disso, em decorrência do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente a internet, novas práticas e paradigmas têm sido discutidos pela comunidade acadêmica, a exemplo da Ciência Aberta, movimento que visa proporcionar o desenvolvimento do fazer científico como um processo mais transparente, econômico, acessível, colaborativo e participativo. Este novo paradigma atua em diversas frentes ou domínios, discutindo temáticas que versam sobre o acesso aberto e irrestrito às publicações científicas, disponibilização, gerenciamento e reuso de dados, a importância da reprodutibilidade da pesquisa, as aplicações da participação cidadã na ciência, o desenvolvimento e uso de recursos educacionais, bem como a disponibilização de cadernos abertos de laboratório e a revisão aberta, visando atender às críticas e reivindicações da comunidade científica por uma avaliação científica mais transparente e justa.

A partir do exposto, esta pesquisa busca estudar a revisão por pares aberta, que tem sido discutida com maior ênfase na literatura científica internacional e nos últimos anos também na bibliografia nacional, como aponta a pesquisa realizada por Pedri (2022) na literatura ibero-americana, bem como sua aplicabilidade na comunicação científica.

Para tal, questionou-se a existência de diretrizes metodológicas na literatura científica que orientem a decisão de adoção do modelo de revisão por pares aberta. Além disso, perguntou-se ainda, quais as percepções dos editores de periódicos científicos indexados como *open peer review* no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), sobre a implantação da revisão por pares aberta.

Deste modo, para responder os questionamentos supracitados, o presente estudo teve como **objetivo geral** analisar propostas, modelos, recomendações e percepções de editores sobre a adoção da revisão por pares aberta, a fim de propor diretrizes para implementação da

*open peer review* em periódicos científicos. A partir disso, estabeleceu-se como objetivos específicos da pesquisa:

- a) investigar na literatura científica a existência de diretrizes e orientações para implementação da revisão por pares aberta;
- b) analisar a percepção de editores dos periódicos científicos adeptos à revisão aberta indexados no DOAJ acerca de suas experiências com a adoção desse modelo de avaliação, bem como averiguar a contribuição da mediação editorial para a implementação e utilização desse processo;
- c) propor diretrizes e orientações metodológicas para a adoção da revisão por pares aberta por periódicos científicos brasileiros.

A justificativa para a elaboração deste estudo delinea-se a partir de duas perspectivas: científica e social. Sob a ótica da justificativa científica, pode-se inferir que o sistema de revisão por pares é um dos pilares da comunicação científica, e, por conseguinte, da ciência. É por meio deste sistema que o conhecimento gerado por pesquisadores é validado e passa a compor conhecimento científico. Portanto, à medida que este processo é estudado e aperfeiçoado, há influência direta no desenvolvimento da ciência.

É nesta perspectiva e em busca do constante aperfeiçoamento das práticas científicas, que a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) - uma biblioteca eletrônica que possui notória influência na comunicação científica nacional e internacional, fruto de uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) (Targino, 2007) - estabeleceu novos critérios para indexação de periódicos em sua coleção e incentiva as revistas para que estejam cada vez mais convergentes e alinhadas com os princípios e domínios da Ciência Aberta, abrangendo desde a abertura da revisão por pares, até a disponibilização dos dados e a reprodutibilidade das pesquisas (Appel; Albagli, 2019) (Packer *et al.*, 2020).

Dessa maneira, torna-se relevante apresentar para os periódicos brasileiros as possibilidades existentes para tornar o processo de revisão por pares alinhado ao movimento de Ciência Aberta, uma vez que, conforme Shintaku, Brito, Ferreira Júnior e Barraviera (2020), é importante discutir a revisão aberta, haja vista a escassez na literatura científica brasileira de estudos sobre esta temática, especialmente no que diz respeito à ausência de procedimentos

metodológicos claros que orientem o processo de adoção da revisão aberta, conforme mencionado por Silva, Garcia e Targino (2021).

A justificativa social se apoia na relevância do processo de revisão por pares para a produção do conhecimento científico, pois à medida que o conhecimento evolui, a sociedade se beneficia de seus avanços e progressos nas mais diversas áreas do conhecimento científico, a exemplo dos avanços tecnológico e industrial, produzindo insumos e recursos que impactam diretamente a vida em sociedade.

Neste sentido, há a criação e o desenvolvimento de medicamentos, fórmulas e tratamentos mais eficazes e com menos efeitos colaterais à saúde dos pacientes; a exploração em maior escala de novas formas de energias renováveis para o desenvolvimento sustentável e menor dependência de combustíveis fósseis, que têm influência direta nas alterações climáticas e no aumento de temperatura do globo terrestre, assim como a criação de tecnologias que facilitam e aprimoram as TICs em nível mundial. Todos os aspectos mencionados anteriormente influenciam a vida humana e resultam dos esforços e investimentos em pesquisa científica para se concretizarem.

A avaliação aberta é um dos aspectos do movimento Ciência Aberta, que segue em direção ao *mainstream*, no entanto, ainda é pouco compreendida e lida com uma série de entraves em sua implementação (Ross-Hellauer; Görögh, 2019). Em vista disso, torna-se relevante apresentar diretrizes metodológicas que possam orientar editores e outros membros da comunidade científica quanto ao interesse em conhecer e aplicar o modelo de revisão aberta.

Portanto, esta pesquisa desenvolveu-se em seis seções. A primeira, denominada Introdução, apresentou os aspectos contextuais que deram origem a essa investigação, compreendeu a problemática, a lacuna de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa, sob a ótica científica e social.

A segunda seção foi designada Comunicação da Ciência e tratou do aporte teórico do estudo, que discorreu sobre os principais conceitos da Comunicação da Ciência, sua importância, as diferenças entre canais formais e informais e um modelo de comunicação científica. Ainda no segundo tópico, tratou-se da origem dos periódicos científicos e de características inerentes a esta modalidade de publicações.

A terceira seção, nomeada Revisão por Pares, abordou as definições e características da revisão por pares, as principais vantagens e desvantagens do processo, seu percurso histórico e suas primeiras manifestações. Discutiu-se também os diferentes tipos e modalidades de revisão por pares utilizados na comunidade científica, especialmente a revisão

aberta, seus conceitos, origem e relação com o movimento da Ciência Aberta e iniciativas acadêmicas nacionais e internacionais adeptas a essa modalidade de avaliação.

A quarta seção é intitulada *Percurso Metodológico* e apresentou a caracterização do estudo quanto à abordagem, tipos de pesquisa, aspectos éticos inerentes e técnicas de coleta e análise de dados alinhados aos objetivos e utilizados a fim de atender ao proposto pela investigação.

A quinta seção, estabelecida como *Análise e Discussão dos Resultados*, apresentou os resultados obtidos nas duas diferentes fases da pesquisa, que são, respectivamente, a busca na literatura por diretrizes metodológicas de implementação da revisão aberta e a percepção dos editores de periódicos indexados no *Directory of Open Access Journals* como adeptos à revisão aberta, coletada a partir da pesquisa *survey*.

A sexta seção, denominada *Considerações Finais*, contemplou o levantamento dos objetivos propostos pela pesquisa, retomou os principais resultados obtidos e apresentou as limitações e percalços percebidos, apontando as conclusões encontradas ao fim dessa investigação.

## 2 COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA

A comunicação da ciência é compreendida como o processo de transmissão e disseminação do conhecimento e dos resultados advindos das pesquisas científicas, tanto para cientistas e pesquisadores, bem como para a sociedade em geral. Targino e Torres (2014) inferem que independentemente do contexto histórico, a comunicação da ciência é fundamental e atua como alicerce para o desenvolvimento da sociedade, desde seus primórdios.

[...] a comunicação científica está no alicerce do desenvolvimento da espécie humana desde os primórdios, no momento em que, recorrendo a recursos os mais primitivos possíveis, o homem faz circular as mudanças por ele alcançadas, sempre em busca de uma vida melhor, seja no âmbito das comunidades tribais e/ou nômades, seja no contexto das sociedades fixas e evoluídas. Obviamente, trata-se de visão demasiadamente ampla (mas não equivocada) de que o desenvolvimento contínuo da humanidade ocorre graças à circulação de informações de naturezas distintas (Targino; Torres, 2014, p. 2).

As autoras entendem que, desde os primórdios da vida humana, apesar de um contexto distinto, o desenvolvimento da humanidade ocorre em razão da circulação dos diferentes tipos de informação, uma vez que o homem se ocupou em encontrar e fazer circular recursos e mudanças que favorecessem melhores condições para sua existência.

Meadows (1999) defende que a comunicação científica constitui o coração da ciência, tamanha sua relevância, como acreditam Droescher e Silva (2014), ao afirmarem que a comunicação científica é fundamental para o avanço da ciência, tendo em vista ser esse o fator que possibilita a troca de informações entre os cientistas. E essa troca é essencial para a manutenção do sistema de produção da ciência, que se baseia em um ciclo de retroalimentação. Ao apresentar o seu entendimento acerca do que é a comunicação científica, John Ziman, notório físico dos séculos XX e XXI, defende que:

A Ciência, por sua própria natureza, constitui um **conjunto de conhecimentos públicos**, aos quais cada pesquisador acrescenta sua contribuição pessoal, **corrigida e purificada pela crítica recíproca**. É uma **atividade coletiva**, na qual cada um de nós vai **construindo sua parte por cima do trabalho realizado pelos nossos predecessores**, numa colaboração competitiva com a dos nossos contemporâneos. A natureza do **sistema de comunicação**, portanto, é **vital** para a Ciência, situando-se virtualmente no âmago do **‘método científico’** (Ziman, 1981, p. 105, grifo nosso).

Entre os apontamentos do autor, é salutar ressaltar seu entendimento sobre a ciência como uma construção colaborativa e de caráter público, baseada em um ciclo de retroalimentação da informação, uma vez que as pesquisas científicas são construídas a partir

do conhecimento outrora avaliado e publicizado. Assim, de modo semelhante aos autores anteriormente mencionados, a comunicação científica desempenha papel essencial na manutenção e no desenvolvimento do conhecimento científico e da sociedade, que é diretamente influenciada pelos avanços científicos e tecnológicos.

Segundo Caribé (2015), o termo comunicação científica, cuja autoria é de John Desmond Bernal, tem sua origem no capítulo *Comunicação científica*, do livro *A função social da ciência*. Nesta obra, Bernal discorre acerca das atividades relacionadas à “produção, disseminação e uso da informação, desde o momento da concepção da ideia pelo cientista até a informação referente aos resultados alcançados ser aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos pelos pares” (Caribé, 2015, p. 90). Ainda nesta perspectiva, a autora compreende a comunicação científica como etapa relevante e integrante do processo de produção e desenvolvimento da ciência, tal qual a coleta e análise dos dados.

A autora interpreta o termo comunicação científica como um conceito de amplo significado na literatura científica, abarcando a existência de uma diversidade de outros conceitos mais específicos e subordinados, que descrevem as relações, os processos, o público-alvo e a natureza da comunicação científica, sendo alguns dos principais conceitos a difusão, divulgação, popularização e disseminação científica, bem como a compreensão e percepção pública da ciência.

Para Targino e Torres (2014) independentemente do conceito utilizado, é notório ressaltar que a tradução e comunicação do conhecimento científico e tecnológico para a coletividade social assume um papel incomensurável na construção do conhecimento de uma população. Dessa forma, não é o intuito dessa pesquisa discutir os pormenores e divergências conceituais de cada uma dessas concepções, mas é relevante ressaltar que todos esses termos estão diretamente relacionados às ações e atividades realizadas por cientistas que visam o compartilhamento da informação científica e tecnológica para diferentes grupos sociais (Caribé, 2015).

Em outra perspectiva de análise do conceito, Bueno (2010) compreende a comunicação científica como o compartilhamento de informação científica entre pesquisadores, ou pares, para que os avanços e descobertas em determinadas áreas do conhecimento tornem-se conhecidos pela comunidade acadêmica, seja por meio de artigos de pesquisa, relatos de experiência, entre outras formas de comunicação e que normalmente são disseminados em ciclos mais estritos, como em eventos e periódicos científicos.

A relevância da comunicação científica pode acontecer sob duas perspectivas, seguindo o entendimento de Guimarães e Hayashi (2015), pois, além de proporcionar o crescimento do conhecimento científico à disposição da humanidade, à medida que possibilita a disseminação desses saberes, também proporciona o reconhecimento dos pesquisadores e de suas produções mediante a comunidade acadêmica e seus pares.

Droescher e Silva (2014) acreditam que o diálogo e a troca de informações entre os pares têm diferentes objetivos, e entre eles estão, especialmente, a obtenção de respostas para indagações específicas, auxílio na atualização acerca dos novos estudos e tendências em determinadas áreas do conhecimento e o reconhecimento dos seus próprios trabalhos.

Essas interações entre pares podem acontecer de diferentes formas, especialmente por meio de canais de comunicação que podem ser distinguidos como formais ou informais. Para Guimarães e Hayashi (2015) os canais formais, ou canais de informação impressa ou escrita, utilizados para disseminar trabalhos já finalizados, passam por uma avaliação mais rigorosa, como a revisão por pares. Targino (2000, p. 18) cita como exemplos de comunicação científica formal “livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos, revisões de literatura, bibliografias de bibliografias”. Para Ziman (1981) a ciência depende desse tipo de canal por duas justificativas: a) conservar o registro público das investigações científicas, seus métodos e resultados, a fim de proporcionar posteriores citações e referências por parte de outros pesquisadores; b) oportunizar a crítica, a refutação, a reprodutibilidade e o aperfeiçoamento dos fatos propostos.

Os canais informais, também chamados de como comunicação oral, por Le Coadic (1996), são utilizados majoritariamente para a apresentação de pesquisas em andamento e com resultados parciais, sendo os eventos científicos, como seminário e congressos, os espaços privilegiados para esse tipo de comunicação, por permitir o aprimoramento da pesquisa mediante o debate entre os pares (Guimarães; Hayashi, 2015). Le Coadic (1996) ainda diferencia a comunicação oral entre formas públicas, representadas pelos eventos abertos à comunidade, e as formas privadas, que incluem conversas e correspondências.

Dessa forma, baseado nos apontamentos de Meadows (1999) e Le Coadic (1996), Targino (2000) apresenta as principais diferenças entre os tipos de comunicação:

Figura 1 - Diferença entre canais formais e informais

CANAIS FORMAIS	CANAIS INFORMAIS
Público potencialmente grande	Público restrito
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Direção do fluxo selecionada pelo usuário	Direção do fluxo selecionada pelo produtor
Redundância moderada	Redundância, às vezes, significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia
<i>Feedback</i> irrisório para o autor	<i>Feedback</i> significativo para o autor

Fonte: Targino (2000).

Conforme apresentado, os canais formais possuem um público potencialmente grande, o que pode ser exemplificado pelo livro, cuja distribuição tem a capacidade de atingir qualquer parte do globo terrestre, diferente dos canais informais, a exemplo de eventos científicos presenciais, em que o público é mais restrito.

Além disso, em razão de sua caracterização como comunicação escrita ou impressa (Le Coadic, 1996) os canais formais envolvem um tipo de informação cujo armazenamento e recuperação é mais acessível, diferente da informação informal, também denominada como informação oral, cujo armazenamento e recuperação, se não planejados antecipadamente, por meio de aparelhos de gravação, torna-se inviável.

Os canais formais, a exemplo dos livros, possuem informações que podem ser consideradas relativamente antigas, se levar em consideração que desde o processo de escrita pelo autor, há o período do fluxo editorial que envolve diagramação, editoração, publicação e distribuição, fato que pode impactar na atualidade da informação, diferente dos canais informais, em que as informações podem ser transmitidas de forma instantânea.

Em canais formais, a direção do fluxo a ser seguida é orientada pelo usuário, que possui autonomia para decidir o curso a percorrer, diferente dos canais informais, a exemplo de uma palestra, já que o produtor guia a sequência de informações a serem transmitidas.

Nos canais formais, a redundância das informações é moderada, tendo em vista que, caso haja algum detalhe cujo usuário não tenha compreendido, a releitura facilitará o entendimento, o oposto do que acontece nos canais informais, em que a informação transmitida por meio oral deve dispor de mais redundâncias, para que esteja claro para o usuário o objetivo da transmissão da informação.

De modo semelhante, os canais formais, por estarem registrados, permitem que seja realizada uma avaliação prévia de seu conteúdo, diferente dos canais informais, pois, por não estarem registradas em suporte, não há como avaliar a informação que está a ser transmitida.

E por fim, nos canais formais, há um *feedback* irrisório para o autor, tendo em vista que a interação entre produtor da informação e o usuário é quase nula, oposto ao que acontece nos canais informais, cujo uma das principais características é a interação social propiciada, resultando na possibilidade de um *feedback* significativo para o produtor.

Percebe-se que a comunicação é um fenômeno complexo que envolve a interação entre diferentes agentes, e com a comunicação científica não é diferente. Hurd (2000) esquematizou o modelo de comunicação científica proposto por Garvey e Griffith (1972), dois pesquisadores que buscavam compreender o fluxo de disseminação da informação científica na área de Psicologia, representado na figura 2:

Figura 2 - Modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith



Fonte: Hurd (2000).

Os autores chegaram à conclusão de que as primeiras formas de disseminação envolviam o *feedback* aos pares, que resultaram em um refinamento do produto da pesquisa, sendo essa uma etapa fundamental, pois, para eles, a interação com pares possibilita o aperfeiçoamento da pesquisa, e em caso de *feedback* positivo, há probabilidade de o estudo ir adiante é mais significativa. Em seguida, as etapas seguintes de disseminação estavam relacionadas aos processos de avaliação e seleção, voltados para a consolidação de um conjunto de conhecimentos integrado e testado, o qual é denominado ciência (Garvey; Griffith, 1972).

Portanto, é possível verificar no modelo proposto a presença de comunicações formais e informais, exemplificados no início do fluxo pelos seminários e colóquios, representantes das vias informais, em que a pesquisa completa foi apresentada, e em seguida a comunicação formal, na qual o manuscrito foi submetido para revisão e publicado em periódico científico ou em anais de eventos e conferências.

Para Oliveira e Noronha (2005) as pesquisas apresentadas por vias informais, quando concluídas, são disseminadas por meio das vias formais. Logo, tais canais, como já apresentados, possuem diferentes propósitos:

Os sistemas formal e informal servem a fins distintos quanto à operacionalização das pesquisas. Ambos são indispensáveis à comunicabilidade da produção científica, mas são utilizados em momentos diversos e obedecem a cronologias diferenciadas (Targino, 2000, p. 19).

Nesse sentido, é relevante ressaltar que apesar de possuírem propósitos distintos, os canais não são mutuamente excludentes, mas complementares, atuando cada um em uma perspectiva distinta de comunicação da ciência (Meadows, 1999; Targino; Torres, 2014).

É possível perceber que diferentes canais e veículos de comunicação do conhecimento científico foram e estão sendo adotados ao longo de cada século (Ziman, 1981), e tais processos e canais de disseminação passam por avanços e modificações significativas em razão do progresso tecnológico ocorrido a partir da segunda metade do século XX, resultando no desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (Silva; Pinto; Carvalho; Pereira; Leite, 2017).

Tais avanços têm resultado no desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas que aprimoram e geram novas ferramentas em prol dos canais de comunicação informal, como webconferências, correio eletrônico, aplicativos de mensagens instantâneas e dos canais formais, como repositórios digitais, servidores de *preprints*, livros e periódicos científicos eletrônicos. A evolução desses canais, especialmente ao que tange os periódicos, oportuniza maior celeridade no fluxo e no compartilhamento de informações científicas, contribuindo sobremaneira para a produção e para a ampla disseminação e popularização do conhecimento científico, não apenas entre os muros das instituições de pesquisa, mas para a sociedade, rompendo barreiras institucionais, geográficas e sociais.

## 2.1 Periódicos científicos

Os periódicos científicos, também conhecidos como revistas científicas, se constituem como um dos principais canais formais de comunicação da ciência. São publicações que relatam e apresentam resultados de investigações conduzidas por pesquisadores e, por isso, possuem alta relevância para a comunidade científica, para a divulgação de pesquisas em andamento e concluídas e para a evolução do conhecimento.

A origem dos periódicos remonta ao século XVII, contexto no qual eram frequentes a troca de correspondências entre os pesquisadores. Segundo Ziman (1981) historiadores da ciência acreditam que tais correspondências foram uma das mais importantes formas de interlocução de descobertas e novas ideias entre cientistas, citando exemplos das cartas do notório físico e matemático Isaac Newton, datadas do ano de 1671 e endereçadas à Henry Oldenburg, primeiro-secretário da *Royal Society* (RS).

A Royal Society, criada em 1662 em Londres, com o patrocínio de Carlos II, rei da Inglaterra (Meadows, 1999) é considerada uma das primeiras sociedades científicas e surgiu a partir de um denominado colégio invisível, formado por filósofos naturais e médicos (The Royal Society, 2022). O termo colégio invisível foi cunhado por Robert Boyle, um dos membros fundadores da sociedade (Santos-D'Amorim, 2021) para nomear comunidades, nas quais seus membros possuem interesses por temáticas científicas em comum. De acordo com Ziman (1981), esse tipo de grupo não costuma ser associado a instituições ou espaços concretos, mas vinculados a uma sociedade puramente intelectual atraída por assuntos específicos. Ainda segundo o autor, além de encontros periódicos entre os membros do grupo, a troca de cartas era uma atividade relativamente frequente entre colegas e, normalmente, escritas em um tom informal, sem planejamento e sem a necessidade de passar a escrita a limpo. A primeira reunião do grupo que futuramente se tornaria a Royal Society aconteceu em 1660, com uma palestra de Christopher Wren no Gresham College. Logo, estudiosos da época como Robert Boyle e John Wilkins receberam a aprovação real e a partir de 1663 se tornaram oficialmente *The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge* (The Royal Society, 2022).

Henry Oldenburg, primeiro-secretário e poliglota alemão, era um incansável escritor de correspondências e atuava como um centro de disseminação de novas ideias e pesquisas em desenvolvimento (Meadows, 1999). Além disso, acreditava que a troca de cartas era a forma mais rápida de compartilhar o conhecimento, em vez de ter que esperar o processo de publicação de livros completos (The Royal Society, 2012). Dessa forma, o alemão convidava

cientistas e também amadores para escrever cartas, mesmo que não estivessem envolvidos diretamente com o campo científico, poderiam colaborar com a descoberta de algum item de conhecimento (Meadows, 1999). Assim, recebia uma quantidade significativa de correspondência de membros, internos e externos à sociedade, relatando o avanço de suas pesquisas. O acúmulo de cartas logo poderia se tornar um ônus (Meadows, 1999), por isso Oldenburg assumiu o encargo de compilar as cartas, imprimi-las e então divulgá-las para as comunidades científicas (Ziman, 1981).

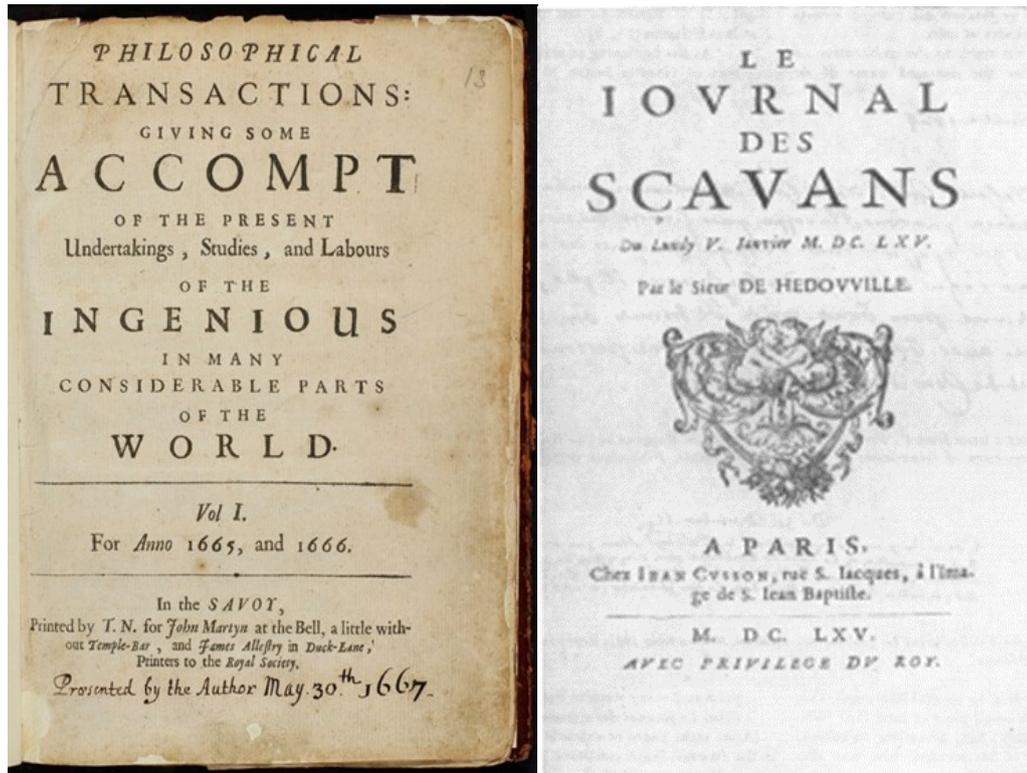
Em Paris, acontecia uma situação semelhante, onde Marin Mersenne desempenhava atividades semelhantes às de Oldenburg. Porém, em 1665, foi Denis De Sallo o responsável por condensar e publicar as cartas, dando origem ao periódico conhecido como *Journal des Sçavans*, ou *Journal des Savant*, considerado como primeiro periódico no sentido moderno (Meadows, 1999). O periódico foi publicado com o patrocínio de Jean-Baptiste Colbert, político francês e ministro do rei Luís XIV, da França, com sua redação a cargo de De Sallo. No primeiro número do *Journal des Sçavans*, estavam descritos os objetivos do periódico:

1. O editor anuncia que informará aos leitores sobre os **novos livros publicados na Europa**, não somente em listas de títulos, como também **comentários e descrições breves dos conteúdos**. 2. Obituários de pessoas famosas com suas bibliografias. 3. **Comunicação de experimentos e descobertas** em Física e Química que **expliquem os fenômenos da natureza**, observações astronômicas, máquinas úteis e descrições anatômicas de animais. 4. **Decisões nas cortes religiosas e seculares**, assim como também os **éditos de censura**. 5. De forma geral “*não haverá nada que ocorra na Europa que valha a pena ser conhecido pelos homens de letras que não se possa aprender neste Journal*” (Spinak, 2015, grifo nosso).

As publicações do *journal* abordavam desde a revisão de novos livros publicados, à obituários, bibliografias, descobertas científicas, notícias e decisões de esfera religiosa, tornando o *Journal des Savants* uma publicação com um escopo amplo e popular (Biagioli, 2002). Sua primeira publicação aconteceu no dia 05 janeiro de 1665, e no dia 11 de janeiro, um trecho de seu conteúdo foi lido em uma reunião da *Royal Society*, demonstrando a rapidez com que as publicações poderiam, a partir de então, ser disseminadas (Meadows, 1999).

Meadows (1999) acredita que esse fato contribuiu para consolidação das ideias de Oldenburg acerca da publicação de periódicos, tendo em vista que dois meses depois, em março de 1665, a *Royal Society* instituiu a publicação do periódico *Philosophical Transactions*, cujo conteúdo precisava ser aprovado pelo Conselho e verificado anteriormente por alguns de seus membros. A figura 3 apresenta as capas das duas primeiras publicações periódicas:

Figura 3 - Capas das revistas *Philosophical Transactions* e *Journal des Sçavans*



Fonte: Wikipedia (2022).

Fonte: SciELO em Perspectiva (2015).

Apesar de surgirem em épocas semelhantes, existiam nítidas diferenças entre o escopo das duas revistas, uma vez que, inicialmente *Journal des Sçavans* possuía um portfólio de assuntos mais amplos, abordando assuntos que atingiam os mais diversos interesses, como demonstrado nos objetivos publicados em seu primeiro número, e o *Philosophical Transactions*, que alegava ocupar-se de estudos “experimentais”, sendo, por essa razão, considerado o primeiro periódico de caráter estritamente científico (Meadows, 1999).

O *Philosophical Transactions* estabeleceu conceitos que são relevantes até os dias atuais da ciência contemporânea como a prioridade científica e a revisão por pares, além de ser a revista mais antiga e publicada continuamente (The Royal Society, 2022). Dessa forma, os periódicos originados a partir das compilações de correspondências entre pesquisadores tornaram-se a principal forma de disseminação das descobertas científicas, cujo formato geral permanece praticamente inalterado há mais de três séculos (Ziman, 1981).

As publicações periódicas científicas possuem aspectos que as caracterizam e as diferenciam de outros canais formais de comunicação. A principal característica desse tipo de publicação é o intervalo de tempo que há entre a publicação de cada número, volume ou edição.

As produções podem ser publicadas seguindo uma lógica periódica bimestral, trimestral, quadrimestral, semestral, ou outro espaço de tempo definido pela equipe editorial responsável pela revista. No entanto, há também a modalidade de publicação em fluxo contínuo, na qual os artigos são publicados à medida em que são aprovados e diagramados, sem a necessidade de esperar a conclusão de uma nova edição para publicar os artigos.

Outra característica importante é a adoção do *International Standard Serial Number* (ISSN), em português Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas. O ISSN é um código numérico de identificação que individualiza títulos de publicações seriadas como periódicos científicos, revistas, séries monográficas, anuários, jornais, entre outros. No Brasil, a atribuição do ISSN é realizada pelo Centro Brasileiro do ISSN (CBISSN), vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Sua adesão não é obrigatória, mas auxilia na indexação e na busca pelo periódico e seus artigos em bases de dados nacionais e internacionais, além de contribuir para o Controle Bibliográfico Universal. Em 2011 havia 1.121.393 periódicos registrados com o ISSN, e 32.611 eram registros brasileiros (Werlang, 2013). Em maio de 2022 são 2.855.701 registros atribuídos no mundo e 49.132 registros no Brasil. Os dados quantitativos dos registros atribuídos estão disponíveis no [Portal ISSN](#).

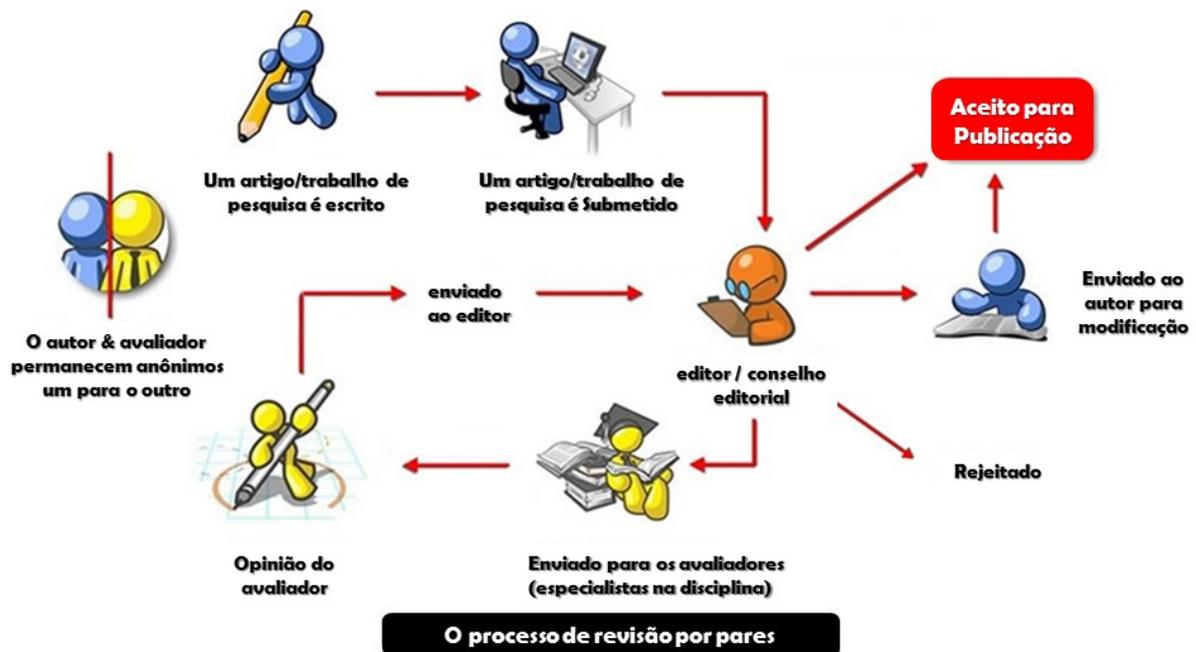
Além disso, outra característica primordial das publicações científicas é o processo de revisão por pares, o principal mecanismo responsável por atestar a excelência e a qualidade das publicações do periódico. Existem distintas modalidades de revisão por pares sendo utilizadas nas publicações científicas, e apesar das críticas empreendidas ao processo, a revisão por pares ainda é considerada um princípio da comunicação científica, amplamente aceito pela comunidade acadêmica.

### 3 REVISÃO POR PARES

A revisão por pares, também conhecida como avaliação por pares, ou *peer review*, em inglês, é o processo que visa garantir a legitimidade e a veracidade das produções científicas. Trata-se do processo em que especialistas de uma mesma área do conhecimento, também nomeados como pares, avaliam as produções científicas de outros pesquisadores quanto à sua originalidade, contribuição para a área, adequação, procedimentos metodológicos e outros critérios preestabelecidos.

Por ser um mecanismo regulador da qualidade e da conformidade das produções científicas, a revisão por pares se faz presente nos principais canais de comunicação científica, formais e informais, tais como periódicos científicos, livros e eventos tais como seminários, congressos, encontros entre outros, sendo considerada por Bomfá e Castro (2004) como um requisito fundamental para o avanço da pesquisa, pois atua como um indicador de qualidade das publicações científicas. A figura 4 esquematiza o fluxo editorial e as etapas do processo de revisão por pares adotados por um periódico:

Figura 4 - Fluxo do processo de revisão por pares



Fonte: Enago (2020).

Conforme exposto na figura, o autor redige o relato de sua pesquisa e submete ao periódico de sua escolha. É imprescindível o conhecimento do autor acerca da política editorial do periódico escolhido antes da submissão do trabalho. Após receber o artigo na revista, o editor realiza uma pré-avaliação do manuscrito, a qual pode variar de um periódico para o outro, mas normalmente está relacionada à conferência do trabalho quanto à adequação às normas de apresentação e ao escopo da revista, bem como a ausência da identificação de autoria, no caso de avaliação às cegas. Após a pré-avaliação, os manuscritos são encaminhados para avaliadores que possuem formação e experiência na área discutida pelo manuscrito.

Os avaliadores têm em média 30 dias para emitirem seus pareceres (Stumpf, 2008), que serão a base para que o editor tome a decisão acerca do manuscrito: aceitar, aceitar com alterações ou rejeitar. Segundo Werlang (2013) os avaliadores podem ser tanto os membros vinculados à instituição responsável pelo periódico, formando o conselho editorial, como avaliadores *ad hoc*, que realizam pareceres de forma esporádica, mediante convite do editor. Como explicado por Amaral e Príncipe (2019), são comumente escolhidos pelo editor, por serem pesquisadores da área temática a fim do artigo, mas também há casos de revistas que pedem aos autores para indicar possíveis avaliadores.

Os pareceristas, para Davyt e Velho (2000) são pesquisadores que, por sua experiência e formação, possuem o reconhecimento de sua capacidade para elaborar uma opinião informada, embasada e confiável a respeito das submissões. Os aspectos norteadores para a avaliação das submissões tratam da “relevância da contribuição para a área, valor científico, originalidade, parâmetros teóricos-conceituais, organização do texto (coerência e clareza) e aplicação de normas de apresentação” (Stumpf, 2008, p. 27). Para além dos critérios supracitados, a revista possui autonomia para indicar aos seus pareceristas se deseja que outros aspectos mais específicos sejam avaliados.

Silva, Moreira-González e Mueller (2016) acreditam que a tarefa de orientar os avaliadores sobre o que deve ser avaliado é responsabilidade do editor, de modo a otimizar a avaliação, evitar retrabalho e promover o alinhamento das revisões ao escopo editorial. Dessa forma, tais diretrizes podem ser enviadas diretamente para os avaliadores, ou estarem descritas na página do periódico, de modo a também deixar os autores da submissão cientes dos critérios que serão avaliados. Outrossim, os procedimentos relacionados ao processo avaliativo de cada periódico podem variar, desde o número de avaliadores por artigo, os critérios do formulário de avaliação, os prazos de avaliação e a forma como os pareceres são retornados para os autores (Werlang, 2013).

Para Stumpf (2008) e Werlang (2013) a apreciação das pesquisas submetidas aos periódicos vai além do simples aceite ou rejeição dos manuscritos. Segundo as autoras, a avaliação dos pareceristas têm também a função de educar os autores, possibilitando, por meio de seus apontamentos e contribuições, o aprimoramento da pesquisa atual e das pesquisas futuras.

Um aspecto importante a ser discutido é a relevância do papel do revisor para a ciência. Apesar de ser uma atividade que demanda tempo, concentração e expertise dos revisores, os avaliadores geralmente atuam de forma voluntária. As recompensas pelo seu trabalho podem ser enumeradas como a experiência, o acesso a novas pesquisas e informações atualizadas, bem como o reconhecimento da comunidade científica a qual fazem parte (Werlang, 2013).

Outro aspecto importante se trata da quantidade de árbitros designados para realizar a avaliação. Há o consenso de que a avaliação seja realizada por um número ímpar de avaliadores, a fim de garantir que a maioria das decisões seja utilizada para embasar a decisão editorial. No entanto, Werlang (2013) aponta que há uma redução entre a quantidade de revisores selecionados para avaliar e a quantidade de revisores que efetivamente o fazem, de modo a corroborar a tese de “indisponibilidade e falta de resposta dos avaliadores, tendo como consequência que a maioria dos artigos submetidos às revistas científicas brasileiras é avaliada por um ou, na sua maioria, dois avaliadores;” (Werlang, 2013, p. 74). Ou seja, nem sempre é possível garantir a quantidade mínima desejada de avaliações para cada manuscrito submetido.

Para Stumpf (2008) apesar de uma longa trajetória, a revisão por pares tem sido cada vez mais investigada e questionada. Segundo a autora, uma das ideias diz respeito à sua extinção, mas os pesquisadores veem essa solução como demasiadamente extrema. Berezin (1996) reitera que o principal argumento para a existência da revisão por pares é que, em sua ausência, “estaríamos inundados com megatoneladas de lixo”. Segundo o próprio autor, o argumento é válido, mas não em sua totalidade, uma vez que o sistema de revisão por pares alimenta a chamada síndrome do “publicar ou perecer”, em que pesquisadores e cientistas precisam publicar constantemente em periódicos para se manterem ativos e relevantes em sua área de pesquisa. Essa pressão costuma ter origem institucional, seja pelas universidades, centros de pesquisa e agências de fomento, que baseiam a publicação de artigos como uma das principais, se não a principal moeda de crédito para o avanço na consolidação da carreira científica.

Por ser um processo amplo, sistemático e de notória relevância para a construção e consolidação do conhecimento científico, os estudos sobre a revisão por pares identificam possíveis vantagens e desvantagens. A pesquisa de Werlang (2013) identificou como uma das principais vantagens inerentes ao processo: a qualidade e a credibilidade que a revisão proporciona à revista e ao manuscrito, uma vez que esse último passa pelo crivo dos pares, que atestam a concordância ou discordância da submissão com o escopo do periódico, a oportunidade de melhorar o estudo, entre outros.

A respeito das principais desvantagens e críticas enfrentadas, de modo geral, Omote (2005) cita o longo intervalo de tempo entre a submissão do manuscrito e sua publicação, o caráter subjetivo que a avaliação pode assumir. A pesquisa de Werlang (2013), já citada anteriormente, aponta também a dificuldade em encontrar pareceristas que dominem o tema. Tal dificuldade pode estar relacionada à sobrecarga de trabalho enfrentada pelos pesquisadores. Além disso, há a falta de reconhecimento da atividade pelos órgãos e agências de fomento, avaliações superficiais, bem como conflitos de interesse e ocorrência de vieses, com o exemplo “[...] a questão dos avaliadores terem a preferência por artigos que se enquadram nas suas linhas de pesquisa em detrimento de outros [...]” (Werlang, 2013, p. 60). Para Nassi-Calò (2015), uma das possíveis justificativas para a ocorrência desses episódios reside no fato de que:

O **aumento contínuo** no número de periódicos e artigos em todo o mundo, impulsionado principalmente pela publicação online, não vem sendo acompanhado **na mesma proporção pelo número de pesquisadores**, o que ocasionou a **saturação do minucioso trabalho de revisão** por pares. Assim, é cada vez mais difícil obter **boas revisões dentro dos prazos** preconizados pelos periódicos – e desejados pelos autores. (Nassi-Calò, 2015, grifo nosso).

Ou seja, de acordo com o entendimento da autora, o número de pesquisadores disponíveis para serem pareceristas não cresce de maneira proporcional ao número de publicações científicas. Para tentar contornar tais desvantagens, Werlang (2013) cita que os editores já descadastraram árbitros que não cumprem prazos, que não entregam os pareceres ou que elaboram pareceres de baixa qualidade.

Como apontado por Mueller (2000) a avaliação por pares é o processo aceito pela comunidade acadêmica, no entanto, isso não isenta o sistema de receber críticas e ser considerado pouco satisfatório. Para a autora, as críticas residem principalmente nos esforços depreendidos para garantir a imparcialidade dos avaliadores e na morosidade do processo. No entanto, apesar de todos os contratempos mencionados, poucos defendem substituí-lo por

outros processos, tendo em vista não se conhecer outro processo que garanta a mesma segurança e que tenha um longo histórico de utilização, como é o caso da revisão por pares.

Conforme Ziman (1981) o mais controvertido tópico a ser discutido no âmbito da comunicação científica está relacionado ao papel assumido pelos árbitros, uma vez que podem representar a perigosa tarefa de atuar como censores de novas ideias. Para ele, o fato de que cada árbitro é também um autor, mantém o sistema em um equilíbrio precário.

Contudo, o autor corrobora com Mueller (2000) ao defender que o sistema de avaliação não pode ser desprezado ou descartado, tendo em vista o fato de que as publicações científicas precisam passar para a comunidade acadêmica um certo grau de credibilidade, controle de qualidade e segurança, que é garantido pela revisão por pares.

Werlang (2013) ressalta a importância da atuação do parecerista, por poder desempenhar o papel de um filtro entre o que é avaliado e publicado, e também por contribuir com o melhoramento das pesquisas. Apesar de ser uma atividade que segue critérios aparentemente objetivos, segundo a autora, na prática, a situação se torna complexa, uma vez que, como todo processo norteado por seres humanos, os revisores são passíveis de cometer erros, sendo então um processo também permeado de subjetividade.

Por isso torna-se importante o rigoroso controle de qualidade das publicações, para garantir que os alicerces do conhecimento científico sejam construídos sob pesquisas sólidas e capazes de refletir e revelar o mais próximo possível da realidade.

A revisão por pares é uma etapa essencial da construção da ciência e da socialização de seus conhecimentos. Não é considerado um processo novo, tampouco um processo revolucionário. Possui uma longa trajetória, a ser discutida no próximo tópico, que demonstrará suas diversas nuances e primeiras manifestações encontradas na literatura acerca do processo que se consolidou como o sistema de avaliação científica.

### **3.1 Aspectos históricos e contextuais da revisão por pares**

Há na literatura científica diferentes vertentes e perspectivas acerca da origem e consolidação do processo de revisão por pares enquanto sistema de avaliação da comunicação da ciência. Kronick (1990) defende que, em sentido geral, o conceito de revisão por pares se consolida desde que as pessoas passaram a comunicar o que compreendiam como um novo conhecimento. Já para Davyt e Velho (2000), se levar em consideração o conceito geral de revisão ou julgamento por pares, entende-se que esse não é um procedimento unificado, e que

envolve uma amplitude de formas institucionais, isso porque refletem aspectos históricos e sociais do contexto no qual o processo acontece.

Para Spier (2002) um dos principais registros acerca do processo de revisão por pares está descrito no livro *Ethics of the Physician*, de autoria de Ishap bin Ali Al Rahwi (CE 854-931) de Al Raha, na Síria. A obra é considerada um dos primeiros livros sobre ética na medicina e descrevia que é dever do médico registrar as condições do paciente em cada visita. Dessa forma, em caso de cura ou morte do enfermo, os registros eram avaliados por um conselho de médicos local e julgavam as condutas do médico. A partir dessas decisões, o conselho poderia autuar o médico por danos em caso de um paciente maltratado.

Outra manifestação inicial do que viria a ser a revisão por pares pode ser encontrada na experiência de Galileu Galilei. Em uma concepção histórica, uma das principais obras de Galileu, *Diálogo sobre os Dois Principais Sistemas do Mundo*, datada de 1632, foi, de acordo com Meneghini (2009 p. 1) “o primeiro trabalho científico a ser escrutinado por ‘peer-review’. O corpo editorial eram os inquisidores, que por sinal não fizeram apenas questionamentos dogmáticos.” O trabalho de Galileu comparava a teoria heliocêntrica de Copérnico, com a teoria geocêntrica de Ptolomeu. O trabalho de Copérnico a respeito da teoria heliocêntrica foi autorizado na época em razão de Copérnico ser um cônego da Catedral Frombork, na Polônia, no entanto, foi declarado herético pela inquisição espanhola (Spier, 2002), pois contrastava com a teoria de geocêntrica de Ptolomeu, defendida pela Igreja Católica. Dessa forma, sua obra e todas que mencionassem sua teoria foram consideradas um atentado às ideias defendidas pelo clero e incorporadas ao *Index Librorum Prohibitorum*, a lista de livros proibidos pela Igreja Católica (Lima *et al.*, 2012).

Antes mesmo de sua publicação, a obra foi submetida a censura e foram exigidas alterações no título e no prefácio do documento (Rodrigues; Baiardi, 2005). Além disso, foi aconselhado que Galileu abordasse as duas teorias apenas como hipóteses, sendo, porém, a teoria heliocêntrica exaltada pelo autor (Lima *et al.*, 2012). Desse modo, por apresentar fundamentos teóricos contrários aos apoiados pelas doutrinas da Igreja Católica, Galileu teve sua obra e seus princípios duramente questionados, foi perseguido, condenado à prisão domiciliar e obrigado a retirar seu apoio à teoria copernicana (Spier, 2002). Apesar da avaliação, pela qual o trabalho de Galileu foi submetido não ter o mesmo intuito que tem atualmente a revisão por pares, o fato se corrobora com o apontado por Meneghini (2009), ao afirmar que o trabalho de Galileu foi escrutinado por “pares”.

Seguindo esse entendimento, é possível traçar uma relação entre a censura de livros e publicações científicas e a genealogia da revisão por pares, conforme o raciocínio de Biagioli (2002). Segundo o autor, a revisão por pares teve início como uma técnica disciplinar profundamente relacionada à censura dos livros, no entanto, as duas práticas começaram a se diferenciar a partir da segunda metade do século XVII, com o surgimento das academias científicas reais. Em primeiro momento, os interesses que eram protegidos pela avaliação dos materiais eram, especialmente, os interesses do Estado e das Academias, e não os das comunidades científicas e acadêmicas de modo geral, a qual as publicações se destinavam.

Segundo Biagioli (2002) a revisão por pares foi sendo modelada de modo semelhante ao licenciamento dos livros, uma vez que em toda a Europa, desde o século XVI, as autoridades políticas e religiosas exigiam que todos os textos, científicos ou não, fossem revisados e licenciados para que pudessem ser impressos e vendidos legalmente.

Apesar de casos como o de Galileu, mencionado no início deste tópico, que causava constantes abalos nas autoridades do estado, os textos científicos em geral, de acordo com o autor, tinham pouca relevância política e ofereciam riscos ínfimos às autoridades, que permitiam que academias como a inglesa *Royal Society of London*, e a francesa *Académie Royale des Sciences de Paris*, recebessem o distinto privilégio de autoavaliar e licenciar suas próprias publicações. Desse modo, apesar de não estarem isentas da obrigatoriedade de censura, tal possibilidade foi considerada uma concessão extraordinária.

No entanto, alguns periódicos tinham um escopo mais amplo e estavam mais vulneráveis à censura:

Na 'república das letras', as boas oportunidades de negócios, os riscos de censura e as apostas políticas não estavam em publicações técnicas estreitas como as *Mémoires of the Académie Royale des Sciences* ou nas menos técnicas *Philosophical Transactions*, mas em os periódicos muito mais populares de notícias e resenhas de livros como o *Journal des Savants*, o *Acta Eruditorum*, o *Giornale de' Letterati*, ou as gazetas literárias mais picantes vindas da Holanda (e muitas vezes chegando sob o radar dos conselhos de censura locais) (Biagioli, 2002, p. 15).

Dessa forma, por ter um amplo escopo, como já mencionado anteriormente, o *Journal des Sçavans* e seu editor Denis de Sallo, tiveram seus privilégios de impressão revogados por três meses devido ao confronto com as doutrinas da Igreja Católica (Biagioli, 2002). Porém, ainda de acordo com o autor, em 1666 a publicação retornou sob direção de um novo editor, o abade Gallois, que se reportava diretamente à Colbert, responsável pela censura dos livros e por diversas academias reais. Em 1701, o gabinete de Colbert assumiu o controle da revista, tornando o abade Bignon o seu editor-chefe e diretor do sistema de censura (Biagioli,

2002). Portanto, é perceptível a relação intrínseca existente entre as ações realizadas na editoração e avaliação do periódico e os atos de censura das publicações naquela época.

Embora na *Royal Society of London*, o elo com a coroa fosse um pouco menos significativo, se comparado ao contexto da *Académie Royale des Sciences de Paris*, havia uma estreita relação entre a corte real e o quadro dos membros superiores da academia (Biagioli, 2002). Dessa forma, a exigência de que todos os manuscritos fossem avaliados por toda a academia, ou por um determinado comitê, tornava praticamente impossível que alguma publicação de caráter controverso fosse impressa e divulgada, tendo em vista que os impressores não correriam o risco de publicar um material não licenciado e comprometer o seu sustento (Biagioli, 2002).

Contudo, o autor acredita que uma das principais relações existentes entre a censura e a revisão por pares é apresentada por Anne Goldgar. Goldgar demonstrou que, embora os censores reais franceses fossem incumbidos de avaliar se o manuscrito era ameaçador para o rei, para a Igreja e para a moral, eles apresentavam extensos relatórios semelhantes a resenhas de livros reais, em que apontavam aspectos como estilo, novidade, relevância e outros que não estavam relacionados à censura do livro. Assim, Goldgar afirma que as semelhanças existentes entre a censura e a resenha de livros “podem ser atribuídas simplesmente ao fato de que muitos dos censores reais também eram revisores de livros para periódicos clássicos da “república das letras”, como o *Journal des Savants*” (Biagioli, 2002, p. 15). Além disso, pesquisas mostraram que cerca de 40% dos censores reais que atuavam em Paris, na década de 1750, eram membros das principais academias reais, cerca de 30% estavam vinculados à universidade, e aproximadamente 36% atuavam como jornalistas, logo, eram revisores de livros para revistas literárias (Biagioli, 2002).

Ainda de acordo com o autor, a censura de livros foi projetada para proibir publicações que pudessem desestabilizar e fragilizar o poder do Estado, já a revisão por pares tinha o objetivo de evitar publicações produzidas por acadêmicos que pudessem comprometer e trazer descrédito às próprias academias, apontando o fracasso em cumprir adequadamente os privilégios de licenciamento de livros que seus patronos reais concediam.

Dessa forma, com o passar do tempo, Biagioli (2002) acredita que a revisão por pares transfigurou sua função de filtragem, para uma função editorial, que visava garantir e adequar os textos aos padrões disciplinares, e que, o desenvolvimento desses parâmetros de qualidade da publicação representou uma libertação do conhecimento científico das amarras das legalidades da censura. Esse processo, segundo o autor, tem início com a consolidação das

atividades das academias reais e a lenta transformação das “técnicas disciplinares” do Estado em “técnicas acadêmicas” (Biagioli, 2002).

A partir de outra perspectiva, em sua tese, Silva (2016) define que a revisão por pares possui uma longa trajetória, tendo suas primeiras práticas realizadas por volta do ano de 1600. Para nortear a discussão desse processo, o autor pontua marcos que caracterizam a evolução do sistema de revisão por pares. O dos marcos é o círculo Hartlib e o colégio invisível de Boyle, que estão relacionados a uma pré-história do processo de revisão por pares. O círculo é assim denominado em razão de se referir a um seleto grupo de teólogos e estudiosos reformistas que se reuniam em torno do filantropo londrino Samuel Hartlib, para discutir assuntos científicos, e por vezes, religiosos (Ranalli, 2011). Além de Hartlib, o grupo era formado por membros do colégio invisível que seriam essenciais para a formação da *Royal Society*, como Robert Boyle e Henry Oldenburg (Webster, 1976 *apud* Ranalli, 2011). Segundo Ranalli (2011) o membro mais proeminente do círculo, padre Comenius, ao publicar sua última obra, em 1668, *Via Lucis, em sua dedicatória*, referiu-se à *Royal Society* e “[...] exortou os membros da nova sociedade científica a publicar suas alegações de verdade de uma maneira aberta ao escrutínio crítico, reprodução e verificação por pares (na verdade, por qualquer leitor)” (Ranalli, 2011, p. 13).

O outro marco apontado por Silva (2016), o papel da *Royal Society* ao assumir a publicação da *Philosophical Transactions* é corroborado por diversos autores. De acordo com Meadows (1999), desde sua fundação, a *Royal Society* sempre esteve interessada na comunicação da ciência, adotando diversos métodos para manter-se atualizada acerca dos avanços do conhecimento científico da época, sendo, no entanto, a troca de correspondências e cartas a forma mais significativa e profícua de coletar informações. Segundo Kronick (1990) a *Royal Society* costuma receber os créditos por ter introduzido nas publicações, em 1752, o conceito de arbitragem dos manuscritos, como demonstram os autores a seguir. Para Pessanha (1998) e Biagioli (2002) o início do processo de avaliação por pares acontece em 1753, quando a *Royal Society* se responsabiliza formalmente pela apreciação das publicações:

Foi somente em março de 1752, quando um comitê foi nomeado “para considerar os papéis lidos diante deles e selecioná-los, como eles devem julgar mais adequado para publicação nas edições futuras da *Philosophical Transactions*, que a Sociedade reivindicou total responsabilidade pela revista. O que mudou de mãos em 1752 não foi apenas a responsabilidade oficial pela revista, mas também sua propriedade (Biagioli, 2002, p. 30).

Anteriormente a esse período, a sociedade não se responsabilizava pela publicação, e exigia que Oldenburg indicasse na primeira edição da revista que a *Philosophical Transactions* era seu empreendimento próprio (Biagioli, 2002). Desse modo, a *Royal Society* acredita que Henry Oldenburg, seu primeiro-secretário, deu origem ao processo de revisão por pares das submissões ao solicitar que três dos membros mais versados sobre o assunto em questão comentassem sobre o manuscrito antes de decidir publicação (The Royal Society, 2012).

No entanto, Kronick (1990) e Spier (2002) defendem que em um sentido mais específico do conceito de avaliação por pares, essa prática já acontecia antes da *Royal Society of London* assumir a responsabilidade pela *Philosophical Transactions*. Conforme o autor, a *Royal Society of Edinburgh* descreveu no prefácio do primeiro volume da *Medical Essays and Observations* - publicado em 1731, em pelo menos 20 anos antes que a sociedade de Londres - a política editorial e os objetivos da sociedade em questão, um processo semelhante ao sistema de revisão por pares consolidado na comunicação científica:

As memórias enviadas por correspondência são distribuídas de acordo com o assunto aos membros mais versados nestas matérias. O relato de sua identidade não é conhecido pelo autor. Nada é impresso nesta revisão que não esteja carimbado com a marca de utilidade (Kronick, 1990, p. 1321).

A descrição da política editorial da revista demonstra que as correspondências enviadas ao periódico, eram distribuídas para serem avaliadas pelos membros da sociedade que possuíam a maior expertise na temática em questão, além de revelar que a arbitragem era realizada de forma anônima, sem a indicação das identidades dos árbitros, uma das características preponderantes dos modelos de revisão mais utilizados atualmente.

Dessa forma, de acordo com Biagioli (2002) a revisão por pares atual demonstra desempenhar um papel de serviço para toda a comunidade científica mundial, e não apenas para o interesse de poucas instituições específicas e autoridades políticas que a patrocinam.

Analogamente as transformações vivenciadas pelos periódicos científicos, o processo de revisão por pares também recebeu influência das modificações ao decorrer de seu contexto histórico e da inclusão dos aspectos tecnológicos, que se tornaram capazes de modificar no *modus operandi* da revisão por pares, de modo a possibilitar a adoção de diferentes modalidades da revisão, as quais serão discutidas nos tópicos a seguir.

### 3.2 Modalidades de revisão por pares

A revisão por pares é considerada como um dos princípios basilares da comunicação da ciência, pois é o processo pelo qual as produções bibliográficas originadas a partir de investigações científicas são avaliadas, a fim de averiguar e atestar se atendem a critérios e pressupostos metodológicos que orientam o desenvolvimento da pesquisa científica. Apesar de ser amplamente adotada pelos periódicos científicos, não é um processo que acontece de forma absoluta e homogênea, uma vez que existem diferentes modalidades e variáveis adotadas de revisão por pares.

Há diferentes formas de classificar os processos de revisão por pares na literatura científica. É possível identificar o tipo de revisão por pares que acontece anteriormente a publicação, chamados de pré-publicação e processos de revisão que ocorrem após a publicação, denominados pós-publicação.

Além disso, é possível categorizar entre modelos cegos, ou fechados, em que as identidades dos participantes dos processos são ocultas, e modelos abertos, ou transparentes, em que as identidades e outros aspectos intrínsecos à avaliação podem estar disponíveis para acesso.

Segundo Vasconcelos (2016) a avaliação da pesquisa científica carece de imparcialidade, e a falta desse cuidado pode gerar afirmações e generalizações incorretas. Por isso, para evitar a ocorrência de vieses e conflitos de interesse entre os envolvidos, tem-se utilizado majoritariamente os modelos de revisão cegos.

Apesar da pluralidade de modelos existentes, os modelos pré-publicação cegos são largamente utilizados pela comunidade acadêmica. O modelo simples cego, também conhecido como *blind peer review*, é aquele em que durante o processo avaliativo o autor desconhece a identidade dos avaliadores do seu trabalho, mas os avaliadores conhecem a autoria do trabalho. O modelo duplo cego, também conhecido como *double blind peer review*, se baseia no desconhecimento mútuo das respectivas identidades de ambos os participantes, autores e revisores (Silva; Silveira; Mueller, 2015).

Já o modelo triplo cego, também conhecido como *triple blind peer review*, é aquele cujo as identificações dos envolvidos no processo, autores e revisores, só é conhecida pelo editor-chefe. Nassi-Calò (2015) afirma que esse modelo é incipiente nos periódicos brasileiros, e Silva (2016) assegura que sua presença se dá apenas no campo teórico, tendo em vista não ter identificado algum periódico sequer que utilizasse tal prática.

Porém, Brodie *et al.* (2021) afirmam que esse modelo de revisão já foi implementado por revistas acadêmicas, como *Science Matters*, *BMJ Quality and Safety*, *British Journal for the Philosophy of Science*, *Philosophy and Phenomenological Research*, mas que não foi realizada nenhuma avaliação formal de sua eficácia. Assim, Brodie *et al.* (2021) defendem que em razão do poder da revisão duplo-cega, torna-se provável que uma revisão tripla-cega proporcionaria um sistema de avaliação ainda mais justo para pesquisadores na comunidade acadêmica e científica.

Em uma pesquisa realizada no *ScholarOne*, Nassi-Calô (2015) obteve dados acerca da utilização dos modelos de avaliação adotados pelos periódicos que compõem a coleção SciELO Brasil. De 79 periódicos inseridos no sistema, 23 utilizam a revisão simples-cega, 53 utilizam a revisão duplo-cega e três utilizam a revisão triplo-cega. Acerca da distribuição por áreas temáticas, Silva (2016) acredita que nas áreas de ciências naturais e médicas o *blind review* tem sido o modelo mais utilizado, em contrapartida ao modelo duplo-cego, mais adotado pelas áreas de ciências humanas e sociais.

Uma forma para conhecer modelos de revisão por pares que estão sendo utilizados por periódicos científicos é por meio de consulta no DOAJ. Esse diretório indexa revistas científicas nacionais e internacionais, de todas as áreas do conhecimento e que disponibilizam seu conteúdo em acesso aberto, ou seja, não cobram nenhum tipo de taxa, para publicar ou para ler. Em seus campos de busca, o DOAJ possui um filtro denominado *Peer review types*, em português “Tipos de revisão por pares”, que possibilita o refinamento da busca de periódicos pelo tipo de revisão adotado. Dessa forma, é possível visualizar, conforme a figura 5, todas as modalidades de avaliação adotadas pelos periódicos indexados e o respectivo número de periódicos adeptos.

Figura 5 - Tipos de revisão por pares no DOAJ

- PEER REVIEW TYPES**
- Blind peer review (5034)
  - Committee review (1)
  - Community review (1)
  - Double blind peer review (10095)
  - Editorial review (134)
  - Open Peer Commentary (1)
  - Open peer review (203)
  - Peer review (2287)
  - Post-publication peer review (10)
  - Triple blind peer review (3)

Fonte: Captura de tela adaptada de DOAJ (2022). A captura de tela, realizada no dia 02 de maio de 2022, foi adaptada com o objetivo de reunir todos os tipos de revisão adotados no diretório em uma só figura.

Conforme a figura 5, existem diferentes tipos de revisão sendo adotados pelos periódicos. O modelo de revisão mais utilizado *double blind peer review* ou revisão duplo cega, utilizado por 10.095 periódicos, corroborando o exposto por Nassi-Calò (2015), em seguida o modelo *blind peer review* ou simples cego, presente em 5.034 periódicos. É preciso levar em consideração a categorização dos tipos de revisão adotados e a quantidade de periódicos, uma vez que algumas das categorias apresentadas são genéricas, como é o caso da *peer review*, em português, revisão por pares, que têm um sentido amplo e não designa, especificamente, qual o tipo de revisão por pares adotado.

Similarmente, *open peer review* (revisão por pares aberta) adotada por 203 periódicos, está também associada aos conceitos de *community review*, *open peer commentary* e *post-publication peer review*, nomenclaturas comumente associadas às características da revisão aberta, apresentadas por Ford (2013) e Ross-Hellauer (2017).

Em razão das divergências conceituais existentes entre os termos, os números apresentados podem não refletir fidedignamente o cenário de adoção de cada modelo pelas revistas em acesso aberto, no entanto, podem atuar como forma de se obter um panorama e proporcionar uma base quantitativa acerca da utilização cada modalidade de revisão.

O modelo duplo-cego, como mencionado e demonstrado pela figura 5, é amplamente utilizado e possui uma série de argumentos a favor de sua adoção, tais como:

[...] eliminação de julgamento subjetivo e vieses de autoria e afiliação, impedindo que instituições menos renomadas e autores de países cujo idioma nativo não é o inglês tenham as mesmas oportunidades de publicar seus artigos. Além disso, **encoraja opiniões sinceras** e permite ao revisor **concentrar-se na qualidade do manuscrito**. O inverso também é válido, ou seja, no processo duplo-cego um pesquisador proeminente ou pertencente a uma instituição de renome não tem seus artigos aprovados apenas em função desse fato (Nassi-Calò, 2015, grifo nosso).

Como apresentado pela autora, o modelo duplo-cego, em teoria, possibilita a manutenção da imparcialidade na avaliação. Do ponto de vista do autor da submissão, ela garante que apenas os aspectos estritamente científicos serão avaliados, minimizando as chances de discriminação em decorrência da autoria, e para o parecerista garante a segurança necessária para emitir opiniões sinceras. No entanto, Nassi-Calò (2015) ressalta que, a depender da área de pesquisa, determinados aspectos como estilo de escrita, tema investigado e autocitações dão indícios da autoria do trabalho, de modo que o anonimato não pode ser considerado como garantia absoluta para evitar os vieses, conflitos de interesse e avaliação parcial.

Em decorrência disso, Pessanha (1998) acredita que o processo de revisão por pares tem se concentrado cada vez mais com os aspectos éticos, uma vez que casos de plágio, fraude e outras condutas antiéticas se repetem com frequência na comunidade científica, sendo o objeto de investigação de diversos estudos desenvolvidos com o intuito de minimizar a ocorrência dessas situações. Como mencionado anteriormente, uma das críticas a avaliação por pares diz respeito à possibilidade de ausência de ética no processo, que podem ser demonstradas por práticas antiéticas, que podem acontecer a partir dos diferentes atores que compõem o fluxo de comunicação científica, sejam autores, pareceristas, editores e até mesmo outros componentes da equipe editorial. O quadro 1 exemplifica algumas dessas práticas:

Quadro 1 - Exemplos de práticas antiéticas

<p>Por parte dos autores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar dados ou artefatos que não existem;</li> <li>• Apresentar documentos ou objetos forjados;</li> <li>• Falsificar dados reais ou provas ou dados deliberadamente distorcidos;</li> <li>• Usar ideias ou textos de outras pessoas sem atribuir-lhes a autoria (plágio), inclusive deliberada violação de direitos de autor (<i>copyright</i>);</li> <li>• Falsificar a autoria, omitindo um autor;</li> </ul>
------------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falsificar a autoria incluindo autor que não colaborou para o trabalho;</li> <li>• Falsificar o status da publicação.</li> </ul>
Por parte dos pareceristas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falsificar fatos ou emitir parecer mentiroso;</li> <li>• Retardar a apresentação do parecer, sem motivos razoáveis, a fim de obter vantagens pessoais;</li> <li>• Roubar ideias ou texto de um manuscrito que esteja examinando.</li> </ul>
Por parte de editores e equipe	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forjar ou fabricar fraudulentamente um parecer;</li> <li>• Mentir para um autor a respeito do processo de emissão de parecer;</li> <li>• Roubar ideias ou texto de um manuscrito submetido a exame.</li> </ul>

Fonte: Pessanha (1998).

Conforme exposto, práticas antiéticas realizadas por autores são exemplificadas pela apresentação de dados, artefatos ou documentos forjados ou distorcidos, violação dos direitos autorais, plágio e falsificação de coautoria e colaboração científica, seja omitindo ou incluindo autores. No que diz respeito às práticas de pareceristas, há a falsificação de fatos ou pareceres fraudulentos, a retardação intencional da revisão e o roubo de ideias das pesquisas, que estão sendo avaliadas. No tocante a editores e equipe, de modo semelhante, há a prática de forjar ou fabricar pareceres, mentir para o autor sobre o processo de avaliação ou usurpar a ideia de uma investigação. Tais acontecimentos prejudicam sobremaneira os esforços imbuídos para o desenvolvimento das produções científicas, além de influenciar direta e indiretamente em todo o ecossistema da comunidade acadêmica e não-acadêmica.

Por essas razões, Shintaku, Brito, Ferreira Júnior e Barraviera (2020) reiteram que os periódicos têm cada vez mais a necessidade e a preocupação em prezar por fornecer mais transparência aos processos editoriais, a fim de promover um desenvolvimento científico mais equitativo, racional e equilibrado.

Coimbra Júnior (2003) reitera que, apesar de três séculos desde os primórdios da concepção do sistema de revisão por pares, não se apresentou, até hoje, um modelo que se mostrasse mais satisfatório e que solucionasse as limitações, os dissensos e os pontos considerados frágeis discutidos acima. Porém, apesar do exposto, segundo o autor, parece ser indubitável que a comunidade científica não cogita abandonar o processo, mas buscar por estratégias e propostas que possibilitem o seu aperfeiçoamento e forneçam mais lisura e transparência ao processo de revisão por pares.

Assim, Pessanha (1998) menciona iniciativas e procedimentos que são implementados a fim de contornar tais críticas e oferecer mais credibilidade e confiança ao processo, como:

[...] solicitar declarações de compromisso dos avaliadores; enviar questionários com critérios norteadores do julgamento; utilizar maior número de árbitros; submeter todos os pareceres aos avaliadores a fim de possibilitar o controle de um avaliador sobre o outro; garantir aos autores a possibilidade de recorrer da decisão por intermédio do editor científico, que, por sua vez, deve proporcionar um diálogo respeitoso e profissional entre autor e avaliador” (Pessanha, 1998, p. 227).

Tais medidas apontadas pelo autor não se constituem como uma garantia de controle absoluto das práticas antiéticas, tornando necessário fomentar, desde o início da formação acadêmica de pesquisadores, o respeito e a atenção às boas práticas na investigação científica.

E apesar de os meios e recursos serem citados pelo autor há mais de duas décadas, ainda se constituem como práticas contemporâneas e adotadas pelos periódicos, a exemplo dos formulários de avaliação norteadores e da mediação editorial, pois atuam como mecanismos reguladores que visam garantir a fidedignidade e a confiança necessário ao processo de revisão por pares.

### **3.3 Revisão por pares aberta**

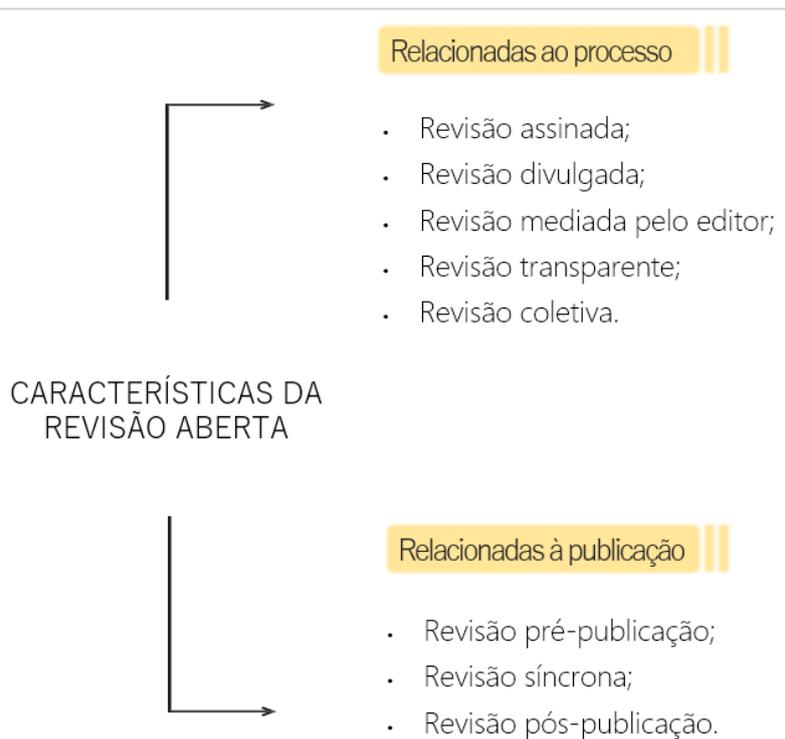
Existem divergências na literatura científica acerca do conceito de revisão por pares aberta, de forma que convém entender, de modo geral, a revisão por pares aberta a partir da adoção das práticas que, em alguma medida, proporcionem mais transparência e abertura ao processo de avaliação das produções científicas.

Como aponta Ford (2013), não há implementações uniformes, de modo que as práticas de revisão aberta adotadas pelos periódicos são variadas, resultando em conceitos e definições concomitantemente diversos. No entanto, como explica a autora, apesar da diversidade, de definições e de implementações da revisão aberta, de modo geral se entende que o processo trata da divulgação das identidades dos autores e revisores em algum momento, seja durante a avaliação, ou após a publicação.

Ross-Hellauer (2017) entende a revisão aberta como um conceito abrangente e que comporta uma série de outros modelos, sobrepostos ou não, e que podem ser adaptados, a fim de alcançar os objetivos propostos pela Ciência Aberta. Para encontrar quais seriam esses modelos e práticas que caracterizam a avaliação aberta, Ford (2013) identificou em uma revisão

de literatura oito características comuns entre os periódicos adeptos da revisão aberta. Tais características foram divididas pela autora como relacionadas ao: **processo de revisão** - por trazer mais transparência e abertura ao processo propriamente dito; e ao **tempo de publicação** - diz respeito ao momento da publicação. As características e suas respectivas classificações estão apresentadas na figura 6 a seguir:

Figura 6 - Classificação das características encontradas por Ford



Fonte: Adaptado de Ford (2013).

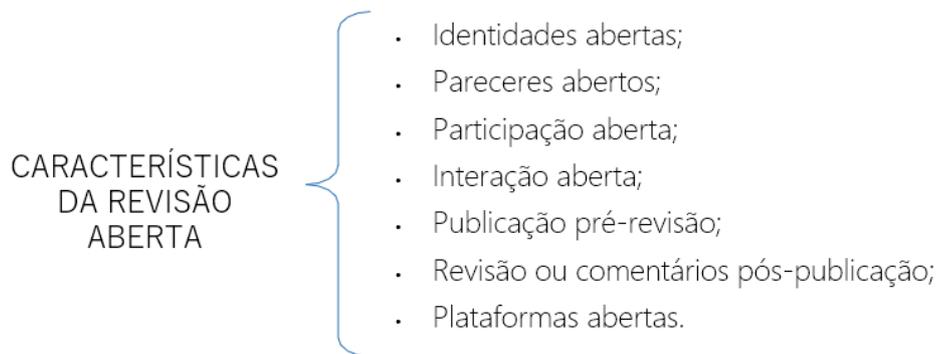
Nas características relacionadas ao processo há a **revisão assinada**, ou *signed review*, em que os pareceres recebidos pelos autores são assinados pelos avaliadores, e até publicados junto ao artigo. Na **revisão divulgada**, ou *disclosed review*, os autores e revisores conhecem suas respectivas identidades durante o processo de revisão, possibilitando a interação e a discussão entre as partes. A **revisão mediada pelo editor**, ou *editor-mediated review*, se refere a qualquer prática realizada pelo editor com o intuito de facilitar a revisão aberta, como por exemplo, a pré-seleção dos manuscritos submetidos, ou a decisão final para aceitação ou rejeição do manuscrito. A **revisão transparente**, ou *transparent review*, trata da abertura total do processo de avaliação, permitindo que a comunidade consiga acompanhar todo processo de

revisão. Além disso, a identidade dos árbitros e autores são conhecidas por todos e os pareceres e as respostas dos autores aos comentários são públicos. A característica **revisão coletiva**, *crowdsourced review*, é considerada uma revisão pública em que qualquer membro da comunidade poderá colaborar para a revisão do manuscrito, sem limite de comentários ou revisões (Ford, 2013).

Já nas características relacionadas ao tempo de publicação, há a **revisão pré-publicação**, ou *pre-publication review*, onde ocorre antes da publicação oficial do manuscrito, comumente em espaços públicos, como os servidores de pré-impressão, a exemplo *arXiv*, *bioRxiv*, *AgriRxiv*, *ChemRxiv*, *SSRN*, *SocArxiv*, *SciELO Preprints*. A **revisão síncrona**, ou *synchronous review*, acontece simultaneamente à publicação do artigo. Ainda de acordo com Ford (2013) na literatura, esse tipo de avaliação é mencionado apenas no campo teórico, a exemplo de um modelo inovador interativo". A **revisão pós-publicação**, *post-publication review*, acontece após a publicação do artigo, a exemplo de comentários em uma postagem de blog.

Com um objetivo semelhante, Ross-Hellauer (2017) identificou em uma revisão sistemática de literatura 122 definições para o conceito de revisão por pares aberta e que após a análises, o autor compilou em sete características apresentadas na figura 7 a seguir:

Figura 7 - Características identificadas por Ross-Hellauer



Fonte: Adaptado de Ross-Hellauer (2017).

A **identidades abertas**, ou *open identities*, garante aos autores e avaliadores conhecerem suas respectivas identidades. A **pareceres abertos**, ou *open reports*, admite que o parecer avaliativo da submissão seja publicado junto ao artigo e esteja disponível para acesso. A **participação aberta**, ou *open participation*, também denominada por Ford (2013) como revisão coletiva, visa permitir que a comunidade em geral contribua para o processo de revisão.

Neste processo, partes interessadas podem contribuir com revisões completas ou comentários breves. É relevante ressaltar que a participação aberta é utilizada, em essência, como um complemento a revisão tradicional, sem o intuito de substituí-la (Ross-Hellauer, 2017). A característica **interação aberta**, ou *open interaction*, possibilita a interação e a discussão direta e recíproca entre autores e avaliadores, em prol da melhoria e evolução da pesquisa. A característica **publicação pré-revisão**, ou *open pre-review manuscripts*, trata da disponibilização do manuscrito antes ou ao mesmo tempo em que ocorre o processo de avaliação tradicional, geralmente em ambientes conhecidos como servidores ou repositórios de *preprints*. A característica **revisão ou comentários pós-publicação**, ou *open final-version commenting*, diz respeito à possibilidade de fornecer revisão ou comentários após a publicação da versão final do manuscrito. A característica **plataformas abertas**, ou *open platforms*, refere-se às plataformas que realizam a avaliação por pares independentemente do local de publicação ou periódico.

Thelwall *et al.* (2020) defendem que um dos principais argumentos para a adoção de características ou modelos mais abertos de revisão é que, ao transparecer identidades e pareceres, o leitor é capaz de considerar as diferentes perspectivas apontadas pelos avaliadores, compreendendo as contribuições, bem como as limitações dos estudos. Tal entendimento reforça a compreensão de que a ciência não deve ser assimilada tal qual um domínio absoluto, mas um conhecimento que está em constante construção e atualização, com a colaboração e o diálogo entre diferentes pontos de vista.

Sobre as características identificadas pelos autores na literatura, é possível perceber equivalências e semelhanças, mas também distinções, reforçando a ideia de Ford (2013) ao afirmar que não existem implementações uniformes da revisão aberta.

De um ponto de vista prático, Ross-Hellauer (2017) delinea como tais características abordam e contribuem para a tentativa de tratar inconsistências no processo de revisão por pares, tais como: **falta de confiabilidade e inconsistência, falta de responsabilidade e riscos de subversão, atrasos, preconceitos sociais e de publicação, falta de incentivos e desperdício:**

a) identidades abertas e pareceres abertos podem minimizar **a falta de confiabilidade e inconsistência**, devido à crença de que, como terão sua identidade e avaliações publicadas, os revisores tendem a realizar avaliações mais minuciosas e, além disso, implicam diretamente sobre **a falta de responsabilidade e riscos de subversão**, uma vez que ficam mais facilmente perceptíveis os possíveis conflitos de interesse entre as partes envolvidas;

b) publicação pré-revisão diminui sobremaneira o tempo para a divulgação e o alcance da pesquisa, refletindo diretamente sobre **atrasos**;

c) pareceres abertos fornecem uma garantia a mais contra **preconceitos sociais e de publicação**, tendo em vista que o relatório publicado atua como material para embasar fortemente a tomada de decisão editorial;

d) identidades abertas, pareceres abertos e plataformas abertas parecem contribuir para minimizar a **falta de incentivos** e gerar mecanismos capazes de prover recompensas para pareceristas, como realizado pela plataforma Publons, ao permitir que pesquisadores insiram suas publicações, acompanhem as métricas e registrem as revisões realizadas, atribuindo *Digital Object Identifier* (DOI) para cada relatório, além da possibilidade de gerar créditos para uso na plataforma e em periódicos parceiros (Reilly, 2022);

e) pareceres abertos atuam precisamente sobre o **desperdício**, uma vez que a publicação dos pareceres e o acesso ao público atua como um guia ou manual para revisores menos experientes, acerca de como realizar revisões justas e como abordar os aspectos críticos necessários em uma avaliação.

De igual modo, é importante ressaltar que a adoção de tais características pode também contribuir para a manutenção das inconsistências apontadas, como por exemplo, o fato de o periódico adotar a característica de identidades abertas pode resultar em atrasos e despesas, uma vez que há a possibilidades de avaliadores se recusarem a revisão o manuscrito em razão da possibilidade de terem a sua identidade conhecida pelo autor. Dessa forma, se faz necessário investigar se a adoção da avaliação aberta impacta, de fato, em alguma medida, a qualidade das produções científicas e de seus pareceres. Thelwall *et al.* (2020, p. 3, grifo nosso) reforçam que:

Para que a revisão acadêmica por pares seja tão eficaz e valiosa para o discurso científico quanto possível, é essencial que **possíveis vieses sejam identificados e seus efeitos mitigados, gerenciados ou eliminados**. Também é importante que o **escrutínio dos modelos mais recentes seja acompanhado pelo escrutínio dos modelos existentes** e estabelecidos.

Os autores apontam para a necessidade de investigar a ocorrência de possíveis vieses e o controle de seus efeitos, a fim de garantir o rigor e a qualidade da revisão por pares. Além disso, apontam para a importância de investigar os novos modelos de avaliação em consonância comparativa aos modelos já consolidados. Nessa perspectiva, Thelwall *et al.* (2020) conduziram uma pesquisa para avaliar a possível ocorrência de viés na revisão aberta adotada pelo periódico *F1000Research*, o qual é considerado um periódico de revisão aberta com o maior nível de transparência, “porque o seu processo de revisão pelos pares é totalmente

aberto; tanto a identidade dos árbitros como os comentários de revisão são imediatamente acessíveis juntamente com o manuscrito enquanto este está a ser revisto e revisto” (Wolfran; Wang; Hembree; Park, 2020, p. 13).

Como a revisão dos artigos acontece após a publicação, a pesquisa de Thelwall *et al.* (2020, p. 2) buscou investigar se “1) a afiliação do autor e/ou país do avaliador influencia os comentários e decisões do avaliador e 2) se a disponibilidade de pareceres de avaliadores anteriores influencia os comentários e decisões dos avaliadores subsequentes”.

Baseada em dados de revisões abertas de mais de quatro anos, na primeira pergunta, a pesquisa concluiu que há “uma tendência para os revisores atribuírem uma revisão positiva aos autores do mesmo país que eles” (Thelwall *et al.*, 2020, p. 11). Contudo, segundo os pesquisadores, não é possível atribuir o enviesamento unicamente à revisão aberta, tendo em vista que não é possível também realizar uma investigação comparativa na revisão simples cega, em que o revisor conhece a identidade do autor e os pareceres não são disponibilizados para serem avaliados e comparados com os pareceres da revisão aberta. A respeito da segunda questão, “havia poucas provas de que tal fosse o caso. Parece improvável que a disponibilidade prévia do público de relatórios de revisores crie uma pressão sobre os revisores no sentido da conformidade” (Thelwall *et al.*, 2020, p. 11).

Os autores concluem que não há justificativas capazes de confirmar o fato de que um parecer já publicado pelo primeiro revisor influencie o parecer do segundo. Ademais, os pesquisadores apontam a dificuldade em realizar análises comparativas em razão da ausência de dados oriundos da utilização de outros modelos, como os modelos cegos, e por isso a hesitação em ampliar ou generalizar suas conclusões. Assim, Thelwall *et al.* (2020) compreendem que a adoção de novas modalidades de avaliação deve ser acompanhada de estudos e análises para que não sejam incorporadas inclinações e consequências inesperadas em processos como a revisão por pares, fundamental para o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

Assim, cabe ressaltar também os próprios apontamentos de Ross-Hellauer (2017) ao corroborar a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas que atestem se há, de fato, algum incremento substancial na qualidade das avaliações ou o surgimento de novos vieses, como analisado por Thelwall *et al.* (2020).

Já a pesquisa conduzida por Van Rooyen, Delamothe e Evans (2010) buscou investigar se contar para os avaliadores que os seus relatórios poderiam ser publicados junto ao artigo afetaria a qualidade de sua avaliação. De acordo com os resultados obtidos na pesquisa

randomizada, o fato supracitado não afetou de forma significativa a qualidade das avaliações, porém, os revisores do grupo de intervenção levaram mais tempo para concluir o envio dos pareceres que o grupo de controle. Segundo os autores do estudo, esse resultado era esperado, pois se imaginava que os revisores levariam mais tempo para construir pareceres com mais qualidade.

Dessa forma, apesar de não ter sido detectado o aumento da qualidade das avaliações, os autores defendem que as vantagens da revisão aberta, em especial a transparência, se sobressaem e demonstram ser suficientes para superar o tempo extra detectado, pois, a abertura e a transparência são aspectos de relevante interesse nas investigações da área médica, área avaliada do estudo em questão (Van Rooyen; Delamothe; Evans, 2010).

Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) ressaltam que desde o experimento da BMJ, há mais de vinte anos, a adoção da revisão aberta foi de 38 periódicos em 2001, para, pelo menos, 617 no fim de 2019. O crescimento tem sido liderado por periódicos das Ciências Médicas e da Saúde e em Ciências Naturais, como mencionado por Garcia e Targino (2017), com um crescimento exponencial a partir de 2017. Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) defendem que este crescimento tem sido impulsionado por um pequeno número de editoras, que apesar de pioneiras, como *BioMedCentral*, *Frontiers*, entre outras, adotam diferentes níveis de implementação da revisão aberta. A *BioMedCentral*, por exemplo, demanda a abertura das identidades e dos pareceres, já a *Frontiers*, cujo exemplo de [artigo publicado](#) pode ser visto na figura 8 a seguir, define as identidades abertas, mas não disponibiliza os pareceres:

Figura 8 - Artigo publicado com nome dos avaliadores

# Why Science Communication, and Does It Work? A Taxonomy of Science Communication Aims and a Survey of the Empirical Evidence

Klemens Kappel<sup>1\*</sup> and Sebastian Jon Holmen<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Department of Philosophy, University of Copenhagen, Copenhagen, Denmark, <sup>2</sup> Department of Philosophy and Science Studies, Roskilde University, Roskilde, Denmark

In this paper, we offer a novel conceptual framework of some of the most important aims for science communication efforts found in the contemporary literature on science communication. We identify several distinct aims present in the literature such as generating public epistemic and moral trust, generating social acceptance, and enhancing democratic legitimacy, and we discuss some of the relations between the different aims. Finally, we examine whether and, if so, to what extent these different aims can be said to have been successfully reached in practice and find that the empirical literature regarding the evaluation of science communications efforts is scarce. We conclude by suggesting that science communicators be attentive to formulating their communicative aim(s) in more precise terms, as well as conduct systematic studies of the effectiveness of their communicative efforts.

## OPEN ACCESS

### Edited by:

Carrie Figdor,  
The University of Iowa, United States

### Reviewed by:

Ann Grand,  
University of Exeter, United Kingdom  
Scott Alkin,  
Vanderbilt University, United States

### \*Correspondence:

Klemens Kappel  
kappel@hum.ku.dk

**Keywords:** science communication, democratic legitimacy, trust, consensus conference, science literacy, Citizen Science projects

## INTRODUCTION

Although there seems to be a discrepancy between which aims they highlight in their analysis, there appear to be a growing interest among scholars in identifying and analyzing the aims of science communications efforts. For instance, Burns et al. (2003) included five such aims as part of

Fonte: Adaptado de Frontiers (2022).

Como apontado na figura 8, na revista *Frontiers in Communication*, são divulgadas as identidades dos dois avaliadores e suas respectivas afiliações institucionais.

Em uma pesquisa com editores de periódicos da área de Ciência da Informação (CI), Garcia e Targino (2017) buscaram avaliar a viabilidade da adoção da revisão aberta. Para isso, tiveram como objetivos específicos identificar e caracterizar o perfil dos editores, seu nível de conhecimento acerca da revisão aberta (conceito, características e modalidades), além de apontar as vantagens e as desvantagens percebidas pelos editores sobre o tema em questão.

Ao analisar a percepção de 15 editores, as autoras encontraram que a principal característica conhecida pelos respondentes sobre avaliação aberta trata da revisão mediada pelo editor, característica apresentada por Ford (2013) e que é parte intrínseca da revisão cega. Entre os respondentes, 67% afirmaram ter interesse em trabalhar com a revisão aberta e 60% acreditam que a adoção dessa modalidade de revisão pode contribuir para a qualidade dos

periódicos científicos. A percepção dos respondentes acerca das vantagens e desvantagens da revisão aberta é apresentada no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Vantagens e desvantagens da revisão aberta

Vantagens	Desvantagens
1. garantia de liberdade de expressão de autores e avaliadores, uma vez que, ao tempo que os primeiros podem acatar as sugestões dos segundos, também podem contestá-las mediante a apresentação de argumentos consistentes, o que assegura transparência e qualidade na avaliação, além de maior dinamicidade;	1. avaliador-competidor ou rival na especialização;
2. chance de dirimir dúvidas dos atores envolvidos no processo de editoração, incluindo o próprio editor;	2. divergência flagrante entre pareceres diante do mesmo original;
3. possibilidade de produção científica com mais qualidade;	3. disponibilidade de tempo dos avaliadores / atraso no envio de pareceres;
4. relação autor x avaliador mais fluida e sem ruídos, favorecendo a publicação e beneficiando o leitor com uma construção colaborativa e transparente da ciência;	4. demora na edição do fascículo;
5. configuração de um espaço dinâmico para reflexões e discussões, com nítidos reflexos no avanço da C&T.	5. divulgação das avaliações pode gerar insatisfação para os autores e/ou inibir os pareceristas, que temem sofrer retaliações

Fonte: Garcia e Targino (2017).

Entre as vantagens apontadas pelos editores foi apontada a garantia de maior liberdade de expressão associada à maior transparência do processo, produções científicas de maior qualidade, o estabelecimento de uma relação mais fluida e equitativa entre autor e avaliador. Entre as desvantagens foi mencionado que a possibilidade de divulgar os relatórios pode causar desconforto para os autores, bem como para os revisores, que podem ter o receio de sofrer retaliação no caso de emitir um parecer “negativo”. Além disso, como as autoras mencionam, algumas das desvantagens elencadas não são exclusivas da revisão aberta, mas amplamente disseminadas e apontadas como percalços inerentes também das revisões cegas, especialmente as desvantagens relacionadas à disposição para encontrar avaliadores, pareceres notadamente divergentes e demora no processo de avaliação, tendo em vista que, conforme as

autoras, há uma quantidade alta de encargos e responsabilidades inatas aos pesquisadores e ao corpo docente das Instituições de Ensino Superior (IES).

Ainda na perspectiva de explorar os pontos fortes e fracos da revisão aberta, a partir de um estudo bibliográfico da literatura em língua portuguesa, Pedri e Araújo (2021) apontaram as principais vantagens e desvantagens elucidadas a partir de quatro categorias: a) transparência; b) reconhecimento; c) ética e d) qualidade.

Na categoria a) transparência, os autores encontraram como **vantagens**: democratização dos procedimentos avaliativos; ampliar o nível de confiança no processo de revisão; maior fidedignidade aos procedimentos avaliativos; promover maior liberdade de expressão entre autores e revisores; e o autor sabe quem revisou seu trabalho. Como **desvantagem**: encoraja revisores a serem pouco críticos.

Na categoria b) reconhecimento, foram identificadas as **vantagens**: comprova a experiência profissional na função de avaliador; evidencia a corresponsabilidade do revisor e sua efetiva colaboração e profissionalismo; amplia a credibilidade dos revisores com a comunidade acadêmica e científica; possibilita o crédito ao revisor; e como **desvantagem**: exclui revisores jovens.

A categoria c) ética apresentou as **vantagens**: identificação e inibição de plágio; maior isenção; revisores tendem ser mais discretos; avaliação mais justa e ética; redução nos casos de abusos envolvendo os avaliadores; redução da polarização entre os revisores; solução do problema de seleção dos editores evitando preconceitos e elitismo; e as **desvantagens**: avaliações tendenciosas; o autor pode influenciar o revisor; encoraja a disputa entre revisor e autor.

A categoria d) qualidade tem como **vantagens**: diálogo entre avaliadores e autores em busca de intercâmbio de ideias; o parecer contextualiza o artigo, gera informação adicional ao autor e a comunidade; gera comentários mais construtivos, consistentes e coerentes; os pareceres podem fundamentar pesquisadores iniciantes; os revisores expõem opiniões mais consolidadas; aumenta o número de revisores; compartilhamento da visão crítica dos árbitros com as ideias originais dos artigos; redução do intervalo entre a submissão e a publicação do artigo; melhoria na formação continuada do revisor. E como **desvantagens**: engajamento de revisores não qualificados; interferência na relação entre pesquisadores e nos seus projetos acadêmicos; lentidão; maior complexidade nos procedimentos.

Se faz necessário ponderar acerca das vantagens e desvantagens elencadas aqui, uma vez que podem se referir a aspectos específicos de uma ou mais características da revisão

aberta, como por exemplo: a desvantagem engajamento de revisores não qualificados, na categoria d) qualidade, possivelmente está relacionada diretamente à característica da revisão aberta denominada revisão coletiva, ou *crowdsourced review*, apontada por Ford (2013) ou participação aberta, no inglês, *open participation*, na classificação de Ross-Hellauer (2017). Ambas as características denotam um tipo de revisão na qual a comunidade acadêmica em geral pode contribuir com o processo avaliativo. No entanto, alguns periódicos podem estabelecer critérios de participação, como a [Science Open](#), uma plataforma de pesquisa e acesso aberto, que demanda um perfil cadastrado na plataforma *Open Researcher and Contributor ID* (Orcid) com, no mínimo, cinco artigos publicados para poder comentar e participar da revisão (Ross-Hellauer, 2017). O Orcid é um identificador persistente, unívoco e gratuito para pesquisadores (Orcid, 2022).

A revisão por pares aberta é complexa e possui diversas questões que estão em discussão na literatura científica e na prática de utilização do modelo, como explicam Shintaku; Brito; Ferreira Júnior e Barraviera (2020). Em vista de suas diferentes possibilidades de características e combinações, é relevante notar os aspectos de customização já demonstrados pelos autores que estudam a *Open Peer Review (OPR)*, que garantem o seu caráter flexível, a fim de garantir que o editor possa adequar o modelo à revista e ao seu público.

Em razão do avanço, implementação e uso das TICs nas práticas científicas, a maior parte dos periódicos científicos tem o fluxo editorial automatizado, desde a submissão, a avaliação por pares e a publicação do manuscrito *online*, via sistema. Dessa forma, a fim de propor alterações ou novas formas em processos já consolidados na produção do conhecimento científico, se faz necessário compreender se os sistemas que amparam tais procedimentos dispõem de mecanismos de alterações e flexibilização.

Ao questionar os editores de periódicos da área de CI a respeito da disponibilidade, no Brasil, de tecnologia, ferramentas ou mecanismos que possam amparar a abertura do processo de revisão, a pesquisa de Garcia e Targino (2017) constatou que há uma divisão de opiniões. Segundo as autoras, há editores que acreditam, com certeza, que existem soluções tecnológicas disponíveis para amparar o processo de abertura da revisão e há editores que acreditam que apesar da tecnologia existente, a adoção da revisão aberta depende também do fator humano, pois, conforme as autoras, é evidenciado um apego exacerbado à cultura da revisão cega.

Pedri e Araújo (2021) mapearam na literatura científica e no *Twitter*, soluções tecnológicas que possibilitam, amparam e viabilizam a adoção e práticas de editoração da

revisão aberta pelos periódicos científicos. As ferramentas identificadas, com as respectivas instituições responsáveis, ano de criação e outros detalhes acerca de seu acesso estão apresentadas na figura 9 abaixo:

Figura 9 - Ferramentas tecnológicas de suporte à revisão aberta

Nome da Ferramenta	Instituição responsável ou empresa proprietária	Ano de criação	Acesso básico para autores e revisores	Acesso avançado para editores, revistas ou bibliotecas
Repositórios de <i>preprint</i> (arXiv)	Cornell University / National Science Foundation	1991	Gratuito	Gratuito
Open Journal Systems	Public Knowledge Project (PKP) / Simon Fraser University	2001	Gratuito	Gratuito
Peerage of Science	Peerage	2010	Gratuito	Pago
Hypothes.is	Coletivo de pesquisadores	2011	Gratuito	Gratuito
Authorea	John Wiley & Sons , Inc.	2012	Pago	Pago
Publons	Clarivate	2012	Gratuito	Pago
PubPeer	Fundação PubPeer	2012	Gratuito	Gratuito
F1000 Research	Taylor&Francis	2013	Pago*	Gratuito
ScienceOpen	Science Open	2013	Gratuito	Pago
PaperHive	PaperHive	2014	Gratuito	Pago
Peer Community In	Peer Community In	2016	Gratuito	Gratuito
Open Review Toolkit	Fundação Alfred P. Sloan	2017	Gratuito	Gratuito
Researchers One	Researchers One	2018	Pago	Pago

\*Cobrança de uma taxa por publicação denominada *Article Processing Charge* (APC)

Fonte: Pedri e Araújo (2021).

Conforme exposto pelos autores, as ferramentas exemplificadas atuam sob diferentes níveis de abertura e características da revisão aberta, ou seja, podem incluir diferentes perspectivas como identidades ou pareceres abertos, bem como revisões pré ou pós-publicação:

[...] além do *arXiv*, as ferramentas *Peerage of Science* e *Authorea* viabilizam a revisão por pares pré-publicação, assim como *Hypothes.is*, *PaperHive*, *PubPeer*, *ScienceOpen* e *Open Review Toolkit* que possibilitam comentários tanto na pré como pós-publicação. Enquanto a *F1000 Research*, *PubPeer* e *Researchers One* viabilizam somente as revisões após a publicação do artigo (Pedri, Araújo, 2021, p. 5).

Além de proporcionar diferentes experiências de adesão à revisão aberta, as tecnologias expostas representam o crescente esforço da comunidade acadêmica e científica em prol da inovação e do aperfeiçoamento dos seus mecanismos reguladores, como a revisão por pares, e das práticas científicas. O *Open Journal Systems* (OJS), também conhecido no Brasil como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), é um *software* livre e sistema de

editoração eletrônica, criado em 2001 *pele Public Knowledge Project (PKP)* e o mais utilizado pelos periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação, conforme definem Garcia e Targino (2017). Além disso, com o intuito de adotar inovações e customizações, o sistema tem a capacidade de atender também aos procedimentos de revisão aberta, como demonstrado na figura 10 a seguir:

Figura 10 - Tela de designação de avaliador e tipo de avaliação

The screenshot shows the 'Designation of reviewer and type of evaluation' screen in OJS. At the top, under 'Dados Importantes', there are two date fields: '2017-08-30' labeled 'Prazo de resposta' and '2017-09-06' labeled 'Data limite para avaliação'. Below this is a blue header bar with a plus sign and the text 'Fechar Seleção de Arquivos'. The main area is titled 'Arquivos a serem avaliados' with a search icon and the text 'Buscar'. It contains a list of three files, each with a checked checkbox, a file icon, a file ID, the author's name, the filename, and a description:

Seleção	ID	Autor	Nome do Arquivo	Descrição
<input checked="" type="checkbox"/>	217-1	lucasautor, Autor,	envioAutaI.docx	Texto do artigo
<input checked="" type="checkbox"/>	218-1	lucasautor, Autor,	entrevistas.xml	Conjunto de dados
<input checked="" type="checkbox"/>	219-1	lucasautor, Autor,	registros.gz	Conjunto de dados

Below the file list, under 'Tipo de avaliação', there are three radio button options: 'Duplo-cega', 'Cega', and 'Abrir'. The 'Abrir' option is selected and highlighted with a red box. At the bottom, under 'Formulário de avaliação', there is a dropdown menu currently showing 'Formulário de Avaliação de Artigo'. At the very bottom, there are two buttons: 'Adicionar Avaliador' and 'Cancelar'.

Fonte: Brito et al. (2018).

De acordo com o guia de usuário do OJS, ao abrir a avaliação, as identidades de autores e revisores serão conhecidas entre si. Além disso, o sistema é flexível por permitir personalizar os formulários de avaliação e adicionar novos campos ou critérios (Brito et al., 2018). Assim, compreende-se a revisão aberta e suas características citadas ao longo da

pesquisa como um dos aspectos que compõem o movimento denominado Ciência Aberta, a ser discutido no tópico seguinte.

### **3.4 Ciência aberta: primórdios e ecossistema**

No contexto da produção do conhecimento científico, abre-se espaço para as discussões teóricas e epistemológicas que visam o constante aperfeiçoamento da ciência, que influenciada pelo advento e pela inserção das tecnologias da informação e comunicação em suas atividades, processos e procedimentos metodológicos, percebe em si o surgimento de novos paradigmas, como a Ciência Aberta. Em sentido literal, a abertura da ciência trata-se tornar seus métodos abertos, porém, na literatura científica o conceito tem-se mostrado abrangente, e em constante crescimento.

Ramachandran, Bugbee e Murphy (2021) definem a Ciência Aberta como uma cultura de colaboração fomentada pela tecnologia que possibilita o compartilhamento de dados, informações e conhecimentos dentro da comunidade científica e da sociedade, a fim de acelerar as produções e a compreensão científica.

Já Albagli (2019) a define como um movimento de movimentos, por englobar uma série de outras práticas e ações dentro do fazer científico, mas que, além disso, ultrapassa a concepção do conceito ulterior de guarda-chuva.

Silva e Silveira (2019) dissertam que a Ciência Aberta propõe modificações nos processos de comunicação científica e formalizam etapas que antes não eram compartilhadas, tal como os dados de pesquisa. Segundo a visão dos autores, tais modificações não afetam a essência da pesquisa, contudo, sua principal mudança em relação aos processos anteriores é a ampliação da transparência, colaboração, reutilização e inclusão social na produção do conhecimento científico.

Na perspectiva de Ramachandran, Bugbee e Murphy (2021, p. 4) as atividades que compõem a Ciência Aberta são categorizadas em três grandes áreas de foco e em uma perspectiva integrada, que deve “aumentar a acessibilidade ao processo científico e ao corpus de conhecimento”; “tornar o processo de pesquisa e o compartilhamento de conhecimento mais eficientes” e “compreender e avaliar o impacto científico por meio de novas métricas inovadoras.”

Silva e Silveira (2019) acreditam que o ecossistema, assim denominado por agregar os diferentes movimentos que compõem a Ciência Aberta tornam-se um novo paradigma para

a comunicação da ciência, uma vez que são incluídas novas maneiras de interação entre pesquisadores, instituições, governo e sociedade.

Para Xavier (2017) esse movimento, para além do acesso aos dados e às publicações científicas financiadas com o orçamento público, estimula a abertura de todo o fluxo de produção do conhecimento científico, com o intuito primordial de ampliar os impactos sociais e econômicos da ciência e fomentar os ideais de responsabilidade social científica.

Em seu contexto histórico, a Ciência Aberta possui diferentes marcos, tendo para alguns autores, Martins (2020) o seu início pautado pela criação do repositório *arXiv*, em 1991, pelo pesquisador Paul Ginsparg como canal para a disseminação de pesquisas que ainda estavam no processo de pré-publicação, ou seja, não haviam passado pela avaliação por pares.

Em outra perspectiva, o movimento em favor da Ciência Aberta, de acordo com Albagli (2019), tem seu advento inicial começando pelas ações que reivindicavam o acesso livre às publicações científicas. Para a autora, tais manifestações se consolidaram a partir da última década do século XX, em razão da alta dos preços cobrados pelas editoras para a manutenção das assinaturas dos periódicos científicos. Targino (2007) corrobora tal pensamento, ao afirmar que o movimento do acesso aberto surge em consequência das dificuldades de acesso às produções científicas no modelo tradicional de publicação. Segundo a autora, este modelo era fundamentado em periódicos impressos, que se baseavam em processos de aquisição, preparação técnica, armazenagem e recuperação, resultando em custos elevados aos orçamentos das bibliotecas e instituições de pesquisa. Nesse cenário:

Tornava-se assim evidente a inadequação de obstáculos artificiais, especialmente legais e econômicos, à livre circulação da informação científica, dificultando a difusão dos resultados da pesquisa e, logo, o avanço da ciência, sobretudo aquela financiada com recursos públicos. Supõe-se que a abertura da ciência permite maior produtividade, qualidade e retorno social da pesquisa, maximizando resultados e diminuindo redundância, facilitando a colaboração e a reprodutibilidade. (Albagli, 2019, p. 16).

A autora reitera que as barreiras existentes comprometiam o acesso à informação científica, insumo primordial para a manutenção do ciclo de produção, disseminação e uso do conhecimento, impactando diretamente no avanço econômico, tecnológico, social e científico. E, especialmente no contexto brasileiro, em que as revistas científicas são financiadas e geridas por “[...] universidades brasileiras, governo federal, governos estaduais ou associações [...]”,

como mencionado por Bispo (2022, p. 3), torna-se premente que o acesso à informação científica advinda das pesquisas seja livre de barreiras para a sociedade acadêmica e civil.

Assim, o movimento em prol do acesso aberto tem na [Declaração de Budapeste](#) ou (BOAI), publicada em 14 de fevereiro de 2002, um de seus principais sustentáculos, segundo Xavier (2017). A declaração afirma que a remoção de barreiras de acesso à literatura científica “irá acelerar a pesquisa, enriquecer a educação e compartilhar o aprendizado dos ricos com os pobres e dos pobres com os ricos, tornando essa literatura tão útil quanto possível” (Declaração de Budapeste, 2002, tradução livre). E como meio de prover esse acesso, a declaração define duas estratégias: via verde e via dourada.

A via verde, ou autoarquivamento, são os repositórios, que podem ser temáticos ou institucionais, nos quais o pesquisador deposita sua produção científica. Contudo, a depender da instituição, o depósito no repositório depende da política de criação e desenvolvimento do repositório, e pode ser realizado por uma equipe responsável.

A via dourada, ou periódicos de acesso aberto, são revistas que não cobraram taxas de acesso ou de adesão, devendo recorrer a outros métodos para cobrir suas despesas. (Declaração de Budapeste, 2002). Para isso, a declaração cita a destinação de recursos provenientes, por exemplo, de fundações e órgãos governamentais públicos que financiam a pesquisa, bem como os recursos liberados advindos da extinção ou cancelamento de assinaturas de periódicos que cobram taxas de acesso, ou até mesmo a contribuição dos próprios pesquisadores (Declaração de Budapeste, 2002). Sobretudo, a declaração ressalta que não há necessidade de sobrepor uma das soluções supracitadas sob a outra, mas que se faça constante a busca por novas soluções criativas e adequadas às especificidades de cada área do conhecimento e de cada nação.

Shintaku e Seabra Júnior (2019) acreditam que o acesso aberto teve um impacto maior nas publicações científicas, já que:

[...] algumas revistas se tornaram de acesso aberto, principalmente ao se estabelecerem como totalmente digital. Com isso, alterou-se o modelo de negócio, na medida em que se pode adotar o modelo do Article Processing Charge (APC), no qual o autor paga pela publicação e com isso mantém-se a sustentabilidade da publicação (Shintaku; Seabra Júnior., 2019, p. 31).

Como os autores afirmam, há o surgimento de novos modelos de negócio dentro do acesso aberto vão se delineando, de modo que, conforme Albagli (2019), a via dourada passa a ter a possibilidade de incorporar a cobrança de taxas aos autores para o processamento de artigos, ou *Article Processing Charges* (APC), também mencionadas por Shintaku e Seabra Jr.

(2019) e sua disponibilização em acesso aberto, de modo que a via diamante se estabeleceria como o modelo no qual inexistem quaisquer tipos de cobrança para publicação.

Para elucidar as engrenagens desse modelo de publicação, Silva e Silveira (2019) afirmam que a taxa de publicação na *Elsevier*, uma das maiores editoras científicas do mundo, custa cerca de US\$500 a US\$5000. Já Amaral (2021) afirma que a *Nature*, uma das revistas científicas mais prestigiadas no meio científico, tem taxas que giram em torno de 11 mil dólares, como demonstrado neste [artigo publicado no site da revista](#), e explica que o valor equivale a aproximadamente dois anos e meio de uma bolsa de doutoramento, ou de dois mestrados completos.

Em virtude do exposto, é relevante apontar o exposto por Silva e Silveira (2019, p. 5) ao afirmarem que na América Latina “[...] a maioria das revistas científicas digitais é editada por universidades públicas e foi criada dentro da filosofia do acesso aberto.” Tal filosofia de acesso aberto citada pelos autores é a que mais se aproxima da via diamante, mencionada por Albagli (2019) em que não há qualquer cobrança para publicação e acesso das produções.

Retornando ao contexto histórico, em junho de 2003 é publicada a [Declaração de Bethesda sobre Publicação de Acesso Aberto](#). O documento é dividido em quatro seções, em que a primeira define o que é a publicação de acesso aberto, e as demais seções apresentam os relatórios e compromissos que os Grupos de Trabalho: Instituições e Agências de Financiamento; Bibliotecas e Editores; Cientistas e Sociedades Científicas deverão assumir em prol da difusão do acesso aberto à literatura científica (Declaração de Bethesda, 2003).

Seguidamente, em outubro de 2003 é publicada a Declaração de Berlim (Martins, 2020), denominada [Declaração de Berlim sobre Acesso Aberto ao Conhecimento em Ciências e Humanidades](#), que além de sua missão, disponibilizar ampla e prontamente o conhecimento científico para a sociedade, estabeleceu os seguintes pontos de avanço: incentivar pesquisadores e bolsistas a publicarem seus trabalhos em acesso aberto; encorajar instituições detentoras do patrimônio cultural a apoiar o acesso aberto e disponibilizar seus recursos na internet; desenvolver formas de avaliação das contribuições das revistas de acesso aberto, mantendo os padrões de garantia da qualidade e das boas práticas científicas; defender que as publicações de acesso aberto sejam reconhecidas na promoção e na avaliação de cargos e posses e por fim, defender o mérito intrínseco das contribuições para o desenvolvimento de infraestruturas de acesso aberto por meio da criação de ferramentas, softwares, fornecimento de conteúdo, criação de padrões de metadados ou publicação de artigos individuais (Declaração de Berlim, 2003).

De modo semelhante, as três Declarações reiteram as mudanças nos aspectos jurídicos, financeiros e comerciais que o acesso aberto provoca, e para tal, reforça a importância de as organizações envidar esforços na busca de soluções e infraestruturas que amparem de modo legal o acesso e o uso das produções.

Tais declarações, pautadas especialmente nas transformações que a internet proporcionaria ao processo de produção e compartilhamento do conhecimento científico, atuaram como os principais expoentes para o favorecimento do movimento que visa tornar a ciência cada vez mais aberta, transparente e interativa.

No Brasil, as três Declarações encontram empecilhos para sua concretude, como afirmam Andrade e Muriel-Torrado (2017). Para os autores, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Direitos Autorais, entra em conflito com as declarações no que se refere aos diversos aspectos como reprodução, distribuição e adaptação das obras, pois demandam solicitação de autorização para tal. Dessa forma, os autores reforçam que seria inviável solicitar permissões aos autores para realizar cada uma das ações pregadas pelas declarações, como: “acessar as informações, baixar os artigos (reprodução), a possibilidade de fazer traduções e compartilhar com terceiros através da rede (distribuição)” (Andrade; Muriel-Torrado, 2017, p. 4). Contudo, a fim de proporcionar maior flexibilidade no acesso e na utilização das produções científicas, e levando em consideração os direitos do autor e os demais aspectos éticos e legais, tem-se a possibilidade de atribuir ao trabalho, ou aos periódicos as licenças alternativas e complementares como a [\*Creative Commons \(CC\)\*](#). São seis tipos de licenças, das mais restritas às mais flexíveis, ao critério do autor ou responsável.

Para Fortaleza e Betin (2019) o conceito de Ciência Aberta, que está em crescente amadurecimento e consolidação constitui-se como um novo paradigma da ciência pois prevê práticas mais colaborativas, nas quais dados de pesquisa podem ser disponibilizados para reutilização, redistribuição, reprodutibilidade das pesquisas, entre outros aspectos que se constituem como fundamentais para a eficiência e a eficácia das práticas científicas.

Fecher e Friesike (2013) entendem que o termo “aberto” evocado pelo movimento da Ciência Aberta possui uma semântica demasiadamente ampla, podendo se referir a qualquer um dos aspectos que levem em consideração as práticas científicas abertas. Dessa forma, a fim de oferecer uma visão das múltiplas direções que as discussões tomam, os autores realizaram uma revisão de literatura, na qual identificaram argumentos e discursos que caminhavam para se constituir como correntes, então denominadas como escolas de pensamento: Escola pública (*Public School*), Escola democrática (*Democratic School*), Escola pragmática (*Pragmatic*

*School*), Escola de infraestrutura (*Infrastructure School*) e Escola das Métricas (*Measurement School*). Segundo os autores, as escolas norteiam as discussões teóricas e práticas acerca da Ciência Aberta sob diferentes suposições, grupos envolvidos, objetivos e ferramentas e métodos, expostos no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Escolas de pensamento da Ciência Aberta

Escola	Suposição	Envolvidos	Objetivo	Ferramentas e métodos
<b>Pública</b>	A ciência precisa ser tornada acessível ao público.	Cientistas e cidadãos	Tornar a ciência acessível aos cidadãos.	Ciência Cidadã, Relações Públicas Científicas, Blogs de Ciência
<b>Democrática</b>	O acesso ao conhecimento é distribuído de forma desigual.	Cientistas, políticos, cidadãos	Tornar o conhecimento disponível gratuitamente para todos.	Acesso aberto, direitos de propriedade intelectual, Dados abertos, Código aberto
<b>Pragmática</b>	A criação do conhecimento poderia ser mais eficiente se os cientistas colaborassem.	Cientistas	Abrir o processo de criação de conhecimento.	Sabedoria das multidões, efeitos de rede, Dados Abertos, Código Aberto
<b>Infraestrutura</b>	A pesquisa eficiente depende das ferramentas e aplicações disponíveis.	Cientistas e fornecedores de plataformas	Criar plataformas, ferramentas e serviços disponíveis abertamente para os cientistas	Plataformas e ferramentas de colaboração
<b>Métricas</b>	As contribuições científicas de hoje necessitam de medidas alternativas de impacto.	Cientistas e políticos	Desenvolver um sistema métrico alternativo para o impacto científico.	<i>Altmetrics</i> A, revisão por pares, citação, fatores de impacto

Fonte: Adaptado de Fecher e Friesike (2013).

A perspectiva da Escola pública supõe que o conhecimento científico deve ser acessível para o público e assume essa percepção como seu objetivo. Sob a ótica dessa escola, tem-se como envolvidos os cientistas e cidadãos, ou sejam, produtores e consumidores do conhecimento, ao qual pode utilizar como métodos e ferramentas a ciência cidadã, as relações públicas científicas, os blogs de ciências, entre outros.

A Escola democrática assume que o acesso ao conhecimento científico é distribuído de forma desigual. Dessa forma, a escola objetiva tornar o gratuito e disponível para todos,

especialmente nos casos em que o Estado é o principal financiador do desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, tem-se envolvidos cientistas, produtores do conhecimento, políticos, criadores de normas e legislações regulamentadoras, e cidadãos como consumidores da informação. Esse acesso dar-se-á por meio do acesso aberto, da regulamentação dos direitos de propriedade intelectual e dos dados e códigos abertos.

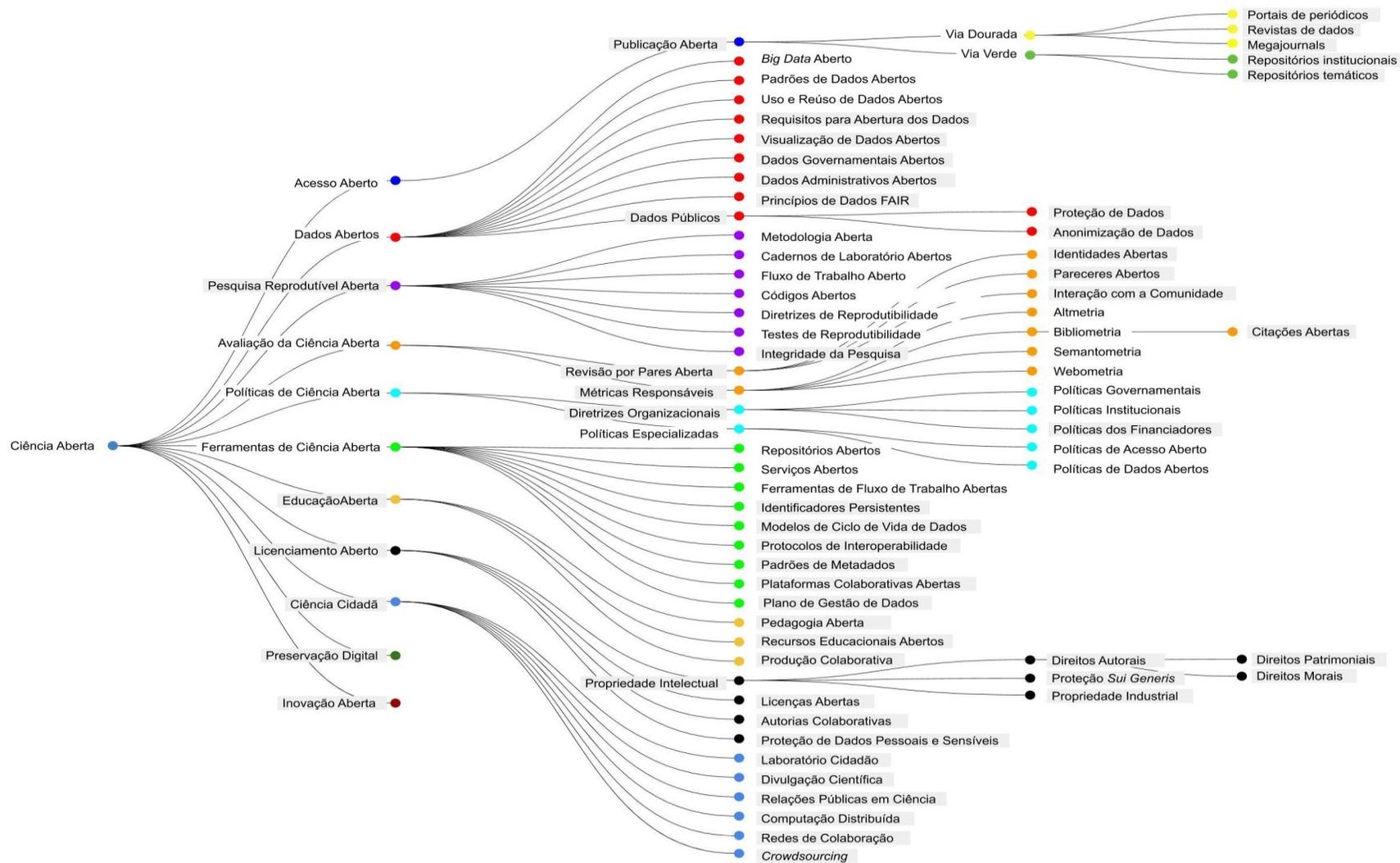
A Escola pragmática supõe que a criação do conhecimento científico poderia ser mais eficiente se houvesse mais colaboração entre os cientistas, e para isso se propõe abrir o processo de criação de conhecimento para criar práticas colaborativas e utilizar-se de ferramentas e métodos proporcionados pela Web 2.0, como a sabedoria das multidões, efeitos de rede, e dados e códigos abertos.

A Escola de infraestrutura defende que para a pesquisa ser eficiente ela depende de plataformas, ferramentas e aplicações disponíveis aos seus propósitos, e para tal, tem como objetivo criá-las de forma aberta e disponível para os cientistas.

A Escola de métricas entende que as produções científicas atuais necessitam de formas alternativas para mensurar o seu impacto, e para isso tem como objetivo desenvolver sistemas métricos alternativos que levem em consideração novas formas de avaliar o impacto das pesquisas no novo cenário de disseminação das publicações na internet, para além do contexto dos periódicos

Com o intuito de contextualizar a Ciência Aberta, Silveira *et al.* (2021) propuseram uma tradução da taxonomia da Ciência Aberta elaborada pelo grupo *Facilitate Open Science Training for European Research* (Foster). O estudo, que contou com a participação de especialistas brasileiros nas temáticas da Ciência Aberta por meio do método Delphi, traduziu e ampliou a taxonomia e suas facetas, conforme exposto na figura 11 abaixo:

Figura 11 - Taxonomia da ciência aberta



Fonte: Silveira et al. (2021)

De acordo com os resultados do estudo proposto, a ampliação da taxonomia da Ciência Aberta a partir da versão original desenvolvida pelo grupo Foster, resultou em 11 facetas e 82 rótulos. Entre as facetas estão: Acesso aberto, Dados abertos, Pesquisa Reprodutível Aberta, Avaliação da Ciência Aberta, Políticas de Ciência Aberta, Ferramentas de Ciência Aberta, Educação aberta, Licenciamento aberto, Ciência cidadã, Preservação digital e Inovação aberta. Em razão da complexidade e da profundidade do tema, apresenta-se uma breve explanação acerca de cada faceta, seus objetivos e rótulos.

A faceta do **Acesso aberto**, já discutida anteriormente, engloba o rótulo Publicação Aberta, que por sua vez abrange os rótulos Via Dourada e a Via Verde, comumente associados às modalidades de acesso livre às publicações científicas. A via Dourada é relativa aos portais de periódicos, as revistas de dados e aos *megajournals*. A Via Verde está relacionada aos repositórios institucionais, que agregam a produção científica de determinada instituição ou repositórios temáticos, que agrupam as produções acerca de temas específicos.

A faceta **Dados abertos** engloba os rótulos Big Data; Padrões de dados abertos; Uso e reúso de dados abertos, Requisitos para aberturas dos dados; Visualização de dados abertos; Dados Governamentais abertos; Dados administrativos abertos; Princípios de dados FAIR; e o rótulo Dados públicos, que abrange os rótulos Proteção de Dados e Anonimização de Dados.

A faceta **Pesquisa Reprodutível Aberta** apresenta ferramentas e estratégias que possibilitam a reprodutibilidade das investigações científicas e inclui os rótulos Metodologia Aberta; Cadernos de Laboratório Abertos; Fluxo de Trabalho Aberto; Códigos Abertos; Diretrizes de Reprodutibilidade; Testes de Reprodutibilidade e Integridade da Pesquisa.

A faceta **Avaliação da Ciência Aberta** indica aspectos que tornam a avaliação científica mais transparente, e inclui a Revisão por Pares Aberta, temática desta pesquisa, que por sua vez engloba as identidades abertas, os pareceres abertos e a interação com a comunidade, aspectos inerentes às características da revisão aberta apontadas por Ross-Hellauer (2017). Além disso, inclui as Métricas Responsáveis, que abarcam a Almetria, ou métricas alternativas, a Bibliometria, que envolve as Citações Abertas; Semantometria e Webometria.

A faceta **Políticas de Ciência Aberta** apresenta políticas que orientam a sua adoção em diferentes instâncias, assim como Diretrizes Organizacionais, que envolve Políticas Governamentais, Políticas Institucionais.

A faceta **Ferramentas de Ciência Aberta** apresenta instrumentos que viabilizam a sua adoção e o suporte às suas tecnologias, como Repositórios Abertos, Serviços Abertos, Ferramentas de Fluxo de Trabalho Aberta, Identificadores Persistentes, Modelo de Ciclo de Vida de Dados, Protocolos de Interoperabilidade, Padrões de Metadados, Plataformas Colaborativas Abertas e Plano de Gestão de Dados.

A faceta **Educação aberta** visa tornar a prática pedagógica mais colaborativa, por meio da Pedagogia Aberta, dos Recursos Educacionais abertos e da Produção colaborativa.

A faceta **Licenciamento aberto** envolve formas alternativas de permissões e licenças para lidar com dados e produtos advindos da produção científica, e engloba as Licenças abertas, as Autorias Colaborativas e a Proteção de Dados Pessoais e Sensíveis.

A faceta **Ciência cidadã** objetiva aproximar a população do processo de produção e disseminação do conhecimento científico, por meio de ações e atividades como Laboratório cidadão, Divulgação científica, Relações Públicas em Ciência, Computação Distribuída, Redes de Colaboração e *Crowdsourcing*.

A faceta **Preservação digital** visa propor estratégias, diretrizes, discussões, infraestruturas tecnológicas e técnicas, como emulação, migração, encapsulamento, entre outras, para a preservação de documentos, inclusive dos materiais relativos às pesquisas científicas.

A faceta **Inovação Aberta** é compreendida como a integração e colaboração de diferentes partes para a resolução de um problema sob diferentes óticas. Silveira *et al.* (2021) exemplificam o desenvolvimento das vacinas para o combate à pandemia de Covid-19 como uma ação de inovação aberta, uma vez que esta agregou os esforços de diferentes países na busca por uma solução rápida, eficiente e, acima de tudo, eficaz.

A ampliação e o desenvolvimento da taxonomia sob a ótica dos pesquisadores brasileiros possibilitam que particularidades e aspectos inerentes ao cenário e ao contexto nacional sejam analisados e levados em consideração. Assim, a fim de aprofundar o entendimento e as implicações acerca das facetas e dos rótulos supracitados, bem como do ecossistema que compõe a Ciência Aberta, sugere-se a leitura na íntegra do trabalho original de Silveira *et al.* (2021).

No contexto brasileiro, é possível mencionar algumas das iniciativas em prol das discussões e das práticas da Ciência Aberta. O Livro Verde - Ciência Aberta e Dados Abertos: Mapeamento e Análise de Políticas, Infraestruturas e Estratégias em Perspectiva Nacional e Internacional, publicado em 2017 e disponibilizado no repositório ARCA é uma iniciativa do

Grupo de Trabalho de Ciência Aberta da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sob a coordenação de Paula Xavier dos Santos. O objetivo do livro é sistematizar “[...] um mapeamento seguido de análise do processo de implantação da Ciência Aberta em oito países e na União Europeia, com ênfase nas políticas e na infraestrutura de dados abertos” (Santos, 2017, p. 4). Assim, o livro apresenta os esforços envidados em prol desta ciência no Brasil e em países como: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Holanda, Portugal e Reino Unido, além da União Europeia.

Ainda no âmbito da Fiocruz, é possível citar os cursos oferecidos pelo Campus Virtual Fiocruz do Programa de Formação Modular sobre Ciência Aberta, conforme a figura 12 abaixo::

Figura 12 - Cursos do Programa de Formação Modular sobre Ciência Aberta

The image shows a web interface titled 'Séries do Programa' (Program Series). It displays four columns, each representing a different series of courses. Each series includes two courses with their respective titles, durations, and 'Iniciar Curso' (Start Course) buttons.

Série	Curso 1	Curso 2
Série 1 (20h)	<b>Fundamentos da Ciência Aberta</b> Curso 1 (10h)   8 aulas O que é Ciência Aberta?	Curso 2 (10h)   7 aulas Panorama Histórico da Ciência Aberta
Série 2 (20h)	<b>Marcos Legais</b> Curso 1 (10h)   15 aulas Propriedade Intelectual aplicada à Ciência Aberta	Curso 2 (10h)   6 aulas Direito de Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais
Série 3 (20h)	<b>Pesquisa Aberta</b> Curso 1 (10h)   5 aulas Acesso Aberto	Curso 2 (10h)   6 aulas Dados Abertos
Série 4 (20h)	<b>Educação Aberta</b> Curso 1 (10h)   4 aulas Panorama da Educação Aberta	Curso 2 (10h)   4 aulas Recursos Educacionais Abertos

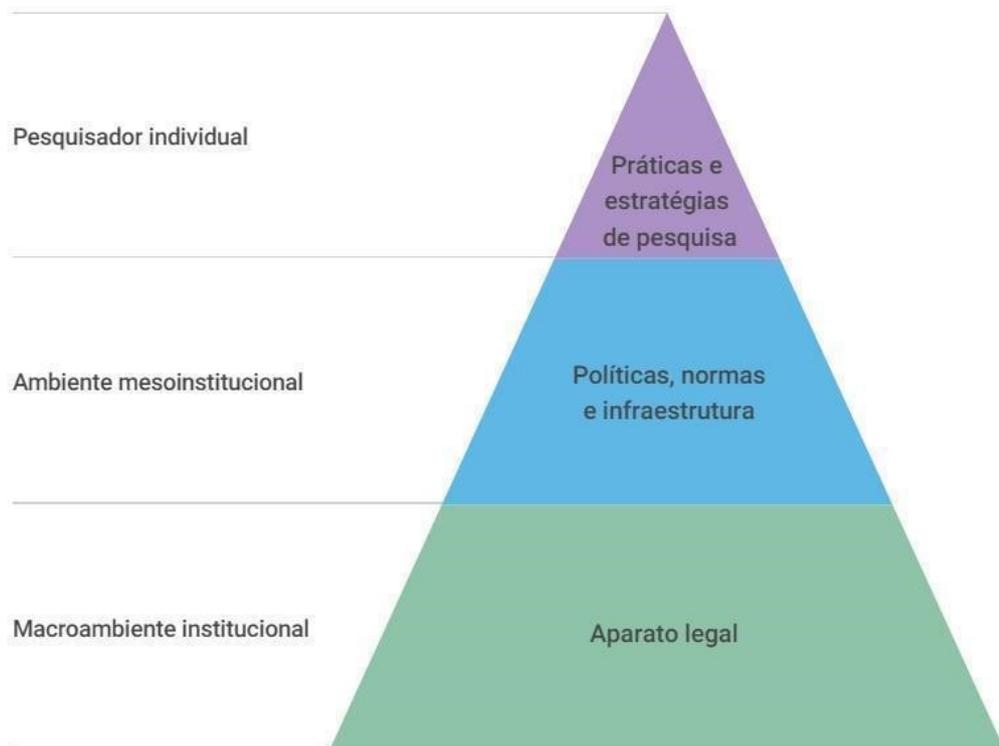
Fonte: Campus Virtual Fiocruz (2022).

São oito cursos, cada um com 10 horas de carga horária e direito à certificação, distribuídos em quatro séries com atividades que abordam as principais temáticas de discussões e práticas relacionadas à Ciência Aberta: a primeira é Fundamentos da Ciência Aberta, com os cursos “O que é Ciência Aberta?” e “Panorama Histórico da Ciência Aberta”; a segunda série: Marcos Legais, com os cursos “Propriedade Intelectual aplicada à Ciência Aberta” e “Direito

de Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais”; a terceira série: Pesquisa Aberta, com os cursos “Acesso aberto” e “Dados abertos” e a quarta série: Educação Aberta, com os cursos “Panorama da Educação Aberta” e “Recursos Educacionais Abertos”. O acesso aos cursos é totalmente gratuito e livre para todos os públicos.

A análise da viabilidade e a implementação da adoção e das práticas relacionadas à Ciência Aberta estão diretamente relacionadas ao contexto social, administrativo, organizacional e político de um país. Neste sentido, Albagli (2019) entende que ao reconhecimento e a escolha por tais práticas envolve diferentes instâncias, atores e níveis de intervenção, que são expostos na figura 13 abaixo:

Figura 13 - Atores e níveis de intervenção para a adoção da ciência aberta



Fonte: Adaptado de Albagli (2019).

Conforme a figura, a adoção das práticas de Ciência Aberta não se resume a ações isoladas, mas o conjunto sistemático de ações adotadas por diferentes instâncias vinculadas à produção científica. No nível do pesquisador individual, a adoção desta ciência acontece no contexto ao qual o investigador insere em sua metodologia de pesquisa estratégias, ações e ferramentas vinculadas às práticas abertas, como por exemplo, o compartilhamento e o depósito

de seus dados de pesquisa em repositórios, a disponibilização do artigo em servidores de *preprint*, entre outros.

No nível do ambiente mesoinstitucional há a elaboração e a proposição de políticas, normas e infraestruturas por instituições de pesquisa, universidades e agências de fomento que estimulem, reconheçam e certifiquem o uso de práticas abertas por pesquisadores, como a implementação de repositórios institucionais, o depósito legal das produções científicas, e outros.

No nível do macroambiente institucional faz-se necessário o envolvimento, em âmbito nacional e internacional, de instituições reguladoras, a fim de proporcionar o aparato legal que versa sobre as normas de propriedade intelectual, direito autoral, acesso à informação, entre outros.

Desta forma, os aspectos supracitados e definidos por Albagli (2019) constituem-se como fundamentais para uma adoção conjunta e congruente das práticas da Ciência Aberta, de modo a maximizar os esforços e usufruir das vantagens dela advindas.

A biblioteca eletrônica SciELO (2022) entende que a Ciência Aberta se constitui como uma nova forma de desenvolver e de comunicar a pesquisa científica, em que a ênfase recai sobre a transparência dos processos de produção e na disseminação dos conteúdos, bem como em favor do rigor metodológico e da colaboração entre os pesquisadores. Em razão disso, em 2022 estabeleceu novos critérios de indexação para adesão e permanência de periódicos na coleção SciELO Brasil. De acordo com o documento, o objetivo da avaliação dos critérios nos periódicos é fortalecer a qualidade e a relevância da produção científica brasileira, bem como proporcionar o seu alinhamento às práticas da Ciência Aberta. Ainda segundo o documento, a avaliação é convergente com as políticas nacionais de avanço das pesquisas e com os padrões internacionais de desempenho de qualidade, indexação, publicação e interoperabilidade.

A política de critérios da SciELO pode ser compreendida como um nível de intervenção do ambiente meso-institucional, apontado por Albagli (2019), isto pois, a SciELO, além de ser uma importante biblioteca eletrônica e indexadora, define os critérios da coleção SciELO Brasil:

[...] no contexto dos objetivos, funções e princípios do Programa SciELO da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que é apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) (SciELO, 2020, p. 4).

Tais instituições têm papel preponderante e influenciam sobremaneira no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, uma vez que Fapesp, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre diversas outras atribuições, assumem o papel das principais agências de fomento nacional.

Entre alguns dos critérios da coleção, é possível citar aspectos relacionados ao fluxo e ao corpo editorial, tais como: tempo de existência, caráter científico, relevância, sustentabilidade e qualificação editorial, multilinguismo, tempo de processamento dos manuscritos, internacionalização, boas práticas éticas, entre outros. Já os aspectos que visam o alinhamento com as práticas de comunicação científica da Ciência Aberta envolvem:

[...] acesso aberto; preprints como início do fluxo de produção dos artigos; gestão dos dados de pesquisa, códigos de programas e outros materiais subjacentes aos artigos; transparência e abertura do processo de avaliação dos manuscritos; disseminação pública das pesquisas e interoperabilidade com o fluxo global de informação e conhecimento científico (SciELO, 2020, p. 27).

Desse modo, a proposição de tais critérios pela SciELO é consonante ao proposto por Sales e Shintaku (2019) e Albagli (2019), ao defenderem que se faz necessária a união e a mobilização de todos os componentes e participantes diretos e indiretos da comunidade científica, isso inclui pesquisadores, instituições de pesquisa, editores, agências de fomento, a fim de possibilitar o debate e a adoção de propostas e políticas de apoio à Ciência Aberta.

Em razão da amplitude e da importância do tema, em 2021 a Unesco instituiu a Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta. De acordo com a organização, essa ciência é “uma ferramenta vital para melhorar a qualidade e a acessibilidade dos resultados científicos e do processo científico, para preencher as lacunas de ciência, tecnologia e inovação entre e dentro dos países e para cumprir o direito humano de acesso à ciência” (Unesco, 2022). Entre as prioridades da recomendação estão:

- Promover uma compreensão comum da ciência aberta e seus benefícios e desafios associados, bem como os diversos caminhos para a ciência aberta
- Desenvolvimento de um ambiente político favorável para a ciência aberta
- Investir em infraestrutura e serviços que contribuam para a ciência aberta
- Investir em treinamento, educação, alfabetização digital e capacitação, para permitir que pesquisadores e outras partes interessadas participem da ciência aberta
- Promover uma cultura de ciência aberta e alinhar incentivos para a ciência aberta
- Promover abordagens inovadoras para a ciência aberta em diferentes fases do processo científico
- Promover a cooperação internacional e multissetorial no contexto da ciência aberta com vista a reduzir as lacunas digitais, tecnológicas e de conhecimento (Unesco, 2022).

Conforme o exposto, os estados-membros se comprometem a elaborar relatórios a cada quatro anos acerca de seus progressos na área e promover e investir em ambientes e infraestruturas tecnológicas para a adoção da prática e da cultura da Ciência Aberta.

Para Santos (2017) os benefícios da Ciência Aberta incluem a reprodutibilidade, a transparência, a velocidade de circulação e a reutilização de dados e da informação científica, o que gera mais qualidade e agilidade nos processos de disseminação do conhecimento científico. Além disso, segundo a autora, tais características propiciam benefícios para todos os agentes envolvidos nos procedimentos de produção e comunicação científica, desde os financiadores, as instituições, os pesquisadores, discentes e gestores, bem como para a sociedade. Portanto, a capacidade de ser benéfica para os interesses de todos os agentes mencionados, possibilita ser um aspecto conveniente à adoção da Ciência Aberta (Santos, 2017).

Contudo, é relevante ressaltar, além das vantagens, os argumentos contrários à Ciência Aberta. Martins (2020, p. 4) indaga que um dos sustentáculos do movimento é a transparência, porém, segundo o autor, o aumento da transparência resulta sempre na necessidade de mais transparência, sendo importante refletir sobre questões como: “[...] qual o nível ótimo de transparência na ciência? Todos os tipos de transparência são desejáveis? Quanto de transparência é o suficiente?”.

Para defender tais argumentos, o autor cita exemplos baseados no uso da revisão por pares aberta, em que os avaliadores podem escrever avaliações menos rigorosas que o ideal, e na disponibilização dos dados de pesquisa, em uma situação em que sua disponibilização pode permitir que o público leigo tenha acesso, e concebam conclusões indevidas e análises inadequadas ou precipitadas dos dados, ou seja, se “[...] os dados abertos são utilizados livremente em um ambiente sem controle por parte do cientista, a análise dos dados pode ficar comprometida ou ser feita de forma equivocada, o que pode criar efeitos negativos para a própria pesquisa” (Martins, 2020, p. 5).

Contudo, com o intuito de mitigar os riscos de exposição e da utilização indevida de dados pessoais, é possível mencionar a criação de legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a *General Data Protection Regulation* (GDPR), marcos legais responsáveis por regular a privacidade e a proteção de dados pessoais, a primeira, no Brasil, e a segundo, na União Europeia, tendo amplo escopo de cobertura, inclusive no âmbito da pesquisa científica.

Ainda de acordo com Martins (2020), todos os exemplos são os argumentos contrários comumente citados acerca da Ciência Aberta, e que podem resultar no oposto ao desejado, ineficiência e resultados indesejados. Assim, o autor reitera a respeito da importância de sistema que permita o aumento da transparência, sem abalar a liberdade individual do pesquisador e sem incentivar ações antiéticas de pessoas leigas ou não cientistas.

Vitón-Castillo, Garcia-Espinosa e Arencibia-Paredes (2020) asseguram que o movimento da Ciência Aberta não tem a intenção de modificar a motivação ou os propósitos da investigação científica, mas sim a forma de produzir e divulgar a ciência. Isso por que, Silva *et al.* (2017) defendem que a adesão às práticas da Ciência Aberta e da *e-Science* têm transformado o modo como a comunidade acadêmica produz o conhecimento científico, e por isso, as formas de disseminação também se alteram, e por isso, é necessário estar atento às tais mudanças, para compreender o comportamento e práticas dos pesquisadores, a contribuição das tecnologias da informação e comunicação para os processos, bem como o papel da sociedade perante esse cenário de construção colaborativa do conhecimento científico.

Bispo (2022), nessa mesma perspectiva, acredita que o diálogo acerca da Ciência Aberta possa ser ampliado para encontrar possíveis caminhos que contemplem os múltiplos modos de fazer ciência, cada um com suas próprias especificidades, e para isso é necessário reconhecer as particularidades inerentes à cada área do conhecimento, seus respectivos métodos e procedimentos de produção e uso da informação científica. Além desse aspecto, o autor defende a importância de se refletir a respeito de regras rígidas ou inflexíveis em excesso, que, apesar de agirem sob a égide da transparência, podem implicar na transgressão da ética acadêmica e científica, como o exemplo da abertura total de dados.

Neste sentido, no contexto dos periódicos científicos, a figura do editor, o responsável por mediar as informações de todo o fluxo editorial de publicação, é essencial para avaliar a adoção de práticas de Ciência Aberta adotadas, como a revisão aberta, dados, abertos, etc., além de seus impactos para a comunidade científica e social, sendo, por essa razão, um relevante tópico a ser discutido a seguir.

### 3.5 Contribuição da mediação da informação editorial na revisão por pares aberta

O editor de um periódico científico é o responsável por acompanhar todo o fluxo editorial, desde a submissão do artigo pelo autor, ao processo de avaliação pelos pares, a tomada de decisão e a publicação do manuscrito. Sendo um dos principais participantes do fluxo editorial, o editor é o responsável por coordenar e orientar os trâmites necessários para garantir a publicação e divulgação do conhecimento científico, conforme entendem Freitas e Leite (2019), por assumirem que papel do editor está relacionado à produção e à qualificação da informação científica produzida, como também à sua disseminação e circulação na comunidade acadêmica. Entre as principais atribuições de um editor em um periódico científico é possível indicar:

(a) direção do processo de publicação e a responsabilidade pela **manutenção da qualidade científica**; (b) avaliação confidencial, objetiva e sem preconceito dos manuscritos no menor período de tempo possível; (c) isenção na escolha dos revisores (sem visar resultados previsíveis); (d) proteção dos direitos dos autores e revisores, **promovendo uma comunicação objetiva e profissional entre eles**; e (e) decisão final sobre a aceitação ou rejeição de um manuscrito. (Fávero, 2001 *apud* Yamamoto, 2002, grifo nosso).

Como ilustrado pelos autores, a atuação do editor é imprescindível, uma vez que circunda todas as etapas de produção científica, desde a coordenação do fluxo editorial, a garantia da adequação e do atendimento dos procedimentos que orientam a revisão por pares e a tomada de decisão acerca da publicação do manuscrito a partir dos pareceres dos avaliadores.

Dessa forma, o editor e a mediação editorial são fundamentais para a garantia do cumprimento das etapas supracitadas, que influenciam, sobremaneira, na qualidade e na agilidade de disseminação das produções científicas, e, conseqüentemente, no desenvolvimento da ciência.

O mediador é para Belmonte (2017, p. 21) “[...] um intermediário, um amplificador, um organizador e um desenhista de processos formativos”. Assim, é possível perceber no editor a figura mediadora, por se fazer presente ao longo de todo o percurso editorial, e para justificar esse entendimento, é possível levar em consideração a perspectiva de Almeida (2009, p. 16) ao definir que as mediações podem ser compreendidas como “sinônimo de processos de interlocução e/ou interação entre os membros de uma comunidade, por meio dos quais os laços de sociabilidade são estabelecidos e alimentados”.

Corroborando com esse entendimento, na perspectiva de Couzinet (2015) os periódicos científicos constituem-se como espaços ricos em interações, e, portanto, como meios

privilegiados de mediação da informação. Além disso, Nunes (2019) explica que os periódicos oportunizam a disseminação do conhecimento científico, mas também possibilitam a pesquisa e o estabelecimento de relações entre pesquisadores, uma vez que, “a mediação se faz presente como um processo que se realiza a partir da inter-relação entre os sujeitos e que pressupõe entre eles uma mudança que contribua para a melhoria da condição de ambos”. (Nunes, 2019, p. 4).

Pessanha (1998) define que a avaliação das pesquisas, ou revisão por pares, se constitui na atuação de dois personagens, o editor e o avaliador, sendo o primeiro responsável por mediar o processo de avaliação do início ao fim, amparado pelo segundo. Nessa perspectiva, Omote (2005) entende que a possibilidade de estabelecer diálogo entre autores e avaliadores, com a mediação do editor, se faz uma prática necessária, pois busca, em última instância, garantir a qualidade das produções científicas publicadas.

Dessa forma, a fim de proporcionar tal diálogo e atuar em uma função mediadora, convém que o editor assuma posições de uma mediação dialógica, levando em consideração os diferentes entendimentos de mediação apresentadas na figura 14 a seguir:

Figura 14 - Significados de mediação para Belmonte

<b>ACOLHER</b>	acreditar - amar – confiar – esperar
<b>CONHECER</b>	pessoa – ambiente – necessidades - vida
<b>COMPREENDER</b>	empatia - dar sentido-significado
<b>AJUDAR</b>	disponibilidade - cooperação
<b>MOTIVAR</b>	adaptar – provocar sucesso
<b>POTENCIALIZAR</b>	interiorizar- elevar nível de abstração
<b>PROVOCAR</b>	questionar – desafiar – mudar - exigir
<b>ORIENTAR</b>	guiar – organizar – planificar
<b>IMPLICAR</b>	treinar – dar estratégias
<b>CONTROLAR</b>	auto avaliar – criticar - valorar
<b>RELACIONAR</b>	ver multidisciplinaridade – estruturar
<b>FORMAR</b>	revisar atitudes, valores, normas
<b>PERSONALIZAR</b>	dar autonomia – auto aceitação
<b>APLICAR</b>	transferir- descontextualizar
<b>AVALIAR</b>	sintetizar – generalizar, buscar conclusões

Fonte: Belmonte (2007) citado por Farias (2015).

Belmonte (2007) acredita que a mediação assume diferentes significados, e Farias (2015) entende que a apropriação desses sentidos fortalece a compreensão das características e das competências que um mediador deve desenvolver, a fim de empreender ações de informação. Na perspectiva de uma mediação no contexto editorial, é possível perceber a relação intrínseca entre os significados da mediação e o papel do editor no periódico científico, como por exemplo, o editor pode atuar de forma **acolhedora** com autores, avaliadores e leitores; **conhecer** o cenário acadêmico da publicação científica, pessoas e ambientes; **motivar**, no sentido de adaptar possíveis soluções a questões que surjam, **provocar**, no sentido de questionar e desafiar autores, avaliadores e leitores a experimentação ou adesão de práticas inovadoras; **orientar**, no sentido de guiar e organizar; **implicar**, no sentido de treinar e oferecer estratégias para avaliadores e leitores; **controlar**, com o intuito de autoavaliar os processos e estratégias de avaliação em curso, em busca de melhorias e práticas mais eficazes e eficientes; **formar**, com a perspectiva de revisar as atitudes, valores e normas vigentes no contexto da cultura organizacional instituída no modelo de avaliação; **personalizar**, com o intuito de proporcionar autonomia aos participantes do fluxo editorial e **avaliar** com o objetivo de sintetizar, generalizar e buscar conclusões acerca dos resultados e indicadores e *feedbacks* obtidos pelos participantes do fluxo de revisão.

Desse modo, entende-se o editor como mediador durante todo o prosseguimento de produção e publicação científica. Assim, poderá contribuir para o processo de seguimento e implementação das diretrizes que orientarão para a revisão aberta. Isto pois, como explica Gomes (2014), há na mediação da informação a percepção de diferentes sentidos:

[...] o sentido de **compartilhamento**, de **cooperação**, de **abertura ao diálogo** e ao movimento que desestabiliza e estabiliza conhecimentos, de **abertura à crítica e à criatividade**, de abertura também às intersecções entre o “velho” e o “novo”, o que confere a ação mediadora certa característica de substrato ao autoconhecimento e ao entrelaçamento da humildade e da autoestima dos interlocutores dessa ação (Gomes, 2014, p. 52, grifo nosso).

As acepções de compartilhamento, cooperação, diálogo, abertura à crítica, criatividade, bem como o movimento de construção do conhecimento, presentes na mediação podem ser compreendidas também como características intrínsecas e necessárias ao processo de revisão por pares, que encontra nesses sentidos desenvolvidos por Gomes (2014) oportunidades para a construção de uma revisão por pares objetiva, mas, ao mesmo tempo, pautada no sentido de uma construção colaborativa, considerado basilar para a construção da ciência, de acordo com o entendimento de Ziman (1981).

Destarte, para Caldeira (2019) a atuação do editor se configura como a tônica da publicação científica, por garantir a colaboração entre todos os participantes da comunidade científica. Ainda sobre a temática, a autora assegura que não há ciência sem mediação, e que não há periódicos sem mediadores, reafirmando, então, a importância de compreender o papel de mediação vivenciado pelo editor e facilitador do processo.

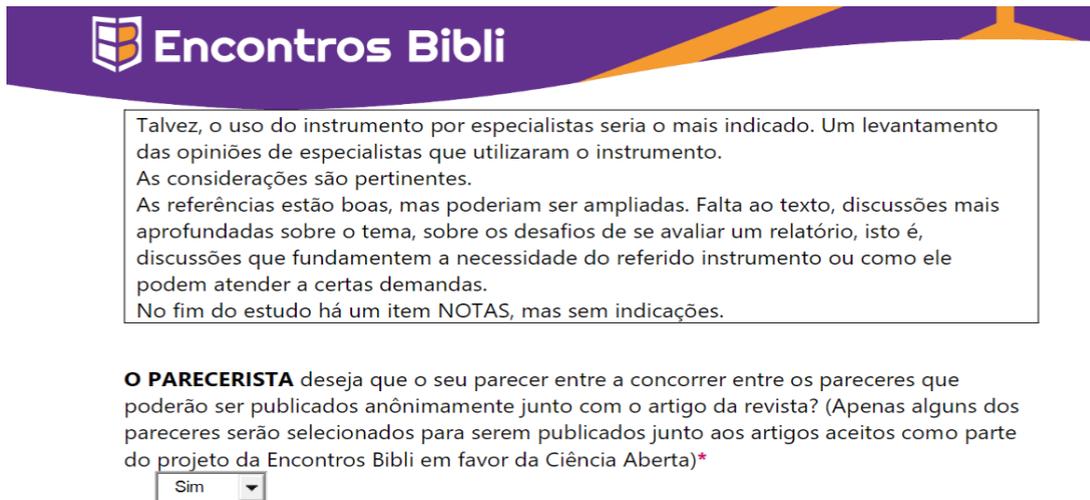
Sendo, pois, considerada um aspecto primordial para a revisão por pares, a mediação editorial tem sua importância alargada também no contexto da revisão por pares aberta, tópico a ser discutido a seguir e ilustrado por iniciativas da comunidade acadêmica.

### **3.6 Iniciativas de adoção da revisão aberta pela comunidade acadêmica nacional e internacional**

Para compreender a revisão aberta em sua totalidade, se faz necessário conhecer e analisar as experiências práticas de periódicos que experimentaram, seja de modo pontual, em uma edição, ou de modo definitivo o modelo de revisão por pares aberta.

A Revista Encontros Bibli, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é um dos de periódicos que têm experimentado a revisão aberta. Nos volumes 25 (2020) e 26 (2021), alguns dos pareceres foram selecionados para serem publicados junto aos artigos. Assim, os avaliadores, no momento de preenchimento do formulário de avaliação poderiam aceitar que seu parecer concorresse a publicação, como mostra a figura 15 abaixo:

Figura 15 - Formulário de avaliação com opção de escolha para publicação do parecer



**Encontros Bibli**

Talvez, o uso do instrumento por especialistas seria o mais indicado. Um levantamento das opiniões de especialistas que utilizaram o instrumento.  
As considerações são pertinentes.  
As referências estão boas, mas poderiam ser ampliadas. Falta ao texto, discussões mais aprofundadas sobre o tema, sobre os desafios de se avaliar um relatório, isto é, discussões que fundamentem a necessidade do referido instrumento ou como ele podem atender a certas demandas.  
No fim do estudo há um item NOTAS, mas sem indicações.

**O PARECERISTA** deseja que o seu parecer entre a concorrer entre os pareceres que poderão ser publicados anonimamente junto com o artigo da revista? (Apenas alguns dos pareceres serão selecionados para serem publicados junto aos artigos aceitos como parte do projeto da Encontros Bibli em favor da Ciência Aberta)\*

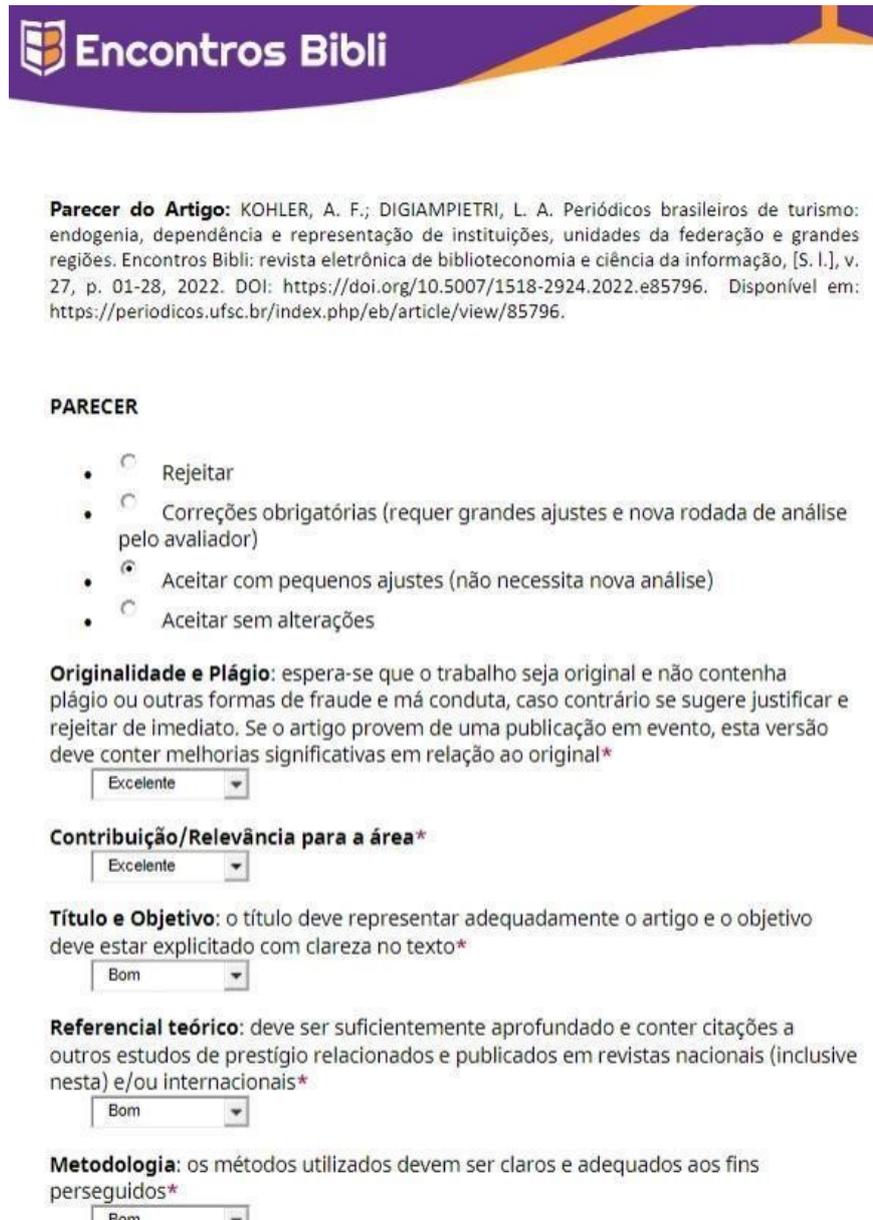
Sim

Fonte: Encontros Bibli (2021).

De acordo com a imagem acima, essa foi uma iniciativa do projeto Encontros Bibli em favor da Ciência Aberta, no entanto, não foi possível identificar nenhum outro tipo de informação ou detalhe acerca dessa iniciativa no site da revista.

Segundo Abadal, Silveira e Melero (2021) dos 47 artigos publicados (v. 25, 2020), 29 tiveram os pareceres publicados em conjunto, e dos 21 artigos publicados até o momento da pesquisa (v. 26, 2021), 12 tiveram seus pareceres publicados, e em ambos os casos, os pareceres não identificavam os avaliadores. A figura 16 apresenta um dos pareceres publicados pela revista:

Figura 16 - Parecer publicado pela Encontros Bibli



**Parecer do Artigo:** KOHLER, A. F.; DIGIAMPIETRI, L. A. Periódicos brasileiros de turismo: endogenia, dependência e representação de instituições, unidades da federação e grandes regiões. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 27, p. 01-28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e85796>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/85796>.

**PARECER**

- Rejeitar
- Correções obrigatórias (requer grandes ajustes e nova rodada de análise pelo avaliador)
- Aceitar com pequenos ajustes (não necessita nova análise)
- Aceitar sem alterações

**Originalidade e Plágio:** espera-se que o trabalho seja original e não contenha plágio ou outras formas de fraude e má conduta, caso contrário se sugere justificar e rejeitar de imediato. Se o artigo provem de uma publicação em evento, esta versão deve conter melhorias significativas em relação ao original\*

Excelente

**Contribuição/Relevância para a área\***

Excelente

**Título e Objetivo:** o título deve representar adequadamente o artigo e o objetivo deve estar explicitado com clareza no texto\*

Bom

**Referencial teórico:** deve ser suficientemente aprofundado e conter citações a outros estudos de prestígio relacionados e publicados em revistas nacionais (inclusive nesta) e/ou internacionais\*

Bom

**Metodologia:** os métodos utilizados devem ser claros e adequados aos fins perseguidos\*

Bom

Fonte: Encontros Bibli (2022).

No volume 27 (2022) é possível encontrar pareceres publicados junto aos artigos, e no volume 28 (2023) todos os artigos, artigos de dados e ensaios têm seus pareceres publicados, cujos ícones foram sublinhados em vermelho, como mostra a figura 17 abaixo:

Figura 17 - Pareceres publicados na revista Encontros Bibli v. 28

The screenshot displays the 'Artigos' (Articles) section of the Encontros Bibli journal website. It lists several articles with their titles, authors, and publication dates. Each article entry includes a link to the article PDF and links to the reviews (Pareceres) published for that article. The reviews are highlighted with red underlines. On the right side of the page, there are three logos: DOAJ (Directory of Open Access Journals), Encontros Bibli (Library and Information Sciences, Q3, SJR 2022 0.2, best quartile), and Thomson Reuters Emerging Sources Citation Index.

Fonte: Adaptado de Encontros Bibli (2023).

Isso significa que a revista mantém a iniciativa, considerada pioneira na área de Ciência da Informação brasileira. Dessa forma, a experiência do periódico certamente será fundamental para a compreensão acerca da adoção e implementação da revisão por pares aberta.

No caso da Revista AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, periódico científico eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), há publicação em fluxo contínuo, modalidade de publicação na qual o manuscrito é disponibilizado logo após a conclusão das etapas de avaliação e editoração, sem a necessidade de concluir um novo volume ou número de publicação.

A revista aponta em suas políticas editoriais que utiliza o modelo de revisão duplo cego, mas que está:

[...] prospectando a revisão por pares aberta. Os autores são questionados sobre qual nível de abertura na revisão por pares estão de acordo. Da mesma forma, os avaliadores são questionados, por meio do formulário de avaliação, sobre qual nível de abertura na revisão por pares estão de acordo para as suas revisões. (AtoZ, 2022).

Por meio do seu formulário de conformidade com a Ciência Aberta, a revista indaga aos autores que submetem seus manuscritos a respeito da possibilidade de utilização da modalidade de avaliação aberta, conforme apontado na figura 18 a seguir:

Figura 18 - Formulário de conformidade com a Ciência Aberta -  
Revisão aberta

 [www.revistas.ufpr.br/atoz](http://www.revistas.ufpr.br/atoz) 3

( )	Não se aplica.
-----	----------------

**Conformidade com a Ciência Aberta**

**Revisão por pares aberta**

Os autores poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de revisão por pares oferecidos pelo periódico. É de responsabilidade do periódico decidir qual tipo de revisão será adotada, considerando a opção dos autores.

( )	Declaro estar ciente de que a revisão por pares passa a ser parcialmente aberta (os avaliadores conhecem a identidade dos autores), caso o manuscrito tenha sido depositado em um repositório de <i>preprints</i> antes ou durante o processo de avaliação pela revista AtoZ.
( )	Não se aplica.
Quando oferecida a opção, os autores concordam com a publicação dos pareceres da avaliação de aprovação do manuscrito?	
( )	Sim
( )	Não
Quando oferecida a opção, os autores concordam em interagir diretamente com pareceristas responsáveis pela avaliação do manuscrito, dessa forma tornando a revisão por pares aberta?	
( )	Sim
( )	Não

Fonte: AtoZ (2022).

O formulário deixa os autores cientes de que caso o trabalho tenha sido depositado em um repositório de *preprints* antes ou durante a apreciação do manuscrito pela revista, a avaliação será aberta. Além disso, os autores podem concordar ou não com a publicação dos pareceres em caso de aprovação do manuscrito, e que, se oferecida a opção, os autores concordariam em interagir com os pareceristas. Buscou-se nas publicações do volume 11 (2022) algum artigo publicado com seu parecer, a fim de ilustrar o modelo que tem sido visualizado e planejado pela revista, porém não foi encontrado. Essa ação do periódico foi divulgada em um relato de experiência apresentado pela editora do periódico Paula Carina de Araújo. Segundo Araújo (2022) as ações introduzidas na AtoZ proporcionam a coleta de dados

e informações que objetivam conhecer o posicionamento de autores e avaliadores a respeito da revisão aberta, e auxiliaram na tomada de decisão a respeito da ampliação de tal modalidade de avaliação.

O periódico *Ciência da Informação em Revista*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) publicou, no volume 8, número 3, um artigo, de autoria de Joana Coeli Garcia, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O artigo, que já havia sido depositado em servidor *preprint*, foi avaliado na modalidade de revisão por pares aberta, com as identidades reveladas, conforme apresentado na figura 19 abaixo:

Figura 19 - Artigo depositado como *preprint* e publicado com a identidade das avaliadoras

<sup>1</sup> Este artigo possui versão publicada em pré-print e foi avaliado na modalidade de revisão por pares aberta com identidades reveladas. Revisor A: Eloisa Príncipe (21/11/2021); Revisor B: Lilian Nassi-Calò (21/12/2021).



DOI: [10.28998/cirev.2021v8n3f](https://doi.org/10.28998/cirev.2021v8n3f)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Submetido em: 02/09/2021

Aceito em: 01/02/2022

Publicado em: 18/02/2022

Ci. Inf. Rev., Maceió, v. 8, n. 3, p. 81-94, set./dez. 2021

81

Fonte: Garcia (2022).

O artigo foi avaliado por Eloísa da Conceição Príncipe de Oliveira, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Lilian Nassi-Calò, coordenadora de Comunicação Científica em Saúde da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME)/Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Mundial da Saúde (OMS). Ambas as pesquisadoras brasileiras desenvolvem estudos sobre Ciência Aberta, especialmente na área de revisão por pares aberta. Dessa forma, a iniciativa da revista se mostra também pioneira para a área de Ciência da Informação, atuando como uma forma de avaliar a viabilidade da adoção de tal característica de revisão aberta.

*A Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, lançou um editorial em dezembro de 2021 para comunicar a comunidade acadêmica que estaria, a partir de então, adepta às práticas da Ciência Aberta. A revista foi criada em 2008, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem e pelo Grupo de Pesquisa Linguagem, Identidade e Memória, ambos vinculados a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e publica artigos científicos bilíngues, em português e em inglês. No

documento, os editores apontam suas experiências com a revista e justificam a adesão às práticas da Ciência Aberta em razão das orientações propostas pela SciELO e mencionadas na introdução deste estudo. Assim, a revista passa a permitir que autores e avaliadores possam optar também pela abertura do processo de revisão por pares, de modo que é possível visualizar na figura 20 abaixo dois dos pareceres publicado ao final do artigo com as respectivos identificações dos avaliadores:

Figura 20 - Parecer publicado pela *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso

**Pareceres**

**Parecer I**

O artigo estabelece uma relação plausível entre o pensamento bakhtiniano e o de Boaventura de Souza Santos, discutindo eficientemente as relações dialógicas presentes em duas crônicas de Milton Hatoum. O artigo necessita de algumas revisões e uma observação deve ser cumprida, constante do Anexo, mas nada que comprometa o todo. Bem escrito, bem encaminhado, caso revisado, merece uma publicação. APROVADO

*Paulo César Silva de Oliveira* - <https://orcid.org/0000-0002-3710-4722>; [paulo.centrorio@uol.com.br](mailto:paulo.centrorio@uol.com.br) ; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Faculdade de Formação de Professores da UERJ, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.

**Parecer II**

Adequadamente intitulado “Crônicas de Milton Hatoum: dialogismo e emancipação na pós-modernidade”, o artigo apresenta como objetivo discutir as características discursivas e estéticas da criação literária de Hatoum, a partir da perspectiva dialógica proposta por Mikhail Bakhtin, explorando, no discurso artístico-literário de duas crônicas do autor, as posições axiológicas refratadas. Tal objetivo é cumprido de forma satisfatória no desenvolvimento do artigo, recorrendo-se, para isso, à perspectiva epistemológica de Boaventura Santos acerca do desperdício da experiência social na modernidade/pós-modernidade, referência esta atual e pertinente ao estudo empreendido. O artigo traz reflexão pertinente à área, contribuindo para o evidenciar do diálogo entre o discurso literário e o sociológico, demonstrando as relações entre a literatura e seu contexto histórico-social. Além disso, o texto é bem claro, preciso e adequado às normas científicas. Há apenas uma falha no verbo “implicar”, que não deveria ser regido pela preposição “em”, e uma falha de digitação. Diante do exposto, sou favorável à publicação. APROVADO

*Diana Navas* - <https://orcid.org/0000-0002-4516-5832>; [diana.navas@hotmail.com](mailto:diana.navas@hotmail.com); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Fonte: Adaptado de *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso (2022).

A abertura da avaliação da revista pode acontecer de duas formas, tanto para autores como para avaliadores:

Os autores poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de peer review oferecidos pelo periódico. As opções são: a) **a publicação ou não dos pareceres** da avaliação de aprovação do manuscrito, caso o artigo submetido seja aceito para publicação; e b) **a interação direta ou não com pareceristas** responsáveis pela avaliação do manuscrito.

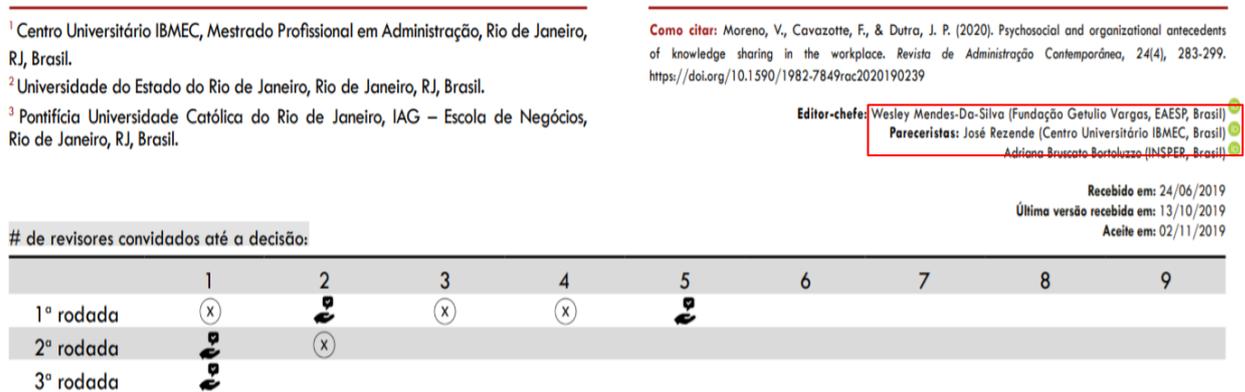
Os avaliadores também poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de peer review oferecidos pelo periódico. As opções são: **a) a publicação ou não dos**

**pareceres** da avaliação de aprovação do manuscrito, caso o artigo submetido seja aceito para publicação; e, **b) a interação direta ou não com o autor** do artigo em avaliação. Os avaliadores devem informar suas opções ao receberem a solicitação de avaliação de um determinado artigo (Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso, 2022, grifo nosso).

Dessa forma, caso autores e avaliadores concordem, a revista possibilita a aplicação das características identidades abertas, pareceres abertos e interação aberta, apontadas por Ross-Hellauer (2017). Apesar de a revisão aberta ser uma possibilidade e não uma imposição, é possível perceber um crescimento em seu uso ao se comparar os dois últimos números publicados pela revista. No volume 17, número 3, seis dos sete artigos publicados decidiram pela revisão aberta, e no número 2, quatro dos sete artigos publicados optaram pela mesma abertura.

Outro exemplo é a Revista de Administração Contemporânea (RAC), criada em 1997 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). O periódico afirma estar alinhado às práticas da Ciência Aberta e, entre diversas das práticas aplicadas, passa a publicar, na primeira página do artigo, os dados relativos aos pareceristas que avaliaram o trabalho, como é possível visualizar na figura 21 abaixo:

Figura 21 - Rodapé de artigo publicado com o nome dos pareceristas



Fonte: Adaptado de Moreno, Cavazotte e Dutra (2020).

No entanto, é importante ressaltar que na prática, a revista segue os pressupostos do modelo duplo-cego, de modo que a divulgação das informações dos pareceristas acontece apenas após a conclusão de todas as etapas do processo avaliativo, e com o consentimento dos mesmos.

Além disso, a partir de agosto de 2020 a revista passou a publicar os relatórios dos artigos por meio de depósito no repositório Zenodo, que garante a atribuição de DOI e a possibilidade de citação do parecer.

Além de periódicos, a revisão aberta tem sido adotada também em eventos científicos. Desde sua 10ª edição, em 2019, a Conferência Lusófona de Ciência Aberta (ConfOA) começou a adotar a revisão aberta, de modo que autores e revisores conhecem a identidade um do outro. Na figura 22 a seguir é demonstrado no site da conferência o processo de avaliação da 11ª edição:

Figura 22 - Descrição do processo de avaliação da 11ª edição da ConfOA

#### Processo de avaliação

Todas as propostas de comunicação e Pecha Kucha serão avaliadas por dois membros (um do Brasil e um de Portugal) da Comissão Científica e as propostas de Demo, Póster, Painel e Workshops serão avaliadas pela Comissão Organizadora.

Aproximando-se das práticas de revisão por pares aberta, crescentemente defendidas como prática de Ciência Aberta, também nesta edição da ConfOA a identidade dos autores e dos avaliadores de cada trabalho será dada a conhecer.

Fonte: Adaptado de 11ª Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta (2020).

Conforme mencionado no site, a revisão aberta trata de um dos aspectos defendidos pela Ciência Aberta, e, portanto, passa a ser incorporada nas práticas fomentadas pelo movimento e pela ConfOA. O evento é organizado anualmente por diferentes instituições de pesquisa e conta, especialmente, com o apoio da Universidade do Minho, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT). Atualmente o evento é nomeado como Conferência Lusófona de Ciência Aberta, uma vez que abrange todas as comunidades que tenham o português como língua vernácula.

A 13ª edição da conferência ocorreu em outubro de 2022 sob organização da Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique, com o apoio das demais instituições supracitadas. O evento discutiu temáticas como: acesso aberto, dados abertos, repositórios digitais, revistas científicas, inovação na comunicação científica para a Ciência Aberta, preservação digital, direito autoral, ética e integridade da pesquisa, avaliação da pesquisa e dos

pesquisadores na transição para Ciência Aberta, ciência cidadã, identificadores persistentes e demais práticas de conhecimento aberto como *hardware* e *software* livre e educação aberta.

Citou-se aqui apenas uma parcela dos tópicos discutidos pela conferência, que teve um amplo e diversificado escopo de temáticas, consoante aos diversos movimentos, frentes e domínios da Ciência Aberta, tornando-se um espaço relevante e pioneiro para a promoção das discussões, práticas e iniciativas que visam maior abertura da ciência.

#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO

O trajeto metodológico de uma pesquisa é a descrição detalhada do percurso adotado para a validação de hipóteses científicas. Nesse processo, o pesquisador apresenta todas as etapas, ferramentas e métodos utilizados, desde a definição de seu objeto de estudo, ao levantamento bibliográfico realizado para compreender o estado da arte do tema, bem como o delineamento dos instrumentos e das técnicas de coleta de dados necessários para investigar seu objeto e, por fim, os métodos aplicados para analisar os dados obtidos e realizar suas considerações acerca do fenômeno estudado.

Nesta pesquisa, o percurso delineado para execução teve uma abordagem quanti-qualitativa. Quanto aos seus objetivos, foi considerada exploratória, pois de acordo com o exposto por Gil (2002, p. 41) esse tipo de investigação é desenvolvido a fim de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Também foi considerada como descritiva, pois esse tipo de investigação, ainda como aponta Gil (2002) objetiva a descrição de características de populações ou fenômenos. Com base na percepção desse autor, dentre as particularidades mais significativas da pesquisa descritiva está a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados, como o questionário. Para Gil (2002), as pesquisas descritivas junto com as exploratórias, são aquelas realizadas pelos pesquisadores sociais preocupados em estudar a atuação prática de determinado fenômeno ou processo, indo ao encontro do objetivo desta pesquisa, que se pauta na busca pelo conhecimento de aplicações práticas e diretrizes para a adoção e implementação da revisão aberta.

Quanto aos procedimentos realizados, adotou-se os tipos de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa é considerada bibliográfica para Lakatos (2003, p. 158) ao se sustentar em “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Este procedimento, de acordo com Gil (2002, p. 45) tem como principal vantagem “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa bibliográfica é definida por Pinto e Cavalcante (2015, p. 17) como “[...] conjunto metodológico de técnicas para se buscar informações e conhecimentos registrados (analógicos ou digitais), concernentes a um domínio particular para atender a uma necessidade específica”.

Entende-se também essa pesquisa como documental, pois de acordo com Severino (2016), considerou como fontes documentos em um sentido amplo, sem restrições a documentos impressos, mas abrangendo também jornais, fotos, documentos legais ou conteúdos que não tiveram qualquer tipo de tratamento analítico, e constituem-se como recurso e matéria-prima para o pesquisador analisar e desenvolver sua pesquisa científica.

Diante disso, Pinto e Cavalcante (2015) reiteram que o foco dessa modalidade de pesquisa não se restringe ao livro e abrange outras tipologias de documentos. Segundo as autoras, o ciberespaço permitiu o surgimento de diferentes fontes que se mesclam, dificultando o processo de classificar de forma precisa o conceito de fontes detentoras de informação, de modo que, tudo é possível de ser compreendido como uma fonte de informação.

Os alicerces teóricos da pesquisa foram elaborados a partir de revisão de literatura em bibliografias recuperadas nas principais bases de dados e bibliotecas científicas eletrônicas, como o Portal de Periódicos da Capes, dissertações e teses disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), na biblioteca eletrônica SciELO Brasil, Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), Google Acadêmico, OasisBr e no *SciELO* em Perspectiva, com a busca por termos tais como: “COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA”, “CANAIS DE COMUNICAÇÃO”, “REVISÃO POR PARES” e “REVISÃO POR PARES ABERTA”.

Além disso, foram consultadas também comunicações oriundas de eventos científicos, que se constituem como canais de comunicação privilegiados, escolhidos por pesquisadores para divulgar os resultados de pesquisas em andamento ou concluídas recentemente, de forma ágil e com ampla disseminação para a comunidade acadêmica.

Segundo Pinto e Cavalcante (2015, p. 29) o marco teórico possui um papel fundamental, por ser “[...] o trabalho de maior reflexão, necessitando coerência entre os discursos, a fim de que eles possam ser bem compreendidos e tenham ligação com o que está sendo investigado”. Assim, tornou-se relevante o amplo trabalho de levantamento bibliográfico para o conhecimento das principais teorias e teóricos que refletem sobre determinado objeto de estudo.

Nos tópicos a seguir apresentou-se os procedimentos e técnicas adotadas para a realização dessa pesquisa, alinhados a cada um dos objetivos específicos.

#### 4.1 Definição do grupo amostral, procedimentos e instrumentos de coleta, aspectos éticos e métodos de análise de dados

Detalhou-se a seguir os procedimentos metodológicos, técnicas de pesquisa e instrumentos utilizados e alinhados para a consecução de cada um dos objetivos específicos dessa investigação.

O **objetivo a)** investigar nas principais bases de dados de literatura científica nacionais e internacionais, por meio do estabelecimento de estratégias de busca, a existência de diretrizes e orientações para a implementação da revisão por pares aberta. Tal investigação foi concretizada a partir de uma revisão narrativa e mediante análise documental dos materiais obtidos nesta fase.

Para buscar na literatura utilizou-se os termos “Diretrizes para revisão aberta”, “Implementação da revisão aberta”, “Adoção da revisão aberta” e seus respectivos correspondentes em inglês “*Guidelines for open peer review*”, “*Implementation of open peer review*” e “*Adoption of open review*”, sem delimitação temporal, em qualquer campo e nas bases e indexadores SciELO e SciELO Brasil, *Directory of Open Access Journals*, Portal de Periódicos da Capes com o acesso via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci).

A busca foi realizada durante o mês de agosto de 2023. Foi registrado em uma tabela a quantidade de resultados em cada busca, em cada plataforma e a quantidade de trabalhos que seriam de interesse para a pesquisa. Tal resultado foi refinado a partir da leitura dos títulos e resumos dos materiais retornados e a sua convergência com o proposto pela investigação. As publicações que apresentaram diretrizes ou orientações para implementação da revisão por pares aberta foram lidas, fichadas e são brevemente descritas no capítulo de análise e discussão dos dados.

O **objetivo específico b)** analisar a percepção de editores dos periódicos científicos adeptos da revisão aberta indexados no *DOAJ* acerca de suas experiências com a adoção desse modelo de avaliação, bem como averiguar a contribuição da mediação editorial para a implementação e utilização desse processo

O *DOAJ* é um diretório que indexa em sua base periódicos científicos disponíveis em acesso aberto e revisado por pares. A fim de garantir a qualidade das publicações indexadas, o diretório tem uma série de critérios básicos para inclusão, além de critérios adicionais para as

diferentes modalidades de periódicos ex.: Periódicos de artes e humanidades, Periódicos de casos clínicos, Periódicos de conferências e Periódicos de dados (Doaj, 2023a) e o *DOAJ Seal*, selo concedido aos periódicos que exercem as melhores práticas científicas de publicações em acesso aberto (Doaj, 2023b).

Para definir o escopo amostral e encontrar os periódicos que estão indexados na opção *open peer review* do filtro *Peer review types* do *DOAJ*, seguiu-se na página inicial do diretório o caminho *Documentation*, em seguida, *Public data dump*, página exibida na figura 23 a seguir, em que é possível baixar uma versão exportável dos metadados das revistas no formato *.csv* (*comma-separated value*), em português, valores separados por vírgulas.

Figura 23 - Coleta de metadados dos periódicos indexados no DOAJ

**DOCS**

## Public data dump

We are committed to providing a data dump service for the community but, in order to ensure that DOAJ's data is used for the benefit of the entire community and under the terms of the licenses that accompany the data, access to the dumps is granted on a case-by-case basis. If you would like access, please [email our Help Desk](#) stating the following information:

- your name - the group, organisation or company you represent or that wants to use the metadata - your group/organisation/company address, including country - whether you want access to the journal or article metadata, or both - what you want to use the metadata for. Include as much information as possible.

An [exportable version of the journal metadata](#) is also available (CSV format).

Structure

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Com a planilha, é possível filtrar todos os periódicos pelo tipo de revisão por pares adotado, e com o refinamento do filtro, resultou um total de 235 periódicos que utilizam a revisão aberta. A partir da planilha, os principais metadados de cada periódico, como: título, país de origem, idioma, cobrança de *APC* e licenciamento, são coletados, registrados e descritos, a fim de caracterizar o grupo amostral dos periódicos a serem analisados.

Como relatado na pesquisa de Maia (2020) constatou-se que alguns periódicos da amostra foram descontinuados ou se fundiram com outros, de modo que ambos estavam no grupo amostral, a exemplo das revistas *BMC Medical Genetics*, que se fundiu com *Medical Genomics*, a *BMC International Health and Human Rights*, a qual fundiu-se com a *BMC Public Health*, a *Current Controlled Trials in Cardiovascular Medicine*, que foi continuada pela revista *Trials*, *JRSM Short Reports*, continuado pelo *JSRM Open*, e a *BioéthiqueOnline*, que se tornou *Canadian Journal of Bioethics*. Nessa situação, apenas as versões atuais dessas revistas são consideradas para amostra e análise, resultando em 230 periódicos.

#### **4.1.1 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados**

A percepção dos editores dos periódicos foi coletada por meio de uma pesquisa *survey*. Esse tipo de pesquisa é definido por Freitas *et al.* (2000, p. 105) como a “obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário”. Ainda segundo os autores, esse método de pesquisa é apropriado quando se tem o intuito de prover respostas a questão como: “o quê?, por que?, como? e quanto?, ou seja, quando o foco de interesse é sobre o que está acontecendo ou como e por que isso está acontecendo”. Assim, sendo os editores os responsáveis pela gestão do fluxo editorial e da mediação entre autores, avaliadores e leitores, acredita-se que eles sejam os respondentes adequados e que estejam munidos da experiência necessária para os questionamentos dispostos nesta pesquisa.

A pesquisa *survey* teve como instrumento para obtenção de dados o questionário, em razão da sua maior amplitude de alcance. Esse instrumento é definido por Severino (2016) como um conjunto de perguntas sistematicamente ordenadas para se obter informações por parte dos sujeitos pesquisados, a fim de conhecer suas opiniões sobre o assunto estudado.

Outrossim, foi realizado um pré-teste com um editor de periódico científico brasileiro, uma vez que esse prévio preenchimento do questionário, como entende Severino (2016), permite que o pesquisador realize alterações e ajustes que se façam necessários para garantir o entendimento e a eficácia na aplicação do instrumento.

Após a aplicação do pré-teste e a realização das correções sugeridas pelo respondente, foi realizado o primeiro contato com os editores, no dia 30 de março de 2023, por meio de correio eletrônico, obtido no *site* do periódico. Nesse momento, o *e-mail* enviado pela

conta institucional da pesquisadora teve como intuito apresentar o objetivo da pesquisa, o contexto no qual ela é desenvolvida e convidar os editores a participar do estudo por meio do *link* de acesso ao questionário, elaborado na plataforma Formulários Google, composto de 17 perguntas abertas e fechadas disponíveis no apêndice A para consulta.

O instrumento foi composto por indagações que tinham a finalidade de descobrir como aconteceu o processo de transição e abertura da modelo de avaliação, a reação da comunidade acadêmica à essa decisão, se conhecem a existência de diretrizes ou orientações de implementação, e em caso positivo, se elas contribuíram com o processo e, por fim, a percepção deles acerca da contribuição da mediação editorial para a implementação desse modelo de revisão por pares.

O envio dos e-mails com o questionário teve início no dia 30 de março. Durante o envio das correspondências, houve três retornos do servidor *Gmail* afirmando que a mensagem havia sido enviada, mas não entregue, possivelmente em razão de endereço de e-mail incorreto ou inexistente.

O site de uma revista estava fora do ar e havia revistas que não disponibilizavam *e-mail* para contato, mas que possuíam em seu *site* a aba Contato, então a mensagem foi enviada por meio da própria plataforma da revista.

Haviam revistas da editora BioMed Central que apenas possuíam o e-mail de contato geral da editora [info@biomedcentral.com](mailto:info@biomedcentral.com), assim, quando enviado, junto ao texto padrão, incluía-se um parágrafo que solicitava o encaminhamento do e-mail aos editores dos respectivos periódicos.

Desse modo, após o fim dos envios, o formulário permaneceu aberto e coletando respostas até o dia 26 de abril. O questionário recebeu 34 respostas, correspondendo a um índice de aproximadamente 15% de taxa de retorno.

#### ***4.1.2 Aspectos éticos da pesquisa***

Os aspectos éticos da pesquisa survey baseiam-se nos pressupostos legais dispostos na Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Tal norma orienta acerca dos entendimentos éticos e legais que devem ser observados no âmbito das pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Assim, atendendo aos princípios dispostos na resolução, entende-se que essa pesquisa é isenta de apreciação pelo Comitê de Ética, uma vez que tem o intuito de aprofundar o conhecimento teórico a respeito de situações que versam de forma

espontânea e contingencial da prática profissional do editor científico, resguardando o sigilo de sua identidade e de quaisquer outras informações que possam identificá-lo (Brasil, 2016).

Apesar da dispensa de apreciação perante o Comitê de Ética, junto ao preenchimento do questionário segue o Registro do Consentimento e do Assentimento, que é, segundo a resolução:

[...] o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa (Brasil, 2016).

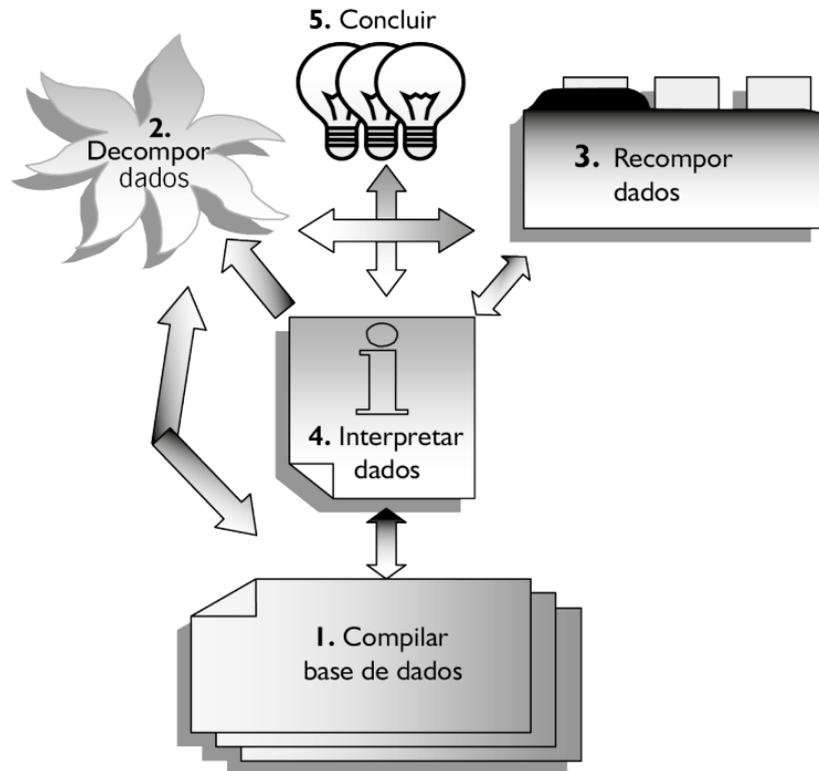
Ademais, a resolução define que a forma de registro escolhida deve partir das características individuais do participante e da abordagem metodológica, portanto, prezando pela economicidade e pela objetividade da pesquisa, inseriu-se o registro do consentimento e do assentimento junto ao instrumento de coleta de dados e que está disponível no Apêndice B para consulta.

#### ***4.1.3 Métodos de análise de dados***

No que diz respeito ao tratamento analítico, os dados obtidos a respeito da percepção dos editores por meio do questionário foram analisados à luz da análise de conteúdo de Bardin (2011), a partir das categorias estabelecidas em consonância às perguntas elaboradas e respondidas pelos respondentes.

Por se tratarem de dados qualitativos, seguiu-se o pressuposto da análise de dados qualitativos, discutido por Yin (2016). O autor define um ciclo de procedimento de análise de dados qualitativos em 5 etapas: (1) compilar; (2) decompor; (3) recompor; (4) interpretar; (5) concluir. Cabe ressaltar que tais etapas não são estanques ou lineares, pelo contrário, possuem alta capacidade iterativa (Yin, 2016), como demonstra a figura 24 abaixo:

Figura 24 - Etapas de análise de dados qualitativos



Fonte: Yin (2016).

A etapa de compilação (primeira fase) é a construção de uma base de dados formal, que segundo o autor exige uma organização meticulosa dos dados originais (Yin, 2016). Nessa investigação, os dados brutos foram obtidos por meio de *download* no Formulários Google, que já condensa em uma planilha de formato nativo do *Microsoft Excel (.xlsx)*. Com base nessa planilha original, denominada “Dataset\_Planilha de Respostas” foram criados cabeçalhos e outras formas de identificação com o objetivo de facilitar a visualização dos dados coletados, gerando uma segunda planilha de tabulação chamada “Tabulação\_Percepção\_Planilha de Respostas”. Importante ressaltar que todos os dados obtidos nessa investigação são gerenciados por meio de um Plano de Gestão de Dados e estão disponíveis para acesso no repositório Zenodo.

A etapa de decomposição (segunda fase) envolve o processo de decompor os dados em elementos menores, podendo ser acompanhado de uma atribuição de novos rótulos ou códigos (Yin, 2016). Nessa perspectiva, cada respondente foi codificado e representado por meio da letra consoante R, seguida do numeral correspondente a ordem de preenchimento do questionário, exemplo: R5, R14, R21. Esse procedimento pode ser repetido diferentes vezes no

intuito de testar diferentes composições ou configurações de codificações que se adequem a análise desejada, explicando assim a seta bidirecional existente entre as duas fases iniciais (Yin, 2016).

A recomposição (terceira fase) é o processo de identificar padrões emergentes. Para o autor é a fase de utilização de “[...] temas substantivos (ou mesmo códigos ou aglomerações de dados) para reorganizar os fragmentos ou elementos em grupamentos e sequências diferentes das que poderiam estar presentes nas notas originais” (Yin, 2016, p. 167). Nesse sentido, a análise que é direcionada a partir de cada uma das 17 indagações inseridas no questionário, tem sua recomposição a partir dos demais elementos padrões percebidos nas respostas, dando origem a arranjos e combinações de respostas semelhantes, especialmente nas questões abertas ou discursivas.

A etapa de interpretação (quarta fase) consiste na criação de “[...] uma nova narrativa, com tabelas e gráficos quando pertinentes, que se tornarão a parte analítica fundamental do rascunho de seu manuscrito” (Yin, 2016, p. 168). A quarta fase é consolidada por meio do processamento dos dados recompostos e pela exposição visual, seja por meio de gráficos, quadros ou tabelas. Tais interpretações devem ser baseadas em uma percepção sistemática e integrada às demais indagações e a contextualização da pesquisa.

A etapa de conclusão (quinta fase) resulta nas inferências extraídas a partir das interpretações analíticas originadas na etapa anterior, finalizando as fases do ciclo, e por isso, não devendo apenas reafirmar o obtido na interpretação com outras palavras, uma vez que tal etapa deve perceber seus resultados de forma alinhada a todos os pressupostos teóricos e metodológicos do estudo (Yin, 2016).

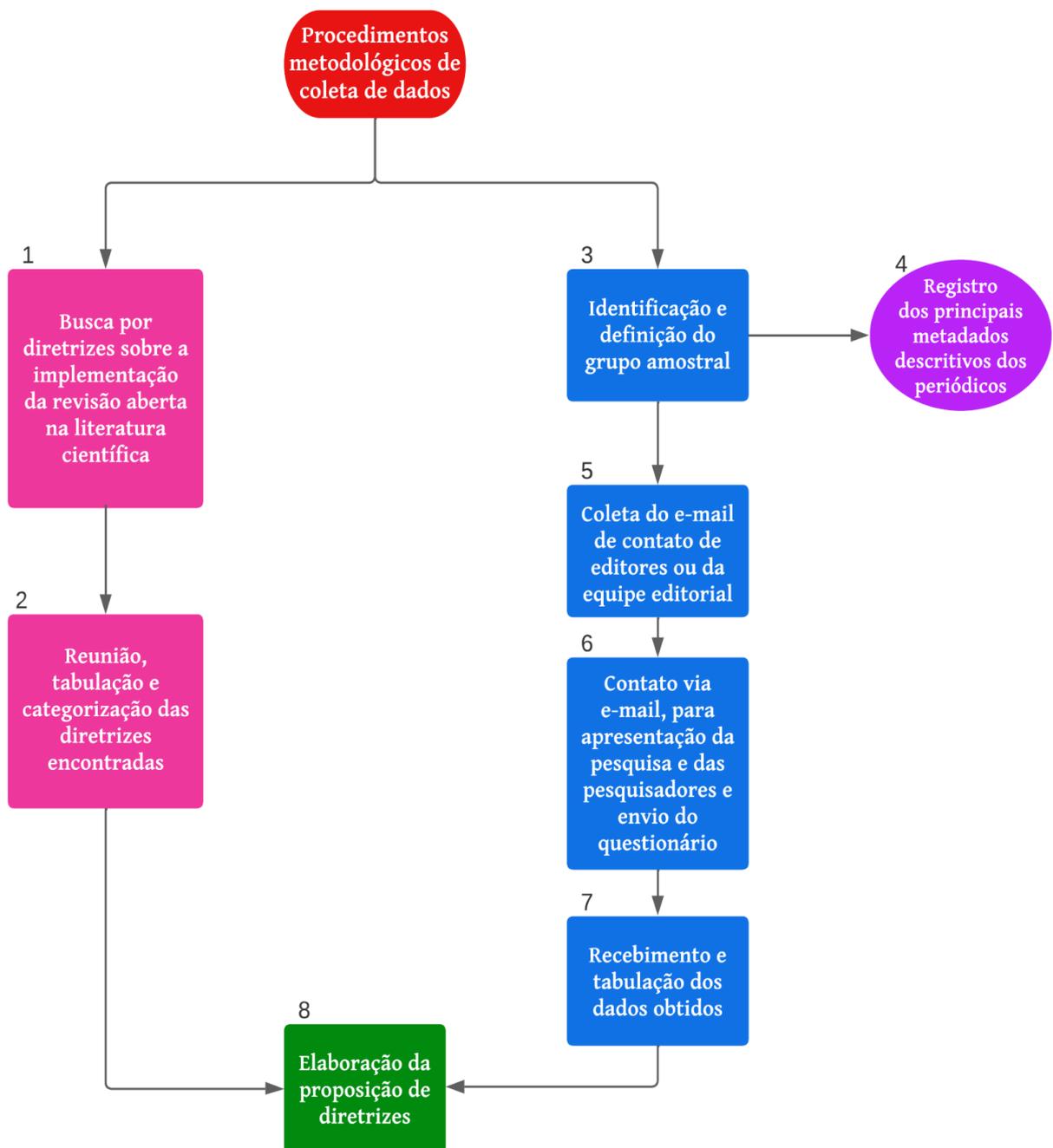
O autor reitera que as fases e procedimentos de análise supracitados nem sempre são seguidos de forma linear, uma vez que determinada etapa pode ser mais ou menos explorada, a depender da experiência prévia do pesquisador responsável pela estruturação dos aspectos teóricos e práticos da pesquisa, bem como da condução da análise. Assim, as etapas citadas por Yin (2016) nesta pesquisa em questão são, em grande medida, adotadas e adaptadas ao contexto da investigação.

Por fim, o **objetivo específico c)** propor diretrizes e orientações metodológicas para a adoção da revisão por pares aberta por periódicos científicos brasileiros. A elaboração e proposição das diretrizes para implementação de um modelo de revisão aberto se deu por meio da inter-relação entre os resultados obtidos a partir da consecução dos objetivos anteriores, em

que se levou em consideração as diretrizes já existentes na literatura, em conjunto as percepções dos editores e o papel da mediação editorial nesse processo.

Assim, a fim de facilitar a compreensão acerca das etapas de coleta e processamento de dados, o fluxograma apresentado na figura 25, abaixo, sistematiza e resume cada um dos procedimentos adotados na pesquisa:

Figura 25 - Fluxograma de procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com o proposto no fluxograma, a pesquisa foi segmentada por duas fases, a primeira consistiu na busca em literatura científica por diretrizes sobre a implementação da revisão aberta (1) e, posteriormente, a sua respectiva reunião, tabulação e categorização (2).

A segunda fase foi pautada na identificação e definição do grupo amostral (3), que consistiu nos procedimentos adotados para encontrar no DOAJ as revistas que integraram o escopo da análise, seguida do registro dos principais metadados descritivos do grupo, a fim de proporcionar sua contextualização (4). Por conseguinte, foi feita a coleta do endereço de correio eletrônico ou busca por outras formas de contato com a equipe editorial, por meio de visita ao sítio do periódico (5), para posteriormente enviar o e-mail com a apresentação das pesquisadoras e o convite para participar da pesquisa (6). Assim, os dados colhidos pelo questionário foram tabulados e analisados (7), para que em conjunto com o material obtido na etapa (2) fossem elaboradas as diretrizes (8).

Portanto, há uma relação de interdependência entre todas as etapas da pesquisa, de modo que o alcance de cada etapa foi essencial para a consecução e alcance das etapas seguintes, e, conseqüentemente, para o êxito da investigação proposta e de seus objetivos, geral e específicos.

Por fim, os dados reunidos na coleta foram gerenciados por meio de um Plano de Gestão de Dados elaborado, publicado e registrado sob um DOI na plataforma *DMPTool*.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e a discussão dos resultados obtidos nas diferentes fases de coleta desta investigação são apresentadas nos subtópicos seguintes de forma separada, a fim de possibilitar o devido aprofundamento e interpretação de cada das indagações e reflexões propostas.

Dessa forma, no primeiro tópico de discussão (5.1), são apresentadas as diretrizes e orientações para implementação da revisão por pares aberta encontradas na literatura. No segundo tópico (5.2) são apresentadas a caracterização dos periódicos participantes da amostra e a percepção de seus respectivos editores, ou membros da equipe editorial, sobre a adoção e as experiências vivenciadas com a revisão aberta. No terceiro tópico (5.3) é apresentada e discutida a proposição de diretrizes para implementação de práticas e características de revisão aberta.

### 5.1 Orientações encontradas na literatura

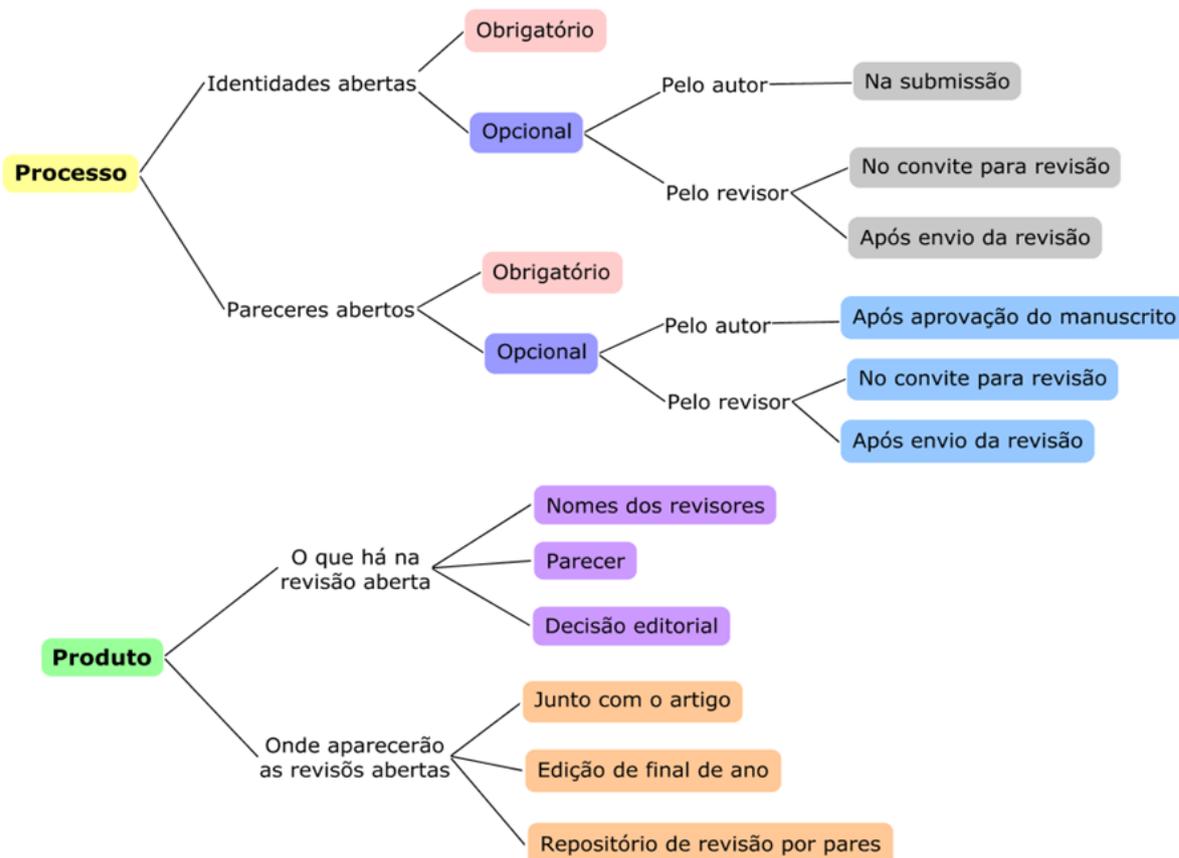
A busca ocorreu durante o mês de agosto de 2023 nas bases de dados e bibliotecas eletrônicas mencionadas na seção de procedimentos metodológicos. Tratando-se especificamente de produções sobre diretrizes e orientações para adoção da revisão aberta identificou-se dois trabalhos: *Open peer review: promoting transparency in open science* de Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) e *Guidelines for open peer review implementation*, de Ross-Hellauer e Edit Görögh (2019).

No artigo denominado *Open peer review: promoting transparency in open science*, Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) dissertam que o cenário de adoção da revisão aberta atual é complexo e possui uma quantidade diversa de configurações, como já demonstrado por outros estudiosos citados anteriormente. No que diz respeito à implementação da revisão aberta, os autores acreditam que o periódico precisa definir:

- 1) Quem toma as decisões: avaliador, autor ou editor/periódico;
- 2) Quando as decisões são tomadas: pré-publicação, concomitante ao processo de revisão ou pós-publicação;
- 3) Qual o conteúdo dos pareceres abertos: relatórios originais, uma carta consolidada e comentários;
- 4) Onde os pareceres abertos serão disponibilizados.

Para ilustrar como essa modalidade de revisão tem sido adotada, os autores elaboraram uma abordagem baseada em processo e produto, traduzida e adaptada consoante a figura 26. Assim, na implementação da revisão aberta os editores devem decidir:

Figura 26 - Abordagem baseada em processo-produto



Fonte: Adaptado de Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020).

Conforme exposto na figura, Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) estabelecem que na perspectiva do processo é possível definir acerca da abertura obrigatória ou opcional das identidades. No caso de ser opcional para o autor, ele pode ser questionado e decidir no momento de submissão do artigo e, no caso de ser opcional para o avaliador, no convite para a revisão ou após a sua conclusão.

Ainda no processo, em caso de pareceres abertos, se opcional, o autor pode ser questionado após a aprovação do manuscrito e o avaliador, de forma semelhante ao anterior, no convite ou após a sua conclusão.

No que diz respeito aos produtos da avaliação, Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) expõem que é necessário decidir o que constará no relatório: o nome dos revisores, o

parecer ou a decisão editorial e onde os relatórios serão disponibilizados, se junto ao artigo, em uma edição especial de final de ano ou em um repositório, entre outras possibilidades.

Assim, os autores entendem que a adoção desses aspectos pode proporcionar diferentes níveis de abertura no periódico, a exemplo da revista *F1000Research*, cujos comentários e identidades junto com os manuscritos são totalmente acessíveis durante a avaliação. Em contrapartida, a revista *Frontiers* publica as produções com a identificação de seus avaliadores. Sobre essa revista, tanto o processo quanto o produto têm o mínimo de abertura possível e estão muito fechados aos leitores, segundo Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020).

Ao fim de seu estudo, os autores definiram duas recomendações essenciais para o desenvolvimento de pesquisas acerca da avaliação aberta:

- 1) Editoras e periódicos devem tornar suas políticas editoriais de revisão aberta mais acessíveis e definir objetivamente o seu nível/características adotadas, uma vez que essas informações são, muitas vezes, difíceis de localizar;
- 2) É necessário o desenvolvimento de uma base de dados, seja repositório, diretório ou servidor, a fim de registrar periódicos que atuam com a *OPR* e seus metadados necessários às investigações sobre revisão aberta, tendo em vista que as informações encontradas no *Transpose* e no *DOAJ* são limitadas, generalistas e, em alguns casos, até incorretas;

Sobre a segunda recomendação, cabe citar o já demonstrado por Maia e Farias (2021), ao constatarem que existiam periódicos indexados no filtro de revisão aberta do *DOAJ*, mas que não definiam, não demonstravam e até afirmavam não utilizar esse modelo de revisão.

A pesquisa direcionada por Ross-Hellauer e Edit Görögh (2019) denominada "*Guidelines for open peer review implementation*" apresenta diretrizes para a implementação da revisão por pares aberta em periódicos científicos. Segundo os autores, devido a crescente utilização da revisão aberta em revistas e o impulso promovido pelas práticas da Ciência Aberta, torna-se necessário oferecer orientações de implementação para a utilização do modelo aberto.

A diretrizes desenvolveram-se por meio de consulta a especialistas da área, em três momentos distintos I) definição do escopo de entrevistas: os autores da pesquisa definiram as questões iniciais discutidas por meio de três entrevistas semiestruturadas com profissionais que

atuam na publicação acadêmica e têm experiência com a revisão aberta. As entrevistas realizaram-se por meio do *Skype* e duraram em média 30 a 60 minutos. As notas tomadas durante o encontro foram compartilhadas com os entrevistados para a sua correção ou acréscimo de quaisquer detalhes.

Definidas as questões, a etapa II) questionário pré-*workshop* tratou do envio das questões definidas anteriormente por meio da Plataforma Formulários Google: “1) Se um editor ou periódico estiver interessado em implementar OPR de alguma forma, que conselho você daria sobre como começar?; 2) Que oportunidades eles devem procurar? e 3) Que armadilhas eles deveriam procurar?” (Ross-Hellauer; Görögh, 2019, p. 3).

O questionário obteve 14 respostas, codificadas e agrupadas em categorias: questões tecnológicas/de processo, envolver/ouvir as comunidades, ser pragmático - por onde começar, maiores motivadores para vender conceito, maiores problemas a serem observados, como definir metas e avaliar desempenho” (Ross-Hellauer; Görögh, 2019, p. 3) examinadas na próxima fase.

O III) *workshop* interativo contou com a participação de 15 especialistas com larga experiência no tema e representantes de grandes editoras, tais quais:

*BMC* (parte da *Springer Nature*), *BMJ*, *Copernicus Publications*, *eLife*, *Elsevier*, *F1000Research*, *Hindawi*, *MDPI*, *Nature* (parte da *Springer Nature*), *PLOS*, *Royal Society Open Science*, *Taylor & Francis*, *Wiley*), juntamente com representantes da *Publons* e o consórcio de pesquisa *PEERE*. (Ross-Hellauer; Görögh, 2019, p. 3).

O encontro durou 90 minutos e reuniu participantes, dentre representantes de editoras que estão experimentando processos avaliativos mais transparentes e também representantes de editoras que adotam processos mais tradicionais, um representante da *Publons* e um pesquisador com interesse na temática de avaliação por pares. Os participantes discutiram questões, por meio do debate em grupos, como: ‘Para aqueles que implementaram/experimentaram *OPR*, o que vocês teriam feito de diferente?’ ou ‘Para quem não tem experiência em *OPR*, o que você realmente gostaria de saber primeiro?’. Com essa dinâmica, os grupos discutiam e os mediadores tomavam notas, de modo que a cada nova discussão era possível sugerir novas inclusões ou alterações nas anotações.

Os autores reuniram os resultados obtidos nas entrevistas, no questionário e no *workshop* e elaboraram as diretrizes para revisão aberta, que são apresentadas no quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - Diretrizes para implementação da revisão aberta de Ross-Hellauer e Görögh

A	Defina suas metas de revisão por pares abertas
	<p>A1: Decida o que você gostaria de alcançar com o <i>OPR</i></p> <p>A2: Familiarize-se com as diferenças entre os elementos do <i>OPR</i></p> <p>A3: Decida quais elementos você gostaria de implementar</p>
B	Ouvir as comunidades de pesquisa
	<p>B1: Esteja consciente e sensível às diferenças da comunidade</p> <p>B2: Considere pesquisar as opiniões da comunidade</p> <p>B3: Comunique seu objetivo às partes interessadas e à comunidade de pesquisa</p>
C	Planejar tecnologias e custos
	<p>C1: Avalie a viabilidade tecnológica de várias opções</p> <p>C2: Avalie os custos de várias opções</p> <p>C3: Considere opções alternativas para pilotagem</p>
D	Seja pragmático em sua abordagem
	<p>D1: Estabeleça prioridades e considere uma abordagem faseada</p> <p>D2: Considere tornar as opções opcionais ou testá-las primeiro</p>
E	Comunicar ainda mais o conceito
	<p>E1: Envolver a comunidade, especialmente através de “campeões abertos”</p> <p>E2: Esteja ciente de que a comunicação é fundamental e a terminologia é importante</p>
F	Avaliar desempenho
	<p>F1: Tenha uma estrutura clara para avaliar o sucesso</p> <p>F2: Aceite que a mudança leva tempo, mas ajuste se necessário</p> <p>F3: Compartilhe seus resultados com a comunidade</p>
G	Identidades abertas
	<p>G1: Elabore estratégias para compensar a possibilidade de identidades abertas dificultarem a localização de revisores</p> <p>G2: Esteja alerta para possíveis interações negativas e tenha um fluxo de trabalho para lidar com elas</p>

	G3: Habilitar crédito G4: Considere fazer um projeto piloto ou tornar as identidades abertas opcionais
H	Abrir relatórios
	H1: Conheça as práticas recomendadas do setor para publicação de relatórios de revisão H2: Esteja ciente dos possíveis desafios na publicação de relatórios
I	Participação aberta, pré-revisão dos manuscritos e comentários abertos da versão final
	I1: Decida quem pode comentar I2: Considere como promover a aceitação
J	Interação aberta
	J1: Decida qual fluxo de trabalho ativar J2: Esteja alerta sobre como isso pode afetar as cargas de trabalho editorial

Fonte: Adaptado de Ross-Hellauer e Görögh (2019).

As orientações apresentadas pelos autores foram divididas por letras, de A até J, e classificadas como diretrizes gerais (marcadas em azul) e diretrizes específicas relacionadas às características da revisão aberta (marcadas em verde) já apresentadas em Ross-Hellauer (2017).

As gerais orientam ações que devem ser planejadas ou tomadas pelo editor antes, durante e após a adoção da avaliação aberta, iniciando-se com o planejamento inicial e objetivos até a avaliação do desempenho da medida.

Já as específicas detalham aspectos inerentes às características já explanadas por Ross-Hellauer (2017): identidades abertas; relatórios abertos; participação aberta; pré-revisão dos manuscritos; comentários abertos da versão final e interação aberta. Isto pois, cada característica demanda procedimentos, ações e iniciativas distintas para sua adoção e consecução, de modo que o oferecimento de diretrizes específicas pode facilitar o seu processo de implementação.

O próximo tópico de análise e discussão apresenta os resultados obtidos a respeito da percepção dos editores científicos dos periódicos indexados no *Directory Of Open Access Journals* no filtro de *open peer review* acerca de aspectos relacionados à implementação e as experiências com a revisão por pares aberta.

## **5.2 Os periódicos indexados no *Directory of Open Access Journals* adeptos da revisão aberta e a percepção de seus editores**

Nos tópicos a seguir apresentou-se a caracterização dos periódicos científicos componentes do grupo amostral dessa pesquisa e a percepção dos editores/respondentes das respectivas revistas participantes. O primeiro tópico (5.2.1) apresentou aspectos que traçaram as principais características do periódico, tais como: país de origem, idiomas aceitos para publicação, cobrança de *Article Processing Charges*, licenciamento utilizado e área temática. O segundo tópico (5.2.2) abordou as percepções dos editores quanto à adoção da revisão por pares aberta.

### **5.2.1 Caracterização dos periódicos analisados**

Conforme explicitado anteriormente, constatou-se pelo refinamento da busca que havia 235 periódicos adeptos da revisão aberta no DOAJ. Contudo, como mencionado nos procedimentos metodológicos, foram identificados na planilha 5 periódicos descontinuados e que tiveram mudança de título, de modo que a amostra final resultou em 230 periódicos. As características dos periódicos, demonstradas a seguir, traçaram-se a partir da tabulação e análise dos dados obtidos na planilha.

Quadro 5 - Caracterização dos periódicos

País de origem		Idioma de publicação		Cobrança de APC		Licenciamento utilizado	
Reino Unido	110	Inglês	215	Sim	145	CC BY	189
Alemanha	32	Português	16			CC0	59
Estados Unidos	15	Espanhol	13			CC BY-NC-ND	26
Brasil	8	Alemão	10			CC BY-NC	22
França	7	Francês	8			CC BY-NC-SA	12
Holanda	6	Russo	6			CC BY-SA	10
Suíça	5	Sueco	4			CC BY-ND	5
Suécia	5	Dinamarquês	3			Licença própria	2
Rússia	5	Norueguês	3				
Portugal	4	Italiano	3				
Cuba	4						
Ucrânia	2			Não	82		
Espanha	2						
México	2						
Japão	2						
Indonésia	2						
Bulgária	2						
Áustria	2						

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

No que diz respeito à origem, a maior concentração dos periódicos está no Reino Unido, com 114 oriundos dessa região. Os dados corroboram o apresentado na pesquisa de Maia (2020) que, ao seguir os mesmos moldes de busca, indicava que 68,85% de sua amostra era proveniente do Reino Unido.

Como demonstra o quadro, o inglês é o idioma aceito para publicação por 215 periódicos. A segunda língua mais aceita é o português, com 16 periódicos, seguida do espanhol, com 14 e do alemão, com 10. Esse cenário se mantém estável em relação ao também percebido por Maia (2020), uma vez que nessa pesquisa, os idiomas de maior predominância foram o inglês, o português e o espanhol, com 114, 5 e 4 periódicos, respectivamente. Assim, foi possível constatar o aumento no número de periódicos, mas a proporção de idiomas manteve-se a mesma.



Houve um destaque para os conceitos relacionados às Ciências da Saúde, como mostrou a nuvem de palavras, tais como *medicine* e *public health*, *health* e *health policy*, corroborando com o exposto pelos autores Silva (2016) e Garcia e Targino (2017), que ressaltam a predominância da revisão aberta nos periódicos da área de Ciências da Saúde.

Contudo, percebeu-se o destaque de conceitos inerentes às áreas de Ciências Humanas e Sociais, tais como *education* e *social sciences*, o que indicou o início de maiores índices de adoção da revisão por pares aberta pelos periódicos desses campos.

Tais crescimentos também destacaram uma mudança de paradigmas no que diz respeito à adoção de práticas abertas pelos periódicos, pois como apontado por Ross-Hellauer, Deppe e Schmidt (2017), acadêmicos de áreas como ciências humanas e sociais foram considerados mais céticos no que diz respeito a adoção de inovações como a revisão aberta. O próximo subtópico apresenta a análise e discussão dos resultados advindos da pesquisa *survey* com os periódicos indexados no *DOAJ* e seus editores, ou membros da equipe editorial, com o intuito de compreender suas percepções sobre a adoção da avaliação aberta.

### **5.2.2 Percepção dos editores acerca da revisão aberta**

Nesse tópico analisou-se e discutiu-se os dados coletados por meio da pesquisa *survey* com os editores dos periódicos científicos que compuseram a amostra. Os dados foram tabulados, tratados e analisados de acordo com as etapas citadas por Yin (2016) e explicitadas anteriormente: (1) compilar; (2) decompor; (3) recompor; (4) interpretar; (5) concluir e por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), cujas categorias adotadas foram apresentadas a partir das indagações de abordagem quanti-qualitativa que visaram conhecer a percepção dos editores sobre os temas em questão.

Em razão do caráter internacional da pesquisa, o questionário, disponível no apêndice A para consulta, foi traduzido para a língua inglesa, considerada o idioma em comum no meio científico. Isso significa que todos os participantes preencheram o instrumento de coleta de dados em inglês. Convém ressaltar que a tradução e a citação das respostas apresentadas adiante foram transcritas e apresentadas, a fim de tentar demonstrar de modo mais fiel possível as percepções dos respondentes.

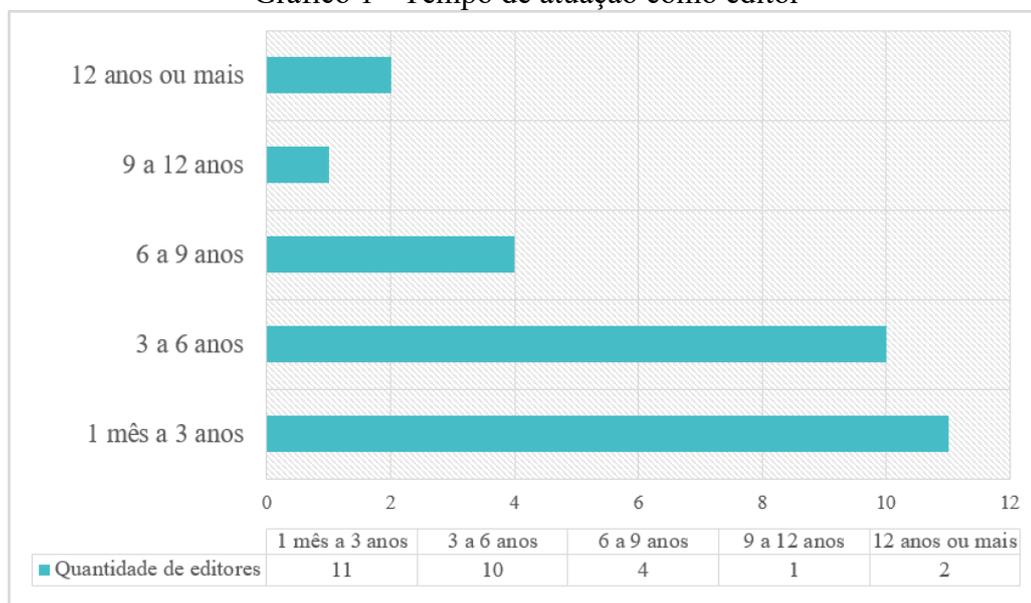
Ademais, apresentou-se primeiramente os aspectos inerentes à caracterização dos editores, tais como área de formação, tempo na função editorial e área de escopo dos periódicos aos quais estavam vinculados.

É importante salientar que das 34 respostas obtidas, quatro respondentes afirmaram adotar a revisão cega (*blind review*), mas estavam refletindo sobre a adoção da revisão aberta. Embora houve interesse dos respondentes no modelo, por ainda não adotarem a avaliação aberta, desconsiderou-se tais respostas da amostra.

A partir disso, indagou-se aos respondentes qual sua área de formação, visando compreender se houve predominância de alguma área específica entre eles. Assim, constatou-se a diversidade da área de formação dos respondentes, o que corroborou o exposto na nuvem de palavras-chave dos periódicos e demonstrou a ampla cobertura das áreas temáticas, sendo apontadas formação em áreas mais gerais, como Ciência da Informação, Ciência de Dados, Direito, Educação, Energia Nuclear, História, Psicologia ou específicas, como Ciência Gastronômica, Segurança Rodoviária, Estudos Bíblicos, Solo, Medicamentos, entre outras.

Ainda tratando da caracterização dos respondentes, questionou-se a respeito do tempo de atuação na função de editor da revista e os resultados foram apresentados no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Tempo de atuação como editor



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Como mostra o gráfico, a variação entre o tempo de experiência dos respondentes é extensa, uma vez que houve respondentes com 17 meses na função e outros com 16 e 23 anos no cargo. Essa alternância foi relevante pois, nessa perspectiva os dados analisados demonstraram e contemplaram a percepção de editores com diferentes vivências, áreas e experiências, resultando em maior cobertura e representatividade da amostra.

Além disso, é mister salientar que dois respondentes não eram editores do periódico que representavam. Um apresentou-se como administrador e o outro afirmou que respondeu em nome do editor. Isto porque no *e-mail* enviado ao periódico requereu-se que caso o destinatário não pudesse ou não dispusesse das informações necessárias para responder o questionário, encaminhasse a solicitação para aquele que pudesse ou soubesse respondê-lo.

Sobre o escopo da revista, solicitou-se que os respondentes apontassem entre as áreas de especialidades do CNPq, que formam a *Árvore do Conhecimento*. Tais áreas e dados obtidos foram apresentados no quadro 6 abaixo:

Quadro 6 - Grande Área de escopo dos periódicos

Grande Área	Qtd.	Grande Área	Qtd.
Ciências Humanas	15	Ciências Biológicas	4
Multidisciplinar	7	Engenharias	4
Ciências da Saúde	6	Ciências Agrárias	3
Ciências Exatas e da Terra	6	Linguística, Letras e Artes	2
Ciências Sociais Aplicadas	4		

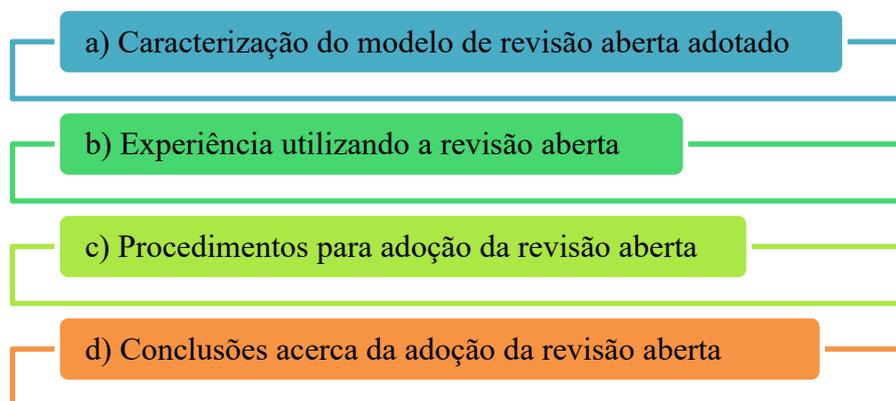
Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Apesar de pesquisas anteriores apontarem a predominância dos periódicos da Saúde na adoção da revisão aberta, o quadro demonstra que tem despontado a utilização desse modelo de avaliação também em periódicos das áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinares, constatando que as demais áreas do conhecimento têm experimentado também a revisão por pares aberta.

Acredita-se que a adoção da revisão aberta pelas demais áreas do conhecimento acontece em razão do fomento a práticas científicas mais transparentes por órgãos, instituições, agências de fomento e demais entidades, a exemplo do feito pela Unesco (2022), responsável por publicar a Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta, já apresentada anteriormente.

A partir desse ponto, a análise se pautou na percepção dos editores sobre a adoção da revisão aberta, à luz das categorias de conteúdo preestabelecidos, apresentadas na figura 28 abaixo, conforme o entendimento de Bardin (2011).

Figura 28 - Categorias de análise para discussão dos resultados



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Além da discussão das categorias referidas, os comentários registrados pelos respondentes no espaço de sugestões, críticas ou elogios foram apresentados ao final do formulário.

Na primeira categoria, **a) Caracterização do modelo de revisão aberta adotado** pela revista, buscou-se compreender quais foram as características da revisão aberta adotadas pelos periódicos.

Inicialmente, cabe ressaltar o apontado pelo respondente **R14**, que reiterou a importância da percepção de que os periódicos atuam de forma heterogênea e em diferentes modelos, de modo que a função e o termo “Editor” são variáveis. Por isso optou-se por referir-se aos participantes da pesquisa, durante o tratamento e análise dos dados, com o termo respondente.

Assim, ao questionar a respeito da utilização unicamente da revisão aberta ou de modelo híbrido de revisão cega e aberta, obteve-se os resultados apresentados no quadro 7 abaixo:

Quadro 7 - Modelo de revisão adotado pelos periódicos

Modelo	Qtd.
Aberto	24
Híbrido	6

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

De acordo com o retorno dos respondentes, o modelo apenas aberto foi preponderante na amostra, ou seja, 24 periódicos, correspondente a 80% das revistas, utilizam apenas a revisão aberta e 6 periódicos, correspondente a 20%, adotam um modelo híbrido. Para exemplificar alguns aspectos relacionados aos procedimentos de avaliação das revistas, apresentou-se alguns relatos obtidos.

Sobre o modelo de avaliação adotada, **R1** enfatizou que a revisão aberta é a principal opção, mas acrescenta que os pareceres dos artigos rejeitados não são divulgados. Já **R11** afirmou que a revista utiliza por enquanto apenas a avaliação aberta, mas que pensa na possibilidade de experimentar um modelo de revisão ‘meio cega’ no próximo número.

Na revista representada pelo participante **R29** os pareceres são publicados junto com os artigos e os avaliadores podem escolher se divulgam ou não sua identidade em seu parecer.

Ao exemplificar o modelo aberto adotado por sua revista, **R31** menciona que todos os comentários do avaliador e respostas do autor são públicos e que 90% das identidades dos avaliadores estão visíveis, o que para eles é o recomendável, apesar do anonimato ser uma opção para a avaliação. Já o respondente **R34** afirmou que a avaliação acontece em um fórum aberto, de modo que os avaliadores se conhecem, mas os autores não.

A partir disso, compreendeu-se a heterogeneidade que há entre os modelos de revisão aberta, uma vez que existem dissensos acerca da implementação e da definição da avaliação aberta, como já explicitado nos estudos de Ford (2013), Ross-Hellauer (2017) e outros estudiosos da temática.

Ainda no sentido de caracterizar e entender a experiência com a revisão aberta, é relevante saber há quanto tempo o periódico adota tal modalidade de avaliação. Nesse sentido, apresentou-se os dados obtidos no quadro 8 abaixo:

Quadro 8 - Tempo de utilização da revisão aberta

Tempo de utilização	Qtd.
1 mês a 3 anos	9
3 a 6 anos	7
9 a 12 anos	2
12 anos ou mais	3

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

De acordo com o quadro de tempo de utilização da revisão aberta, constatou-se que nove revistas adotaram a revisão aberta entre o período de um mês a três anos, sete revistas entre três a seis anos, nenhuma revista no intervalo de seis a nove anos, duas revistas no intervalo de nove a doze anos e três revistas entre doze anos ou mais.

Nesse sentido, sobre o menor tempo de adoção, cinco periódicos adotaram o modelo há dois anos. No que diz respeito ao maior tempo, representado pela categoria doze anos ou mais com três periódicos, **R11** afirmou adotar a revisão aberta desde 2007 (16 anos), **R20** assegurou que usa desde o início da revista há 25 anos e **R2** utiliza desde 1990 (33 anos).

Em vista disso, é notório mencionar que dentre as 30 revistas da amostra, 20 adotaram a revisão aberta desde a sua criação, contudo, nove desses respondentes não especificaram a data de concepção do periódico e por essa razão os números apresentados no gráfico não corresponderam à totalidade da amostra.

Além disso, indagou-se quais características da revisão aberta são praticadas, tendo como parâmetro as características: identidades abertas, pareceres abertos, interação aberta entre autor e avaliador e disponibilização em repositórios de *preprints*, apresentadas por Ross-Hellauer (2017). Além dessas características, foi possível que o respondente acrescentasse outras informações no campo ‘Outros’:

Quadro 9 - Características da revisão aberta adotadas pelos periódicos

Característica	Qtd.
Identidades abertas	22
Pareceres abertos	21
Interação entre autor e avaliador	17
Repositório de <i>preprints</i>	10

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

De acordo com o apresentado no quadro, a característica preponderante entre o corpus amostral é ‘identidades abertas’, adotada por 22 revistas e quando autores e avaliadores estão cientes da identificação um do outro. A característica pareceres abertos, definida como a publicação do relatório junto ao artigo, foi adotada por 21 revistas. A interação aberta, definida como a discussão entre autor/avaliador ou avaliador/avaliador esteve presente em 17 revistas e 10 revistas fizeram a disponibilização em repositórios de *preprints* (Ross-Hellauer, 2017).

Embora a característica identidades abertas foi preponderante entre os periódicos analisados, o estudo de Ross-Hellauer, Deppe e Schmidt (2017), que obteve 3062 respostas, surpreendeu os pesquisadores ao apontar reações negativas dos participantes a respeito de tal característica. A pesquisa demonstrou que 50,8% dos respondentes acreditam que identidades reveladas podem desfavorecer e expor pesquisadores e cientistas em início de carreira a consequências de autores que se sintam ofendidos pelas críticas.

Para atenuar tal questão, Ross-Hellauer, Deppe e Schmidt (2017) sugerem que os periódicos permitam que avaliadores decidam se querem permanecer anônimos ou não e, nesse sentido, Bravo *et al.* (2019) concluem que o anonimato é condição fundamental, até mesmo para o funcionamento da revisão por pares aberta.

No que tange à característica pareceres abertos, Bravo *et al.* (2019) acreditam que a publicação dos relatórios pode ser considerada como a mais importante e menos problemática do espectro da revisão por pares aberta.

Isso porque, além de não exigir aspectos tecnológicos complexos ou depender de recursos externos, os autores acreditam que a publicação dos relatórios foram uma alternativa e uma iniciativa encontrada pelos editores e pelos periódicos para reconhecer e prestigiar o trabalho, o tempo e o esforço dos avaliadores e suas contribuições para as submissões. Além disso, defendem que a publicação de um parecer bem elaborado é também percebida como uma espécie de modelo ou treinamento para jovens pesquisadores e futuros pareceristas, o que demonstra a relevância do relato frequente dos editores sobre a dificuldade de se encontrar pareceristas, independentemente do modelo de avaliação utilizado.

Sobre isso, o respondente **R4** relatou que se o parecer for bem elaborado, o comitê editorial procura o avaliador e propõe que se transforme em um parecer crítico a ser publicado no número atual.

Sobre a avaliação por pares adotada por sua revista, **R25** afirmou que também permite a qualquer pessoa participar abertamente da revisão por pares de *preprints*, mesmo que não seja convidada pelo editor. Já **R34** mencionou que, em seu modelo de avaliação, os avaliadores interagem uns com os outros no *Discord*, uma plataforma que permite a interação síncrona ou assíncrona entre seus usuários, bem como a realização de videochamadas e troca de mensagens de áudio e vídeo, o que facilita a rapidez na interação e no diálogo. Sobre a interação entre pareceristas, a pesquisa de Maia, Farias e Farias (2022, p. 9) apontou que para os 29 dos 32 editores participantes, “o compartilhamento e a troca dos conhecimentos entre os avaliadores pode contribuir tanto para o aperfeiçoamento de seu desempenho enquanto revisor e de seus pareceres”. Um dos editores participantes da pesquisa dessas autoras aponta que:

Compartilhar experiências; citar casos (no caso de avaliação cega não citar os nomes), porque isso colabora para a melhora de futuras avaliações dependendo a área de atuação do editor; buscar parcerias, focando na constituição de um banco de avaliadores especialistas para temáticas com grau de dificuldades de avaliação, etc.; construir redes sociais para trocas de ideias e experiências, por exemplo grupo de WhatsApp ou mesmo por e-mail (Maia; Farias; Farias; 2022, p. 10).

O editor respondente da pesquisa citada acima mencionou ações e iniciativas de compartilhamento e trocas entre avaliadores, que em sua percepção podem contribuir para o processo de avaliação por pares.

Já ciente da caracterização do modelo, o tempo de utilização e as características da revisão aberta que são praticadas pelo periódico, é relevante tentar compreender além disso, as vivências percalços dessas revistas com o modelo em questão.

Na categoria **b) Experiência utilizando a revisão aberta** buscou-se analisar qual a vivência dos respondentes e do periódico utilizando esse modelo de avaliação. Para isso, na primeira questão da categoria, indagou-se o motivo pelo qual a revista decidiu adotar a revisão aberta.

Optou-se por deixar o campo de resposta aberto, a fim de que os respondentes pudessem discorrer acerca do inquirido. Assim, as respostas foram tabuladas, categorizadas e estão apresentadas no quadro 10 abaixo, com a respectiva quantidade e o código dos respondentes que mencionaram cada justificativa:

Quadro 10 - Justificativa para adoção da revisão aberta

Justificativa	Resp.
Contribuir para a melhoria do trabalho	R2, R3, R12, R13, R33
Promover a comunicação entre autor – editor e autor - revisor	R16, R23, R24, R34
Promover a transparência	R18, R21, R30, R32
Valorizar e reconhecer avaliadores	R1, R4, R14
Fomentar melhores críticas	R4, R32, R33
Política do grupo editorial	R5, R19, R20
Equidade e justiça	R22, R30
Alinhamento com a ciência aberta e princípios abertos	R10, R29
Oportunidade de treinamento para revisão por pares	R14
Tornar o processo mais responsável	R14
Elevar a qualidade dos artigos	R15
Elevar a qualidade dos pareceres	R1
Agilidade	R22
Prevenir práticas nocivas na avaliação de artigos	R26
Auditoria e prestação de contas do processo	R31

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Os respondentes mencionaram mais de uma razão para a adoção da revisão aberta e por isso apresentou-se alguns de seus comentários a fim de ilustrá-las. A justificativa mais citada foi acreditarem que a avaliação aberta contribuiu para a melhoria do manuscrito submetido:

R2: Adotamos uma abordagem de desenvolvimento para ajudar os autores a melhorar seus artigos e acreditamos que a transparência da revisão aberta é a melhor maneira de gerenciar o processo editorial.

R12: Queremos promover uma abordagem formativa à produção de conhecimento científico, para promover a colaboração e a responsabilidade partilhada. O objetivo deste processo de revisão por pares é contribuir para a compreensão e esclarecimento do *feedback* dirigido ao(s) autor(es), para estimular a construção de um significado compartilhado sobre o projeto científico da contribuição (inclusive por meio de debates e controvérsias).

R13: Para que os autores possam obter *feedback* dos avaliadores diretamente, tornando o processo de revisão um esforço colaborativo para polir os manuscritos para publicação.

R33: Com base na decisão de um periódico ‘irmão’ feito cerca de 10 anos antes. Isso foi introduzido para encorajar sugestões mais positivas e construtivas para melhorias nos manuscritos.

A partir de suas experiências, os respondentes defenderam que a transparência proporcionada pela revisão aberta possibilitou o desenvolvimento de uma abordagem de *feedbacks* e de avaliações mais dialógicas, colaborativas e construtivas.

A justificativa de promover o diálogo e a comunicação entre autor, editor e avaliadores foi mencionada pelo respondente **R23** ao afirmar que adotou a revisão aberta para possibilitar e incentivar a conversa direta entre autores, avaliadores e membros da comunidade:

R32: Porque acreditamos que é mais honesto, transparente e geralmente mais construtivo em na abordagem e no conteúdo do que a revisão cega por pares (e muitas vezes falsa revisão cega, ou seja, é muito fácil identificar o revisor ou autor mesmo quando anonimizado). Também exige que todos assumam a responsabilidade pelo que escrevem, em vez de se esconder atrás de um véu.

A justificativa de valorizar, reconhecer e recompensar o trabalho dos avaliadores, um dos principais desafios encontrados pelos periódicos e pela comunidade científica, foi citada por três respondentes, em suas respostas mencionadas a seguir:

R1: Destacar o esforço dos revisores (eles são mencionados no artigo publicado) e elevar a qualidade dos pareceres (sabendo que seu nome pode ser divulgado, os revisores farão um trabalho melhor).

R4: Porque poderia fomentar melhores críticas e também seria uma forma de premiar os revisores.

R14: Maior transparência para ajudar a tornar o processo de revisão por pares mais responsável, criar oportunidades para treinamento de revisão por pares e permitir que os revisores reivindiquem reconhecimento específico e qualitativo por suas revisões.

Os respondentes acreditam que a menção da identidade dos avaliadores no artigo é uma forma de destacar, premiar ou reconhecer o esforço imbuído nessa atividade, além de estimular a elaboração de pareceres melhores. Essa ideia é confirmada por Ellwanger e Chies (2020, p. 203), pois esses autores reforçam que:

Vincular diretamente os nomes dos revisores a os artigos com os quais contribuíram é uma interessante estratégia de reconhecimento. Essa já é uma prática comum em alguns periódicos, que acreditam que a reputação do revisor agrega valor ao artigo.

Desenvolver e implementar iniciativas de reconhecimento dos avaliadores é fundamental já que o trabalho dos avaliadores científicos é, de modo geral, quase sempre feito em seu tempo livre, de forma voluntária e realizada por pessoas de renome, como pesquisadores com experiência na área em questão (Robaina Castellanos; Semper González, 2019).

Schmidt *et al.* (2018) acreditam que a revisão aberta pode contribuir para tal missão, tendo em vista ser possível tornar os pareceres visíveis, citáveis e facilmente reconhecidos. Essa iniciativa tem se tornado cada vez mais palpável, pois a *Crossref*, entidade responsável pela atribuição e gerenciamento do *DOI* empenhou-se para ampliar sua infraestrutura e fornecer o identificador persistente para relatórios de avaliação (Hendricks; Lin, 2017).

Contudo, outras pesquisas constataram que a estratégia de vincular o nome dos avaliadores é pouco valorizada (Ellwanger; Chies, 2020) e, portanto, como cada campo científico é único e possui seu contexto próprio, conforme discutido ao longo deste estudo, é preciso conhecer e consultar a comunidade acadêmica e o corpo editorial quando se trata de instalar e oferecer mudanças que atendam às necessidades ou demandas específicas da revista.

Além disso, é importante reconhecer que embora a revisão aberta atue para atender algumas demandas da comunicação científica, não poderá solucionar todos os problemas e atender satisfatoriamente a todas as comunidades que produzem e disseminam o conhecimento científico (Schmidt *et al.*, 2018).

A adoção da revisão aberta por ser uma política do grupo editorial foi mencionada por três periódicos. A promoção de equidade e justiça foi mencionada por dois periódicos, de modo semelhante à justificativa de alinhamento aos princípios da Ciência Aberta. Além das razões elencadas, é relevante mencionar o apontado por outros respondentes:

R25: Fomos fundados especificamente com o objetivo de reformar a publicação acadêmica e, portanto, experimentamos uma ampla gama de novas abordagens. A revisão por pares aberta foi um desses recursos promissores que adotamos cedo e com o qual continuamos.

R26: Depois de desenvolver uma pesquisa de diferentes procedimentos de avaliação, o conselho editorial decidiu que a revisão aberta é a melhor forma de prevenir certas práticas nocivas na revisão e avaliação de artigos.

R27: Como a Dinamarca é um país tão pequeno, descobrimos que os revisores provavelmente conheciam o escritor e vice-versa. Portanto, decidimos que a revisão aberta seria a melhor maneira de garantir uma revisão justa e transparente.

Como mencionado anteriormente, a maior parte dos periódicos já nasceram tendo a revisão aberta como seu principal modelo de avaliação, assim como explicitou o **R25**, a revista surgiu com o objetivo de testar abordagens alternativas aos modelos e procedimentos já consolidados na comunidade acadêmica e, como indica o próprio participante, encontrou nessa modalidade de avaliação um recurso promissor que pretende continuar utilizando.

De modo semelhante, o respondente **R26** assegurou ter testado uma diversidade de procedimentos de avaliação, até que o conselho editorial decidisse manter a revisão aberta, supondo ser uma das possibilidades na experiência do conselho, a fim de evitar práticas nocivas na avaliação de manuscritos.

Já o respondente **R27** reiterou que, independentemente do modelo adotado, é provável que autores e avaliadores já se conhecessem e a revisão cega não surtiria efeito, portanto, optaram por aderir a revisão aberta e garantir que a avaliação fosse justa e transparente.

Ainda nessa perspectiva, questionou-se se houve algum tipo de reação da comunidade acadêmica em razão da adoção da revisão aberta pela revista. Os resultados obtidos foram apresentados no quadro 11 a seguir:

Quadro 11 - Reação da comunidade acadêmica em razão da adoção da revisão aberta

Reação da comunidade	Qtd.
Maior número de recusas para avaliar artigos	2
Menor número de submissões de trabalhos	-
Elogios, comentários ou críticas da comunidade	9
Não percebi qualquer tipo de reação	16

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Como apresentado no quadro, dois respondentes notaram maior número de recusas dos avaliadores para revisar artigos. Nenhum respondente apontou ter percebido um número menor de submissão de manuscritos. A presença de elogios, comentários ou críticas foi mencionada por nove respondentes:

R28: Elogios, comentários ou críticas da comunidade, apenas positivos.

R32: Elogios, comentários ou críticas da comunidade. É difícil comparar, pois nunca tivemos um sistema diferente. Mas a aceitação e o *feedback* sobre o processo enxuto e aberto têm sido muito positivos (no sentido de que as revisões são construtivas, mas críticas e robustas) ao longo dos anos.

Cabe mencionar que 20 periódicos empregaram a revisão aberta desde sua concepção e, nessa perspectiva, não são capazes de mensurar e apontar quaisquer tipos de reação decorrentes da implementação do modelo, mas apesar disso, como reitera o respondente **R32**, o *feedback* recebido pela comunidade foi positivo. Prosseguindo, 16 participantes afirmaram não ter percebido qualquer tipo de reação em razão da adoção da revisão aberta:

R23: [...] não notei nenhum tipo de reação, estamos operando há 5 anos e somos bastante nichados, então não tenho certeza se nossos baixos números de envios são devido a OPR ou não.

R29: Não notei nenhum tipo de reação, isso não foi relevante pois foi desde a concepção do jornal.

Destarte, os respondentes mencionaram outros aspectos relevantes e foram apresentados a seguir:

R14: Nenhuma reação significativa e um número mínimo de pessoas se recusando a revisar.

R25: A reação negativa ocasional dos revisores.

R33: Número muito pequeno de recusas do avaliador.

R34: É muito cedo para dizer. No geral, os autores parecem ter apreciado o sistema de revisão do fórum.

Uma das desvantagens comumente apontadas da avaliação aberta é a possibilidade de avaliadores se recusarem a aceitar revisar o manuscrito, em decorrência da divulgação de sua identidade, mas como os participantes apontaram acima, na experiência de seus respectivos periódicos, tal reação existe, mas tem sido ocasional.

Kowalczuk e Samarasinghe (2017, *online*) afirmam que evidências anedóticas sugerem ser mais difícil recrutar avaliadores para escrutinar um manuscrito nos moldes da revisão aberta, em comparação ao recrutamento de avaliadores para o modelo cego, e por isso, decidiram realizar um estudo que determinasse se há diferença na “proporção de revisores que concordam em realizar a revisão por pares de manuscritos de periódicos que utilizam diferentes modelos de revisão por pares em diferentes áreas temáticas”.

Como resultado do estudo, as autoras constataram que uma parcela menor de pareceristas concordou em avaliar periódicos que operam sob modelos de revisão aberta e simples-cego, se comparados com periódicos que adotam a revisão duplo-cego (Kowalczuk; Samarasinghe, 2017).

Dessa forma, demonstrou-se a necessidade dos periódicos com modelos de revisões abertas e simples-cego convidarem um número maior de avaliadores, contudo, as autoras reiteram que os periódicos analisados atuam sob seus respectivos modelos de avaliação há muitos anos, revelando que a diferença encontrada não demonstra ser prejudicial para o sucesso e manutenção da revista (Kowalczuk; Samarasinghe, 2017), pois como entendem Schmidt *et al.* (2018) essa dificuldade é superada pelas vantagens advindas da revisão aberta.

No caso da observação de reações da comunidade acadêmica em razão desse modelo visto na questão anterior, solicitou-se aos respondentes que descrevessem brevemente o tipo de reação indicada. Os participantes listados a seguir afirmaram que obtiveram, por parte da grande maioria, um retorno positivo para a adoção de mecanismos de avaliação aberta:

R2: Os autores relatam consistentemente sua satisfação com nosso processo de revisão aberta. Também adotamos uma postura positiva e solidária com nossos autores.

R3: Principalmente respostas positivas de avaliadores e autores. Há um diálogo criado em nível colegial, entre dois iguais – ao invés de uma estrutura hierárquica.

R12: Tanto os autores quanto os revisores parecem curiosos para experimentar o modelo de revisão aberta e colaborativa. Aqueles que experimentaram geralmente parecem apreciá-lo.

R25: Recebemos imensa resposta positiva para nosso processo de revisão por pares totalmente transparente. Ocasionalmente, os revisores ficam surpresos com isso e reagem negativamente. Isso é muito raro e talvez 2 revisores em várias centenas.

R31: Curiosamente, houve uma recepção positiva daqueles momentos em que um revisor solicita o anonimato, mas listamos suas áreas de especialização como um compromisso - especialmente para artigos interdisciplinares.

R33: No geral, a reação foi positiva tanto dos autores quanto dos revisores - e da equipe editorial.

De modo geral, segundo os relatos, a experiência dos periódicos, avaliadores e autores, nos casos analisados foi positiva e a reação negativa, quando ocorreu, foi em pequena escala.

Indagou-se aos respondentes se perceberam que o fato de adotar a revisão aberta interferiu ou alterou algum dos aspectos relacionados abaixo, no quadro 12, no que diz respeito aos pareceres de avaliação:

Quadro 12 - Alteração nos aspectos relacionados ao parecer

Aspectos relacionados ao parecer	Qtd.
No tempo de entrega do parecer	2
Na extensão do parecer	2
Na forma de elaborar (ex.: mais respeitoso, mais detalhado, menos agressivo, mais metuculoso)	15
Não percebi alterações	11

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Dois respondentes perceberam alterações no tempo de entrega e alterações na extensão do parecer, quinze participantes mencionaram alterações na forma de elaboração do parecer, por exemplo: mais respeitoso, mais detalhado, menos agressivo e mais metuculoso e onze respondentes responderam que não perceberam alterações nesses aspectos.

Sobre essas alterações, de modo semelhante às perguntas anteriores, quatro respondentes afirmaram não ter base de comparação, uma vez que a revista já foi concebida com o modelo aberto:

R1: Mais uma vez, não há comparação possível antes e depois, mas geralmente estamos muito satisfeitos com a qualidade das revisões, a política aberta de revisão por pares pode ter contribuído.

R20: A revista sempre foi baseada na revisão por pares aberta, junto com todas as revistas da EGU por mais de 20 anos, portanto, por definição, não houve "mudanças".

R21: Não podemos responder a essa pergunta, pois a revista foi criada com base na revisão aberta por pares. Então não temos nada para comparar,

O participante **R1** afirmou que o periódico está satisfeito com a qualidade dos pareceres, embora não tenha base de comparação como os demais respondentes, e acredita que a revisão aberta contribuiu para isso. O respondente **R2**, apresentado a seguir, mencionou que tais alterações propiciam um relacionamento positivo com os autores:

R2: Valorizamos ajudar os autores a produzir artigos de qualidade. Nossas revisões são detalhadas, prescritivas e de suporte. A abertura contribui para criar um relacionamento positivo com os autores.

Conforme o exposto, a fala do respondente demonstrou que a transparência proposta pela abertura da avaliação cria um ambiente de confiança e gera um relacionamento positivo, não combativo ou competitivo entre autores e avaliadores, resultando na produção de artigos de qualidade.

No quesito de pareceres mais demorados que o normal, o estudo randomizado de Van Rooyen, Delamothe e Evans (2010) identificou que avisar aos pareceristas que seus relatórios poderiam ser publicados junto ao artigo fez com que os avaliadores do grupo de intervenção demorassem mais para finalizar sua avaliação em comparação com o grupo de controle.

Para os autores, esse era um efeito já esperado e corroborado pelos respondentes deste estudo, uma vez que **R22** afirmou perceber um maior esforço por parte dos avaliadores na construção do parecer: “Definitivamente, vemos revisores esforçando-se mais para garantir que seus relatórios se adequem para apresentação ao público”. Essa seria a razão para avaliações mais demoradas.

Em contrapartida, o estudo conduzido por Bravo *et al.* (2019, p. 4), que publicava os relatórios de avaliação junto aos artigos durante um teste piloto com cinco periódicos da *Elsevier*, não notou mudanças significativas no tempo de conclusão do relatório, mas descobriu “[...] apenas que os árbitros com título de doutor tendem a demorar mais tempo para completar o seu relatório, mas as diferenças foram mínimas”. A respeito do quesito de elaboração de pareceres mais respeitosos, quatro respondentes apontaram:

R12: O tom dos avaliadores parece mais respeitoso e menos agressivo (mesmo que não seja o caso sempre). Mesmo com revisão por pares aberta, alguns relatórios carecem de detalhes e profundidade. Mas a maioria das revisões é meticulosa. Os revisores reconhecem que precisam de um pouco mais de tempo para concluir a revisão com este modelo do que com a tradicional revisão dupla cega por pares. No geral, as mudanças que os revisores descrevem são positivas. Uma afirmação recorrente é que a qualidade do texto melhora mais.

R33: Menos comentários indelicados ou críticos desnecessariamente e análises mais abrangentes.

R34: Ainda é um pouco cedo para avaliar com certeza. Nosso objetivo é fazer relatórios mais respeitosos e menos agressivos. A compilação de relatórios levou a um envolvimento mais respeitoso do trabalho dos autores. Geralmente também significa mais revisões. Ainda estamos trabalhando para que nossos revisores participem do novo sistema de revisão. Não é fácil mudar uma cultura muito acostumada com o *double blind peer review*, e sem interação entre revisores.

Na experiência de **R12**, em grande medida, a abordagem dos pareceristas é mais respeitosa, embora não seja via de regra. Além disso, embora a maioria das revisões sejam mais meticulosas, nem todas seguem esse mesmo padrão e esse modelo de avaliação costuma demandar mais tempo do que o modelo tradicional cego.

Isso leva a crer que nem sempre as vantagens da avaliação aberta serão percebidas de modo uniforme nos periódicos. Mas, apesar do exposto, a percepção geral é que há melhoria na qualidade dos manuscritos. Além disso, é relevante mencionar a visão de outros dois respondentes:

R23: a revisão por pares aberta definitivamente resultou em manuscritos sendo muito mais desenvolvidos no momento da publicação do que no momento da submissão. Tamanho e detalhamento, são ambos melhores.

R32: O tom é construtivo e a generosidade nas críticas está presente. O detalhe também é aprimorado, pois usamos o *Google Docs* e a função de comentários. Isso contribui para um *feedback* refinado e, às vezes, também incentiva autores e revisores a troca e o diálogo dentro do documento de revisão, levando todos mais a um modo de construção de comunidade do que a um modo competitivo/autoritário.

Na percepção do respondente **R23** a avaliação aberta resulta em manuscritos mais desenvolvidos e aprimorados no momento da publicação, em comparação ao momento da submissão, uma vez que tanto o tamanho como o detalhamento da avaliação melhoraram. De modo semelhante, **R32** assegurou que a abordagem e as críticas foram mais construtivas e o uso de ferramentas adequadas propiciou e incentivou o diálogo e a construção da ciência de modo mais colaborativo e menos autoritário. **R22** corrobora tais entendimentos ao afirmar: “[...] nunca vimos nenhuma desvantagem nos mais de onze anos em que o usamos em nossos dois periódicos [...] e só vimos aspectos positivos de *feedback* mais construtivo. Nessa perspectiva, mencionou-se os achados da pesquisa de Bravo *et al.* (2019, p. 1) em seu estudo, com a percepção de que:

[...] acadêmicos mais jovens e não acadêmicos estavam mais dispostos a aceitar a revisão e forneceram recomendações mais positivas e objetivas. Os árbitros do sexo masculino tenderam a escrever relatórios mais construtivos durante o piloto. Apenas 8,1% dos árbitros concordaram em revelar a sua identidade no relatório publicado.

O mencionado estudo mobilizou cinco periódicos da *Elsevier*, a fim de fazê-los publicar seus relatórios de avaliação. Apesar da pequena quantidade de participantes concordarem em tornar a sua identidade pública, constatou-se que houve correlação entre a publicação dos pareceres e, por conseguinte, a publicação de pareceres com recomendações mais positivas e construtivas.

Na categoria **c) Procedimentos para adoção da revisão aberta** intentou-se compreender quais os processos adotados para implementar a revisão aberta no periódico. Para isso, perguntou-se aos respondentes se conheciam algum tipo de proposta, modelo ou recomendações de diretrizes metodológicas que orientassem a adoção dessa modalidade de avaliação e, em caso positivo, qual proposta, modelo ou recomendação conheciam.

Dezesseis respondentes afirmaram não conhecer qualquer tipo de proposta, modelos ou recomendações de diretrizes para implementação da revisão aberta e quatro respondentes apontaram a utilização de um modelo próprio para implementação:

R1: Não diretamente, pesquisamos no google em busca de inspiração e há alguns materiais disponíveis, mas nenhum em forma de diretrizes

R12: Nosso modelo está descrito aqui: <https://revue.leece.online/index.php/info/EOC>. Baseia-se em diversos modelos e categorias de revisão aberta apresentados na literatura (e.g., Bordier, 2015; Ford, 2013; Walker & Rocha da Silva, 2015).

R13: Não, criamos nosso próprio sistema e o repetimos com frequência.

R27: Não, mas fizemos nossas próprias diretrizes que todos os avaliadores recebem.

Além disso, alguns respondentes mencionaram os processos e as orientações que foram seguidas:

R15: Apenas recomendações de Kirillova Olga Vladimirovna, consultora especialista em banco de dados Scopus

R18: Além de solicitar a opinião dos revisores sobre questões específicas, utilizamos um formulário que os incentiva a fazer avaliações abertas.

R22: Recomendamos que nossos revisores sigam o juramento de revisão por pares da Open Science <https://doi.org/10.12688/f1000research.5686.2>

R23: Nós fazemos isso:

Princípio 1: Vou assinar meu nome na minha revisão.

Princípio 2: Farei a avaliação com integridade.

Princípio 3: Tratarei o parecer como um discurso com vocês (os autores); Em particular, farei críticas construtivas.

Princípio 4: Serei um embaixador da prática da ciência aberta.

<https://llpjournal.org/2018/01/04/review-with-us.html#-we-practice-open-not-blind-peer-review>.

R24: ANRI – Associação Russa de Editores.

Além de menções a representantes e associações, **R22** e **R23** citaram princípios e orientações que guiaram a atividade de revisão por pares, a exemplo do juramento da revisão por pares para a Ciência Aberta, documento que apresenta diretrizes para revisores atuarem conforme os pressupostos desta ciência, disponível em acesso aberto e publicado na *F1000Research*, revista adepta da avaliação aberta.

Ademais, perguntou-se aos participantes a respeito das etapas seguidas pela revista para a implementação da revisão aberta. Quatro respondentes reafirmaram que não houve o seguimento de etapas, uma vez que essa modalidade de avaliação já surgiu com a criação e compõe parte da identidade do periódico. Dois dos respondentes afirmaram adotar o modelo orientado pelo grupo editorial e dois mencionaram que notificaram e avisaram a comunidade acadêmica acerca da adoção do modelo.

Sob os aspectos técnicos e de infraestrutura tecnológica para adoção da revisão aberta, seis respondentes apontaram a importância da adaptação das funcionalidades do sistema de submissão e controle do fluxo editorial:

R21: Imaginamos todo o fluxo de trabalho do PCI e ele foi implementado por desenvolvedores de TI.

R28: Primeiro o desenvolvimento do módulo aberto de revisão por pares para repositórios. Você pode ler sobre esses projetos em nosso site: [openscholar.org.uk](http://openscholar.org.uk)

R29: Está embutido no próprio sistema.

R34: Encontrar uma ferramenta tecnológica que permitisse a discussão entre os revisores; criar um pool de revisores do fórum interessados em participar desse formato, criar diretrizes para revisores do fórum e editores de campo.

Seja adaptando o sistema já utilizado, migrando ou incorporando novos aparatos, ter uma plataforma personalizada de acordo com as necessidades e peculiaridades do modelo de avaliação de cada periódico é condição *sine qua non* para a eficácia e a efetividade da execução do fluxo editorial.

Essa necessidade de customização é ampliada quando se trata de revisão aberta, em virtude da diversidade de possibilidades e de distintas configurações das características de possível implementação pelo periódico e por isso o participante **R16** mencionou que o aspecto principal para adoção foi a busca por uma nova plataforma.

A pesquisa de Garcia e Targino (2017) indagou editores da área de Ciência da Informação sobre a existência de ferramentas ou mecanismos tecnológicos que forneçam suporte à adoção da revisão aberta. As autoras constataram uma parcela de editores que creem na existência de soluções tecnológicas disponíveis para amparar tal processo, já outros defendem que o fator humano ainda é preponderante, embora existam os artefatos tecnológicos necessários, o que, segundo as autoras mostra o apego à cultura dos processos da *blind review*.

A reestruturação do processo de avaliação foi mencionada por três respondentes:

R23: Os editores, ao montar a revista, debateram sobre modelos abertos x fechados.

- ✓ decidimos fazer OPR;
- ✓ delineamos um processo para OPR;  
<https://lpjournal.org/2018/01/04/review-with-us.html#-we-practice-open-not-blind-peer-review>;
- ✓ praticamos OPR com as primeiras submissões para a revista
- ✓ revisamos ligeiramente nosso OPR (trabalhando com Google Docs, número ou revisores necessários, etc.)
- ✓ gravamos um podcast sobre a criação da revista:  
<https://lpjournal.org/2019/09/08/podcast00.html>  
e isso trata um pouco da OPR  
<https://lpjournal.org/2020/07/11/podcast07-playground.html>"

R31: Desenvolvemos nossos procedimentos baseados apenas na experiência em outros periódicos e outras atividades de ciência aberta.

R32: Foi um processo de tentativa e erro no início, por cerca de um ano e, eventualmente, adotamos o processo que temos. É experimentado e testado. Como isso é algo que depende da disciplina, as receitas vão tão longe. É sempre importante experimentar e depois ajustar.

Os respondentes apontaram a importância do debate e da experimentação do modelo e da tentativa e erro para encontrar e adaptar o modelo de revisão às necessidades de cada periódico. Ainda nessa perspectiva, os participantes citaram aspectos do cotidiano editorial dos periódicos:

R2: Sempre usamos revisão aberta. Temos uma orientação para todos os novos revisores que inclui orientações por escrito. Também temos um boletim informativo trimestral e sessões regulares de Zoom com editores e revisores.

R12: 1) Pesquisar a literatura e exemplos de outros periódicos para identificar quais características de revisão aberta queríamos implementar;  
2) Encontrar uma solução técnica --> OJS;  
3) Programar o sistema para permitir nossas escolhas;  
4) Testar e construir diretrizes para autores e revisores;  
5) Vá!".

De acordo com os relatos, o periódico em que o participante **R2** atua sempre utilizou a revisão aberta, além de possuir orientações para todos os novos avaliadores e distribuir um boletim informativo, ainda realiza encontros regulares utilizando a plataforma *Zoom* com os editores e avaliadores da revista. Esse diálogo entre os membros da equipe editorial e o corpo de avaliadores contribui para o alinhamento dos objetivos e das práticas editoriais do periódico.

**R4** também citou reuniões editoriais com os editores-chefes e afirmou que a implementação da revisão aberta não foi difícil e não teve resistência, mas atribuiu isso ao fato de utilizar um modelo híbrido.

Já **R12** resumiu o processo de implementação da revisão aberta em cinco etapas, tendo início na pesquisa por modelos e exemplos já definidos na literatura, para inspirar a busca e a adaptação da solução tecnológica que ampare as necessidades do periódico, o teste e a construção das diretrizes de orientação aos membros da comunidade acadêmica e editorial, e por fim, a execução do modelo.

Indagou-se ainda aos participantes da pesquisa sobre a utilização de alguma solução tecnológica como apoio para assegurar a revisão aberta, a exemplo de repositórios/servidores de *preprint* ou outras plataformas como *Hypothes.is*, *Open Journal Systems (OJS)*, *PubPeer*, *F1000Research*, *ScienceOpen*, etc. Os dados obtidos foram apresentados no quadro 13 a seguir:

Quadro 13 - Soluções tecnológicas utilizadas

Soluções	Qtd.
<i>Open Journal Systems</i>	7
Repositórios de <i>preprint</i> : <i>bioRxiv</i> , <i>psyarxiv</i> , <i>medarxiv</i> , <i>Egusphere</i>	5
Soluções próprias	4
<i>Google Documentos/Drive</i>	4
<i>Publons</i>	2
<i>Hypothes.is</i>	2

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Algumas soluções mencionadas acima correspondem às encontradas por Pedri e Araújo (2021), como os repositórios de *preprints*, *Hypothes.is* e *OJS*, mencionados pelo maior número de respondentes.

O *software* livre OJS, de interface intuitiva, como já mencionado no arcabouço teórico da pesquisa, foi criado em 2001 e além de ser largamente utilizado pelos periódicos científicos brasileiros da Ciência da Informação (Garcia; Targino, 2017), possui a capacidade de ser customizado e atender aos aspectos da revisão aberta, como já demonstrado por Brito *et al.* (2018).

Além das soluções apresentadas no quadro, outras foram mencionadas por um respondente, como correio eletrônico (*e-mail*), armazenamento em nuvem (*cloud storage*), *Research catalogue*, *Dergipark platforms*, *The Peer Community In initiative*, *Society e Open Science Framework*. Dessa forma, é possível perceber que os periódicos têm encontrado suporte para sustentar a avaliação aberta em uma ampla variedade de soluções tecnológicas, desde soluções especializadas e voltadas ao contexto e às práticas editoriais, tais como *OJS*, repositórios de *preprints* e *Publons*, mas também chamando atenção para o uso de ferramentas utilizadas no cotidiano, como o correio eletrônico e o armazenamento em nuvem, que são soluções próprias para atingirem seus interesses e objetivos.

R23: Nada extravagante, usamos Google Documents -- UM DOC PARA CONTROLAR TODOS. ;) o modo de comentários e sugestões ajuda muito.

R25: Sim, usamos serviços de pré-impressão, *psyarxiv* em particular, bem como a Open Science Framework. Também compartilhamos nossos relatórios de revisão por pares em formato de rascunho no Google Drive. Estamos usando o *Hypothes.is*, mas provavelmente vamos aposentá-lo, pois poucos avaliadores o preferem em comparação a formatos mais clássicos.

R31: Repositório de preprint: temos nossa própria solução interna para hospedar *preprints* abertos, usando uma wiki pública. Também aceitamos envios de outros servidores de preprints. Estamos procurando integrar alguns dos *Open Journal Systems* para lidar com o administrador de back-end.

R34: Usamos o *Discord*, mas gostaríamos de encontrar soluções mais eficientes (ou soluções mais adaptadas ao nosso modelo).

Fez-se notória a ampla utilização das ferramentas disponíveis em nuvem, como *Google Drive* e *Google Docs*, conhecidos pela segurança de armazenamento e pela possibilidade de acesso remoto e síncrono, semelhante ao proposto pela plataforma *Hypothes.is*.

Um respondente mencionou também a utilização de uma *wiki*, ferramenta conhecida por ser uma plataforma de criação e gestão colaborativa de conteúdos, podendo utilizá-la para tratar e discutir fins diversos, a exemplo da Wikipédia.

Além disso, um respondente também citou o uso do *Discord*, já mencionado anteriormente, mas ressaltou que gostaria de encontrar soluções que fossem mais eficientes ou adaptadas ao modelo, uma vez que nessa perspectiva, o *Discord* aparenta ser utilizado como uma ferramenta adaptada à necessidade do periódico.

Na categoria **d) Conclusões acerca da adoção da revisão aberta** objetivou-se levar a conhecimento quais as conclusões e percepções que os respondentes tinham a respeito da utilização da revisão aberta. Nessa perspectiva, indagou-os acerca da importância da mediação do editor para a adoção e utilização da revisão aberta. Quatro respondentes acreditam que a mediação editorial contribui para a resolução de problemas:

R1: Importante :-) Sim, recebi algumas perguntas e reclamações tanto dos autores quanto dos revisores, e é uma parte importante do meu trabalho resolver esses problemas.

R13: Facilitar uma conversa saudável entre autor e revisores. Para mediar divergências entre autores e revisores.

R22: É útil ter sempre o editor para recorrer caso os revisores tenham algum problema ou se sintam desconfortáveis com o modelo.

Além da mediação editorial contribuir para a resolução de problemas e demais questões que surjam durante o processo, os respondentes citaram o papel do editor em fornecer o *feedback* para manter o diálogo entre as partes, bem como explicar e garantir a moderação do fluxo editorial:

R3: O editor, ou no nosso caso o Gerente do Projeto Editorial, deve estar presente para apoiar e explicar o processo aos autores e revisores. Também é importante fornecer feedback e garantir que o diálogo seja iniciado, além de garantir que o cronograma e a apresentação do relatório estejam no caminho certo.

R16: O editor é central, tanto para a comunicação entre os atores envolvidos quanto para o público.

Dessa forma, os respondentes acreditam que a mediação do editor é mandatória, uma vez que este é responsável por manter os padrões de publicação e evitar as más práticas:

R4: Obrigatória. Uma revisão por pares não é um voto. E a editora é legalmente responsável pela publicação. Assim, eles são os guardiões dos padrões de publicação do local.

R10: Apenas oriente o processo editorial e evite más práticas.

R14: Deixar muito claro para autores e revisores sobre o envolvimento desse processo no periódico e para os Editores oferecerem aos revisores a moderação de qualquer linguagem ofensiva ou discriminatória e garantir que os comentários sejam baseados exclusivamente na robustez do conteúdo científico antes de uma decisão é feita - isso se aplica se a revisão aberta é adotada ou não.

O editor, sendo a figura e autoridade principal na organização de um periódico, coma função de prezar pelos mais eficazes padrões de publicação, é fundamental para a manutenção da qualidade das publicações e da credibilidade do periódico.

Questionados a respeito da intenção de continuar utilizando o seu modelo aberto de revisão por pares, a partir das experiências vivenciadas no cotidiano editorial, todos os respondentes reiteraram o interesse da revista em permanecer com o modelo aberto.

R17: Acredito que sim, embora possivelmente com anonimato opcional no futuro. Os comentários serão publicados juntamente com os manuscritos aceitos, mas os revisores podem optar por permanecer anônimos, em vez de revelar a identidade atual exigida.

R25: Sim, a revisão por pares transparente é uma base para nós e nunca mudará. Com os avanços tecnológicos que podem tornar o cegamento viável, mantendo-o transparente e, por exemplo, revelando identidades posteriormente, estamos abertos a tentar isso como um estudo randomizado controlado. No entanto, atualmente, a total transparência do processo de revisão por pares não é possível, mantendo as identidades ocultas, mesmo que temporariamente.

R29: Sim. Estamos constantemente à procura de novos desenvolvimentos a adotar para maximizar a transparência e o rigor dos trabalhos apresentados.

R32: Claro. Somente quando um revisor puder ser colocado em perigo por revisar um manuscrito, protegeremos e anonimaremos o revisor, mas nunca por outros motivos.

Apesar do predominante interesse em utilizar a revisão por pares aberta, alguns dos respondentes afirmaram a possibilidade de flexibilizar ou adotar um modelo híbrido, oferecendo a possibilidade de anonimizar, em determinadas situações ou contextos.

Por fim, abriu-se espaço para que os respondentes, caso desejassem, elaborassem sugestões, críticas ou elogios a pesquisa e ao seu desenvolvimento. Por ser um campo livre, poucos participantes contribuíram. O respondente **R4** opinou a respeito de tornar a revisão aberta mandatória para os periódicos científicos:

Discordo veementemente da revisão aberta por pares obrigatória para todos os sistemas de indexação como o SciELO, por exemplo. Ele desconsidera completamente a evidência de que a revisão por pares totalmente aberta beneficia os pesquisadores de destaque em um determinado campo (consulte viés de *status*). O modelo híbrido, adequado para melhor atender às necessidades de comunidades específicas, parece mais eficiente.

Como cita o respondente, há pesquisas avaliando o viés em casos de avaliação aberta e um dos exemplos de estudos de viés é a pesquisa de Thelwall *et al.* (2020), que avaliou a possibilidade de ocorrência de viés no modelo de avaliação adotado pelo *F1000Research*, em que a avaliação dos artigos acontece após a sua publicação. Assim, os pesquisadores tinham como objetivo investigar se a “afiliação do autor e/ou país do avaliador influencia os comentários e as decisões do avaliador e se a divulgação dos relatórios avaliadores anteriores influencia os apontamentos dos avaliadores subsequentes” (Thelwall et al., 2020, p. 2).

Sobre a imposição de adoção obrigatória da revisão aberta mencionada por **R4**, coube contextualizar que em setembro de 2022, a SciELO divulgou a atualização do documento intitulado “Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil”. Na perspectiva de proporcionar maior alinhamento e adesão dos periódicos da coleção às práticas da Ciência Aberta, a biblioteca eletrônica vem atuando em quatro dimensões da comunicação científica, a saber: 1) harmonização da adoção da licença CC-BY; 2) inclusão da modalidade de preprint e publicação em fluxo contínuo; 3) compartilhamento de dados, códigos e outras matérias; e 4) avaliação de manuscritos informada (SciELO, 2022). Essa última dimensão trata do:

[...] processo de avaliação dos manuscritos por pares, o qual deve ser o mais informado possível. Os artigos devem conter na versão final o nome da ou das editoras(es) responsáveis pelo processo de avaliação. Os periódicos **devem também oferecer aos pareceristas e autores a opção de abrir as respectivas identidades** na perspectiva de **favorecer a interação no processo** de avaliação do manuscrito. O Modelo SciELO de Publicação **permite a publicação de pareceres** como anotações dos artigos publicados online ou como tipo documento separado, quando recebem tratamento similar aos artigos de pesquisa (SciELO, 2022, p. 8, grifo nosso).

As orientações oferecidas pelo SciELO envolvem desde a possibilidade de divulgação das identidades de autores e avaliadores, bem como a publicação dos pareceres, aspectos esses já amplamente mencionados e discutidos por autores nacionais e internacionais neste trabalho.

Na perspectiva do alinhamento com esses novos critérios e diretrizes de Ciência Aberta da SciELO, a Revista de Administração Pública (RAP) anunciou em um editorial de 2022 a adoção da revisão por pares aberta (Peci, 2022). O periódico decidiu adotar duas medidas, sendo a primeira denominada de *Open Peer Review*, que consiste na disponibilização da identidade e afiliação do parecerista junto ao artigo, desde que autorizada. A segunda, *Open Reports*, trata da publicação do relatório de avaliação também junto ao artigo. Nesse último caso, se os avaliadores não concordarem com a divulgação de seus nomes, o parecer é publicado de modo anônimo (Peci, 2022).

Apesar de estar ciente dos riscos, a revista afirma esperar proporcionar maior transparência para as publicações científicas e alcançar outros benefícios, entre eles: melhor compreensão do processo para o leitor, a clareza da contribuição do avaliador, a melhoria da qualidade dos pareceres e o papel educacional que pode ser-lhes atribuído (Peci, 2022).

A publicação dos pareceres traz luz aos materiais que demandavam esforço para sua elaboração, mas que eram, até certo ponto invisíveis, apesar da capacidade de sua utilização como instrumentos de treinamentos e aprendizagem. Nesse sentido, Schmitd *et al.* (2018) ressaltam a importância de iniciativas como as da *Royal Society Open Science* e a *PeerJ*, as quais incentivam, mas não obrigam que os avaliadores assinem os seus pareceres, além dos autores poderem decidir se os pareceres e as respostas serão publicados junto ao artigo.

O respondente **R17** entendeu que o processo aberto de revisão por pares requer consideravelmente mais trabalho administrativo em todas as etapas, uma vez que novas ações e possivelmente novas rodadas de trabalho são acrescentadas à rotina do periódico e ao fluxo editorial.

Por fim, Bravo *et al.* (2019) ressaltam a necessidade de testes em larga escala e que novas experimentações sejam executadas com os periódicos, de modo que seja possível compreender de forma mais clara, quais os impactos das adoções de tais práticas e inovações para fomentar uma cultura de gestão de periódicos científicos que seja baseada em evidências.

A partir do exposto, este tópico de discussão teve como objetivo explorar os periódicos indexados no *Directory of Open Access Journals* adeptos da revisão por pares aberta, a partir da apresentação e discussão de suas características, tais como: país de origem, idiomas aceitos para publicação, cobrança de *Article Processing Charges*, licenciamento adotado e área de escopo.

Além do processo de caracterização, houve também o intuito de apresentar a percepção dos editores dos periódicos supracitados sobre suas experiências com a avaliação aberta, como: modelo e características adotadas, tempo de utilização, justificativas para adoção da revisão aberta, além de aspectos como reação da comunidade acadêmica, alterações ocorridas nos processos e produtos editoriais, soluções tecnológicas adotadas, contribuição da mediação editorial, bem como o interesse em continuar operando sob a ótica da revisão aberta.

Disponer de tais informações é fundamental, uma vez que conhecer e trazer à luz os aspectos práticos de adoção e uso da revisão aberta, em contextos nacional e internacional. Isso contribui sobremaneira para que editores, autores, avaliadores e a comunidade acadêmica em geral, conheçam e adquiram maior familiaridade com o modelo e os aspectos teóricos, bem como para que estejam cada vez mais alinhados às tendências e princípios da Ciência Aberta, e, concomitantemente às agências e instituições de fomento e disseminação de pesquisas que cobram cada vez mais a adesão às práticas abertas.

A partir disso, o próximo tópico apresentou a proposição de diretrizes metodológicas para a implementação da revisão por pares aberta por periódicos científicos.

### **5.3 Proposição de diretrizes**

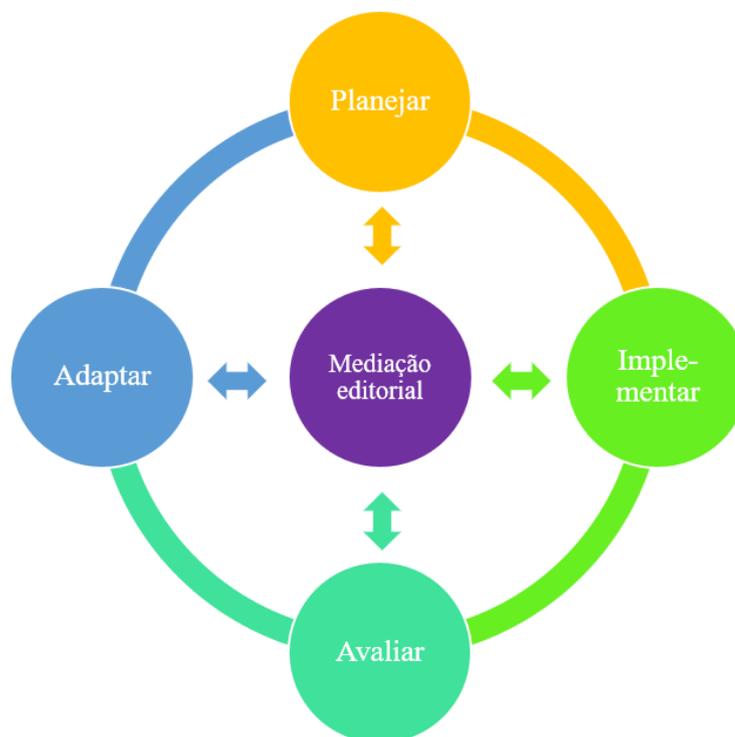
A partir dos resultados alcançados nos objetivos anteriores, a busca na literatura científica, por diretrizes já existentes acerca da percepção de editores e representantes de periódicos, adeptos da revisão aberta sobre orientações, sugestões e dicas oferecidas por estes procedeu-se à proposição de diretrizes de implementação da revisão por pares aberta.

As diretrizes foram elaboradas a partir da reflexão e das correlações encontradas na literatura analisada e nas respostas dos participantes desta pesquisa. Nessa perspectiva, inicialmente estabeleceu-se tópicos norteadores gerais, que outrora foram refinados e remodelados nas etapas apresentadas adiante.

Reforça-se que as diretrizes têm o objetivo de sintetizar e apresentar, a partir das informações já existentes e da experiência de profissionais já atuantes com o modelo, orientações para a implementação de características da revisão por pares aberta em periódicos ou até mesmo em outros canais de disseminação do conhecimento científico, como eventos em geral, que se utilizam da revisão por pares como mecanismo de validação das produções e comunicações científicas.

Ademais, as diretrizes foram sequenciadas em etapas que se dividiram em uma perspectiva fluxo-temporal: planejamento, implementação, avaliação e adaptação, ilustradas na figura 29 a seguir:

Figura 29 - Etapas de orientação das diretrizes



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Cabe salientar que durante todo o processo de elaboração das etapas e diretrizes, bem como de suas implementações, a mediação editorial, apresentada ao centro da figura, foi pensada como aspecto intrínseco ao processo, sendo condição essencial e norteadora.

Isto posto, Clares (2017) explica que a atuação e o comprometimento do editor são fundamentais para a gestão dos procedimentos e para o enfrentamento de desafios e mudanças no fluxo editorial, sendo exemplificado no contexto desta pesquisa, por meio das modificações advindas da experimentação e implementação da avaliação aberta.

Ademais, além dos periódicos científicos considerados espaços ricos em interações, tornando-se ambientes propícios à mediação, como explicado por Couzinet (2015), há nessas possíveis relações, no âmbito da revisão aberta, a existência de um sentido interativo e dialógico entre os participantes da equipe editorial, avaliadores, autores e até mesmo leitores.

Por fim, apresentou-se nos subtópicos a seguir, a discussão de cada uma das etapas com suas respectivas diretrizes, apresentadas no quadro 14:

Quadro 14 - Diretrizes metodológicas para implementação da revisão por pares aberta

Etapa	Diretrizes
Planejamento	- Conhecer a literatura científica existente sobre revisão por pares aberta e compreender suas diferentes características e conceitos;
	- Conhecer a experiência de outros periódicos;
	- Conhecer sua comunidade (equipe, leitores, avaliadores e autores);
	- Definir objetivos a serem alcançados com a revisão aberta;
	- Definir as características que serão implementadas;
	- Avaliar aspectos tecnológicos do sistema de gerenciamento de periódicos utilizado;
Implementação	- Realizar testes com as características de revisão aberta escolhidas;
	- Ofertar treinamentos e orientações para habituação e familiaridade com as características;
	- Oferecer hibridez e flexibilidade nas características adotadas;
	- Comunicar a comunidade acadêmica sobre o processo de implementação e tornar explícito nas políticas;
Avaliação	- Mensurar resultados, avaliar vantagens e desvantagens para decidir sobre continuação da adoção;
	- Comunicar os resultados da implementação para a comunidade acadêmica;
Adaptação	- Realizar alterações para equilibrar desvantagens e potencializar vantagens;

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Os aspectos e orientações inerentes ao **planejamento** foram os mais preponderantes nas respostas dos participantes dessa pesquisa quando se questiona sobre a adoção da revisão aberta e os trabalhos analisados sobre o tema, portanto, acredita-se que esta é uma etapa que merece maior destaque e atenção, sendo composta pelas seguintes diretrizes:

**A1 Conhecer a literatura científica existente sobre revisão por pares aberta e compreender suas diferentes características e conceitos:** trata-se do estudo prévio da literatura acerca da revisão aberta, especialmente no que diz respeito aos principais conceitos e suas características, os periódicos que já utilizam o modelo e a experiência dos editores, familiarizando-se com tais aspectos e as responsabilidades que os envolvem, como explicado por Schmitd (2018) *et al.* Cabe mencionar que ao indagar os respondentes desta pesquisa sobre o conhecimento acerca de modelos, propostas e diretrizes utilizados para implementação, a maioria respondeu não conhecer, nem mesmo as diretrizes apresentadas por Ross-Hellauer e Görögh (2019) e Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) e, possivelmente por desconhecerem tais diretrizes, alguns afirmam ter desenvolvido seu próprio modelo.

**A2 Conhecer a experiência de outros periódicos:** busca conhecer a experiência de outros periódicos que adotam ou que experimentam a revisão aberta pode ser uma forma de conhecer ainda mais as suas características e como elas funcionam na prática. Por meio de busca na literatura é possível encontrar editores ou periódicos que passam a adotar características da avaliação aberta e divulgam suas vivências e resultados por meio de relatos de experiência, editoriais, comunicações em eventos e até mesmo em publicações científicas, como o caso da revista AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, comunicado por Araújo (2022) e já mencionado anteriormente.

**A3 Conhecer sua comunidade (equipe, leitores, avaliadores e autores):** conhecer sua comunidade acadêmica, em geral, é um aspecto primordial quando se trata de estabelecer ou inserir mudanças em procedimentos já consolidados, como mencionado pelo respondente **R4**: “Entenda primeiro sua comunidade e sua relação (baseada em evidências) com a produção e circulação do conhecimento”. Nessa perspectiva, uma das formas de conhecer sua comunidade acadêmica, de se aproximar, de antever e de se preparar para contornar possíveis reações da comunidade é a comunicação prévia das mudanças que estão por vir, como feito pela Revista de Administração Pública, a Revista de Administração Contemporânea e a Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso, que divulgaram por meio de um editorial a adoção de características da revisão aberta.

**A4 Definir objetivos a serem alcançados com a revisão aberta:** independentemente de seguir as diretrizes e recomendações da literatura ou utilizar um modelo próprio, é primordial estabelecer e registrar os objetivos que se desejam alcançar com a adoção da revisão aberta, etapa considerada primordial por Ross-Hellauer e Görögh (2019). Por essa razão, seja por meio da literatura ou do conhecimento da experiência de outros periódicos, ter um planejamento com os objetivos estruturados facilita a execução de todas as outras etapas, uma vez que os objetivos devem nortear e subsidiar todas as ações estabelecidas para adoção e fluxo do processo editorial.

**A5 Definir as características que serão implementadas:** ainda sobre o planejamento, levando-se em consideração o já apontado nas discussões da literatura, a revisão aberta, por ser considerada um conceito amplo e genérico, reflete em diferentes abordagens e formas de implementação de suas características, como explica Bravo *et al.* (2019) e como demonstrado pelos modelos abertos encontrados nos periódicos investigados nesta pesquisa. Por essa razão, é preciso definir e registrar quais características serão adotadas e todos os aspectos a elas inerentes, como por exemplo: divulgar identidade de avaliadores nas publicações, permitir interação direta entre autor e avaliador, publicar relatórios de avaliação, publicar *preprints*, entre outras.

Além disso, outro exemplo de definição importante é o proposto pela abordagem processo-produto apontada pelos autores Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020). No sentido do **processo** é preciso definir quais as características serão adotadas, se serão obrigatórias ou opcionais, quem toma tais decisões e em que momento as tomar. No sentido do **produto**, deve-se definir o que será divulgado e onde será divulgado, ou seja, se pareceres ou *preprints* serão publicados e quais plataformas, repositórios, servidores ou ferramentas utilizará.

**A6 Avaliar aspectos tecnológicos do sistema de gerenciamento de periódicos utilizado:** nessa perspectiva, tendo em mente as características da revisão aberta que implementará, fez-se necessário avaliar os aspectos técnicos e tecnológicos a respeito da instalação de novas etapas ou ações no fluxo editorial. Contudo, como discutido por Shintaku *et al.* (2019) coube considerar o fato de que a mudança para a adoção da revisão aberta demonstrou ser mais política do que técnica, uma vez que os autores acreditam não haver empecilhos tecnológicos para a adesão.

Nesse sentido, é necessário pautar e avaliar questões como a necessidade ou a possibilidade de adaptar o sistema de editoração e de gestão do fluxo editorial, ou se necessária, a adoção de ferramentas auxiliares, como mencionada pelos respondentes desta pesquisa, que apontaram utilizar, além dos sistemas tradicionais de gerenciamento de fluxo editorial, utilitários e funcionalidades disponíveis no *Google Drive* ou *Google Docs* para o controle do processo.

Sobre a implementação das características outrora planejadas a partir dos objetivos preestabelecidos, os aspectos tecnológicos adotados influenciaram sobremaneira na percepção e no sucesso do modelo, tendo em vista que a depender das ferramentas utilizadas e dos avaliadores e autores, pode gerar maior facilidade ou dificuldade no manuseio da plataforma e de suas funcionalidades.

A etapa de **implementação** trata de orientações que versam sobre processos auxiliares que subsidiam e devem facilitar a implantação das características da revisão aberta composta pelas seguintes diretrizes:

**B1 Realizar testes com as características escolhidas de revisão aberta:** como na etapa anterior definiu-se as características da revisão aberta adotadas antes da implementação definitiva, os respondentes dessa pesquisa apontaram a importância de realização de testes com esses aspectos:

R14: Teste seu uso e analise os resultados antes da adoção total para tomar uma decisão baseada em evidências.

R31: Se você não abrir comentários de revisão ou identidades, considere pelo menos tê-los embargados por um período de tempo definido. Isso daria os benefícios frequentemente buscados no sigilo, mas ainda manteria a auditabilidade de longo prazo do corpus acadêmico

As experimentações podem ser realizadas por meio de pré-testes com avaliadores selecionados intencionalmente ou com chamadas de submissões para autores e avaliadores publicarem e avaliarem sob a ótica da revisão aberta.

Entre os anos de 2014 a 2017, cinco periódicos da *Elsevier* participaram de um teste com a revisão por pares aberta. O estudo examinou os efeitos da publicação dos relatórios de avaliação no comportamento dos árbitros, ou seja, os autores queriam entender se os pareceristas tinham o conhecimento de que seus relatórios seriam publicados e se haveria alguma alteração em aspectos como a sua disposição para revisar, o tempo de resposta, o tom adotado nas considerações e nas recomendações finais (Bravo *et al.*, 2019).

Os relatórios foram atribuídos com DOIs, tornando-os citáveis e disponíveis junto ao artigo.

De modo geral, dos avaliadores que aceitam revisar os manuscritos: 95% afirmaram que a publicação de seu parecer não influenciou sua recomendação; 76% revelaram que o fato de seu parecer estar público não alterou o seu texto; 45% permitiram que seus nomes fossem divulgados; 36% dos que preferiram permanecer anônimos demonstraram interesse em revelar seus nomes em uma próxima avaliação aberta e 98% decidiram que aceitarão novos convites da revista. Sobre os avaliadores que recusaram o convite, 91% garantiram que a recusa não foi motivada em razão da revisão aberta e, desses, 68% revelaram ter sido a falta de tempo a justificativa para o declínio do convite (Elsevier, 2016).

Ao fim do estudo, a pesquisa concluiu que a revisão aberta nos moldes utilizados não compromete o sistema de revisão por pares e seus resultados, desde que o anonimato, como já discutido ao longo do texto, seja uma opção para os avaliadores. Neste [link](#) é possível acessar uma entrevista com um dos pesquisadores responsáveis pela condução do estudo. Estes aspectos de ensaio e testes proporcionaram subsídios necessários para discussão nas etapas posteriores de avaliação das características e suas possíveis adaptações.

**B2 Ofertar treinamentos e orientações para habituação e familiaridade com as características:** apesar das características da revisão aberta tornarem-se mais comuns em determinadas áreas e periódicos científicos nacionais e internacionais, como também em eventos, se faz necessário ofertar possibilidades e alternativas de contato para avaliadores, autores e até mesmo leitores que ainda não tenham familiaridade com o modelo e suas características

R2: Muitos revisores e editores podem não ter tido experiência trabalhando em um sistema de revisão aberta, por isso é importante que os editores invistam tempo na orientação, treinamento e supervisão de revisores e editores para que o sistema de revisão aberta funcione de acordo com as metas e objetivos previstos pelo editor.

R26: Criar e divulgar amplamente o código de ética de seu periódico que contemple claramente o processo e as implicações da revisão aberta.

Em vista disso, a elaboração de treinamentos, guias, manuais ou orientações disponibilizadas na política editorial, em alguma seção específica sobre as diretrizes de revisão por pares, ou no convite enviado para o parecerista, contribui para proporcionar maior habituação com o tema e para atingir os objetivos preconizados pelo periódico.

**B3 Oferecer hibridez e flexibilidade nas características adotadas:** a transição para práticas consoantes a Ciência Aberta pode encontrar resistências pela comunidade acadêmica e algumas das alternativas encontradas pelos periódicos para facilitar o processo são a possibilidade de adoção de modelos híbridos e oferecer flexibilidade nas características propostas, como afirmam os respondentes da pesquisa:

R17: pense muito antes de se comprometer e certamente ofereça anonimato opcional.

R30: Acho que nosso modelo é bom, tanto a revisão dupla cega quanto a aberta oferecem flexibilidade.

A hibridez e a flexibilidade, encontradas em 20% dos periódicos representados nesta pesquisa, oferecem a opção de escolha para autores e avaliadores entre modelos de revisão abertos e fechados, adotando características mais abertas ou anonimato opcional. Nesse sentido, Ross-Hellauer e Görögh (2019) apontam para a importância de estabelecer suas prioridades, que foram definidas na etapa anterior, considerando a implantação a partir de abordagens faseadas, tornando as aberturas opcionais, de modo que autores e avaliadores não se sintam pressionados ou coagidos.

**B4 Comunicar a comunidade acadêmica sobre o processo de implementação e torná-lo explícito nas políticas:** ainda sobre a implementação do modelo, é relevante tornar público, seja por meio de comunicados ou *newsletter*, mas também especialmente nas políticas editoriais da revista, os procedimentos que têm sido adotados e suas etapas, uma vez que Wolfram, Wang, Hembree e Park (2020) afirmam ser informações difíceis de serem localizadas.

Também é possível mencionar a divulgação da adoção das práticas abertas por meio de editoriais e outras comunicações, como já citado e feito pelos periódicos mencionados anteriormente, além do exemplo do estudo piloto realizado por periódicos da *Elsevier*, cujos resultados foram comunicados no artigo publicado pelos autores Bravo *et al.* (2019) na revista *Nature Communications*.

A **avaliação** consiste na etapa de análise dos resultados alcançados com as modificações propostas pelas características abertas adotadas e é composta pelas seguintes diretrizes:

**C1 Mensurar resultados, avaliar vantagens e desvantagens para decidir sobre continuação da adoção:** Faz-se necessário estabelecer parâmetros de avaliação, sejam quantitativos ou qualitativos, para que se possam mensurar e constatar quais os impactos, as vantagens e as desvantagens da implementação das características experimentadas. Tal balanceamento possibilitará ao periódico decidir se há interesse em continuar com a utilização das características ou realizar adaptações, que são discutidas na etapa seguinte.

**C2 Comunicar os resultados da implementação para a comunidade acadêmica:** tendo em vista os resultados alcançados, é primordial, segundo as diretrizes gerais de Ross-Hellauer e Görögh (2019) fornecer um *feedback* dos experimentos para os principais envolvidos no processo, especialmente avaliadores e autores, protagonistas do processo, bem como para leitores, pesquisadores e toda a comunidade acadêmica em geral.

A **adaptação** traduz-se na etapa de proporcionar as mudanças necessárias para o aperfeiçoamento de aspectos ou características identificadas por meio da avaliação e que por alguma razão constatada precisam ser aperfeiçoadas. Nessa perspectiva, as diretrizes foram elencadas abaixo:

**D1 Realizar alterações para equilibrar desvantagens e potencializar vantagens:** a partir dos elementos obtidos na avaliação da implementação e na adoção das características propostas, o editor e a equipe têm a capacidade de estabelecer adaptações por meio da mediação editorial, em prol de proporcionar modificações que gerem a utilização de características mais adequadas e personalizadas ao contexto e às necessidades do periódico em questão.

Para exemplificar, citou-se a possibilidade de o periódico adotar uma característica, como interação aberta entre avaliador e autor, mas também de perceber que esta não alcançou os resultados esperados ou não proporcionou mudanças significativas, em comparação ao modelo tradicional de avaliação utilizado anteriormente, e em vista disso deseja alterar e adaptar algumas características ou retomar o seu modelo.

Por fim, após a apresentação das diretrizes, cabe ressaltar que embora o conhecimento científico seja pautado por pressupostos, teorias e leis consideradas universais, a comunicação e as comunidades acadêmicas, nas quais os periódicos inserem-se, podem utilizar diferentes práticas de disseminação do conhecimento. Isto porque existem contextos acadêmicos e tradições disciplinares diversas, significando que apesar das recomendações dispostas, de um modo geral, cada periódico precisa levar em consideração os diferentes aspectos de seu contexto editorial e, se for o caso, incrementar, adaptar e modificar as diretrizes conforme as suas necessidades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas, diferentes modalidades de revisão por pares têm sido experienciadas e debatidas na literatura, desde modelos simples-cego, duplos-cego, triplos-cego, abertos, pré e pós-publicação, em busca de encontrar um modelo justo, eficiente e efetivo. Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação e, em especial, do acesso à internet, uma seara de movimentos em prol do acesso livre ao conhecimento científico estimulou a discussão acerca de implementar práticas mais abertas nas demais esferas que envolvem o ecossistema de produção científica, desde dados abertos, acesso aberto, métricas abertas, revisão aberta, entre outras.

Nesse ínterim de mudanças paradigmáticas nos meios de produção e disseminação do conhecimento científico, esta investigação buscou compreender como tem sido a implementação da revisão por pares aberta nos periódicos científicos. Para entender a revisão por pares aberta foi primordial levar em consideração a pluralidade e a amplitude das diferentes características que envolveram o conceito, proporcionando a capacidade de gerar configurações distintas e maior flexibilidade no uso desses modelos que, de uma maneira geral, objetivam proporcionar maiores níveis de transparência ao processo de avaliação do conhecimento científico.

A literatura científica ressalta a importância do desenvolvimento e elaboração de instruções para a implementação da revisão aberta, tendo em vista que instituições, centros de pesquisa e organismos internacionais envidam cada vez mais esforços para a sinergia entre as práticas científicas e a Ciência Aberta, a exemplo da biblioteca eletrônica SciELO, que orienta aos periódicos indexados em sua coleção para que adotem modelos de avaliação contendo o maior número de informações possível.

A partir desse contexto, este estudo indagou se há diretrizes metodológicas na literatura científica que orientem a adoção de características da revisão por pares aberta e quais as percepções dos editores de periódicos científicos, indexados como *open peer review* no *Directory of Open Access Journals*, sobre a implementação da revisão por pares aberta?

Por essa razão, para responder essas questões, intentou-se mapear e analisar propostas, modelos, recomendações e percepções de editores sobre a implantação da revisão por pares aberta, a fim de propor diretrizes da *open peer review* para periódicos científicos.

A respeito do objetivo de investigar se há na literatura científica diretrizes e orientações para aplicação da revisão aberta, este foi atingido, pois identificou-se uma pequena

quantidade de estudos que abordaram e discutiram esse processo, especificamente dois trabalhos, de autores internacionais já reconhecidos na literatura por estudarem a temática da revisão aberta, suas implicações, vantagens e desvantagens e que apesar de serem dois trabalhos consideravelmente citados por outras pesquisas, não eram conhecidos pelos participantes deste estudo, cujas respostas foram exploradas no objetivo seguinte.

Sobre o objetivo de conhecer e analisar a percepção de editores sobre a implementação da revisão aberta, ao fim da pesquisa, percebeu-se que a maioria dos periódicos decidiu adotar a revisão aberta, por acreditar que ela contribui para agregar maior transparência aos processos, mais qualidade e comprometimento na elaboração dos pareceres e afirmou pretender continuar utilizando o modelo aberto.

No que tange à contribuição da mediação editorial, esta mostrou-se primordial para a revisão aberta na visão dos respondentes, uma vez que atuou para facilitar a abordagem dialógica do modelo, além das possibilidades de antever, mediar e intervir em possíveis conflitos.

Apesar de inicialmente buscar investigar a experiência de editores da área de Comunicação e Informação, a amostra deste estudo seria provavelmente pequena, o que resultaria em uma parcela de baixa representação estatística. Por essa razão, optou-se por ampliar o escopo para os periódicos que cobriam todas as áreas do conhecimento científico. Embora o estudo fosse proposto a partir da ótica da Ciência da Informação, discutiu-se e analisou-se os resultados ora apresentados sob as perspectivas das demais áreas do conhecimento, em razão da interdisciplinaridade que perpassa a CI e os outros campos de estudo e ensino, uma vez que refletiram as características e percepções de diferentes editores e periódicos, nacionais e internacionais.

Além disso, compreendeu-se que a partir da percepção dos respondentes, impor a adoção da revisão aberta ou algumas de suas características, parece não produzir os resultados desejados. Adotar um modelo híbrido e flexível, com a abertura opcional, pode proporcionar maior familiaridade e gerar mais confiança ao modelo, seja para os editores, avaliadores, autores e leitores.

A respeito do objetivo de proposição de diretrizes, elaborou-se recomendações a partir da correlação dos dados e material bibliográfico, obtidos pela busca na literatura e nas respostas coletadas por meio do questionário, a respeito da experiência e percepção dos editores com a utilização de características de revisão aberta. As diretrizes foram segmentadas em quatro etapas que demonstraram ter a mediação editorial como eixo central e suporte essencial para a

consecução de cada uma delas. Cada etapa possuiu diferentes diretrizes que foram, de forma geral, orientações para a adoção da revisão aberta, mas que não se apresentaram de maneira absoluta ou impositiva, pelo contrário, foram percebidas a partir da ótica e do contexto singular em que cada periódico está inserido.

Por fim, mediante a consecução dos objetivos, conforme percebeu-se ao longo desta pesquisa, a correlação das discussões acerca da revisão por pares aberta com os estudos e a busca por iniciativas para reconhecimento e valorização dos avaliadores científicos, mostrou-se um caminho de oportunidades e possibilidades para futuras pesquisas que versem sobre as opções e convergência entre as duas temáticas.

Dessa forma, constatou-se que ações inerentes à revisão aberta, tais como a identificação dos avaliadores (identidades abertas) ou a publicação dos pareceres (pareceres abertos), possibilitaram a reivindicação, a vinculação e a atribuição de autoria dos pareceristas e seus relatórios de avaliação, que por muito tempo foram elaborados, analisados e arquivados pelo editor, bem como a elaboração de inúmeras estratégias, compreendendo desde o pesquisador individual até os níveis de macroambiente institucional, que pretendam contribuir com soluções para essa demanda da comunicação científica.

## REFERÊNCIAS

- ABADAL, E.; SILVEIRA, L. da; MELERO, R. Open peer review: casos prácticos y recomendaciones para editores. *In: CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE REVISTAS DE CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES*, 11., 2021, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: CRECS, 2021. p. 1-19. Disponível em: <https://digital.csic.es/handle/10261/246893>. Acesso em: 02 maio 2022.
- ALBAGLI, S. Ciência Aberta: movimento de movimentos. *In: SHINTAKU, M.; SALES, L. (org.). Ciência Aberta para Editores Científicos*. Botucatu: Abec, 2019. cap. 2. p. 15-19. Disponível em: [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf). Acesso em: 16 jun. 2022.
- ALMEIDA, M. A. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 19, n. 1, p. 11-18, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1829>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- AMARAL, J. C. do; PRÍNCIPE, E. A revisão por pares no contexto da Ciência Aberta: uma breve apresentação. *In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F. (org.). Ciência aberta para editores científicos*. Botucatu, SP: ABEC, 2019. p. 59-66.
- ANDRADE, R. de M.; MURIEL-TORRADO, E. Declarações de acesso aberto e a lei de direitos autorais brasileira. **RECHS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-5, nov. 2017. Suplemento. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/23722>. Acesso em: 31 out. 2022.
- APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. Acesso Aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 187-208, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50113>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- ARAÚJO, C. A. Á. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 01-30, dez. 2013. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 24 jan. 2021.
- ARAÚJO, P. C. de. Prospecção da revisão aberta por pares: o caso da AtoZ – novas práticas em informação e conhecimento: the case of AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento. **Abec Meeting**, [S. l.], 2022. DOI: 10.21452/abecmeeting2022.165. Disponível em: <https://ojs.abecbrasil.org.br/index.php/abec/article/view/165>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- ATOZ. **Políticas editoriais**. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/about/editorialPolicies#peerReviewProcess>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELMONTE, L. T. **El professor mediador del aprendizaje**. Chile: Arrayán, 2007.

BEREZIN, A. A. Hampering the progress of science by peer review and by the 'selective' funding system. **Science Tribune**, [S. l.], dez., 1996. Disponível em: <http://www.tribunes.com/tribune/art96/bere.htm>. Acesso em: 24 maio 2022.

BEZJAK, S. *et al.* **Manual de Formação em Ciência Aberta**. [S. l.]: FOSTERPlus, 2018. Disponível em: <https://foster.gitbook.io/manual-de-formacao-em-ciencia-aberta/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BIAGIOLI, M. From book censorship to academic peer review. **Emergences: Journal for the Study of Media & Composite Cultures**, v. 12, n. 1, p. 12-44, 2002.

BISPO, M. de S. The Impossibility of Open Science without Otherness and Epistemic Plurality. **Revista de Administração Contemporânea**, [S. L.], v. 26, n. 2, p. 1-7, 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210246.en>. Acesso em: 22 set. 2022.

BOMFÁ, C. R. Z.; CASTRO, J. E. E. Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital: o caso da Revista Produção Online. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2004. Acesso em: 29 abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200004>.

BRASIL. **Resolução N. 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 15 mar. 2023.

BRAVO, G. *et al.* The effect of publishing peer review reports on referee behavior in five scholarly journals. **Nature Communications**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1-8, 18 jan. 2019. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41467-018-08250-2>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRITO, R. F. de *et al.* **GUIA DE USUÁRIOS DO OJS 3**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2018. Acesso em: 15 jan. 2022. Disponível em: [https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1112\\_](https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1112_)

BRODIE, S. *et al.* Equity in science: advocating for a triple-blind review system. **Trends In Ecology & Evolution**, [S. L.], v. 36, n. 11, p. 957-959, nov. 2021. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tree.2021.07.011>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Inf. Inf., Londrina**, v. 15, n. esp, p. 1 - 12, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>. Acesso em: 29 abr. 2022.

CALDEIRA, A. P. S. O editor como mediador. **Varia Historia**, [S. l.], v. 35, n. 69, p. 683-687, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000300001>. Acesso em 15 jan. 2021.

CLARES, L. M. **Mediação editorial na comunicação científica: um estudo de dois periódicos de humanidades**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9325?show=full>. Acesso em: 02 set. 2023.

COIMBRA JUNIOR, C. E. A. Desafios à avaliação da literatura científica: a revisão pelos pares. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 19, p. 1224-1225, 2003.

COSTA, S. M. S. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. *In*: MARCONDES, C. H.; KURAMOTO, H.; TOUTAIN, L. B.; SAYÃO, L. (org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador, Brasília: UFBA, IBICT, 2005. p. 165-183. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1013/1/Bibliotecas%20Digitais.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

COUZINET, V. Ce que disent les revues: de la revue scientifique à une typologie des revues. *In*: COUZINET, Viviane. **Les revues: figure et cas**. Toulouse: Cepaduès, 2015. p. 9.

DAVYT, A.; VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. como será o futuro?. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 93-116, jun. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000200005>. Acesso em: 17 maio 2022.

DOAJ. **Guide to applying**. 2023a. Disponível em: <https://doaj.org/apply/guide/#basic-criteria-for-inclusion>. Acesso em: 07 ago. 2023.

DOAJ. **The DOAJ Seal**. 2023b. Disponível em: <https://doaj.org/apply/guide/#basic-criteria-for-inclusion>. Acesso em: 07 ago. 2023.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 1, p. 170-189, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37717>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ELLWANGER, J. H.; CHIES, J. A. B. We need to talk about peer-review—Experienced reviewers are not endangered species, but they need motivation. **Journal Of Clinical Epidemiology**, [S. l.], v. 125, p. 201-205, set. 2020. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclinepi.2020.02.001>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ELSEVIER. **Is open peer review the way forward?** 2016. Bahar Mehmani. Disponível em: <https://www.elsevier.com/connect/reviewers-update/is-open-peer-review-the-way-forward>. Acesso em: 20 set. 2023

ENAGO. **Quais são os critérios de revisão por pares?** 2020. Disponível em: <https://www.enago.com.br/academy/revisao-por-pares/>. Acesso em: 18 maio 2022.

FARIAS, M. G. G. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v6i2p106-125>. Acesso em: 06 jul. 2022.

FECHER, B.; FRIESIKE, S. Open Science: one term, five schools of thought. **The RatSWD Working Papers**, [S. l.], n. 218, 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2272036>. Acesso em: 11 set. 2022.

FORD, E. Defining and Characterizing Open Peer Review: a review of the literature. **Journal Of Scholarly Publishing**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 311-326, jul. 2013. Toronto: UTPress. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3138/jsp.44-4-001>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FORTALEZA, J. M.; BERTIN, P. R. B. A parceria para governo aberto e o compromisso pela ciência aberta. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F. (org.). **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu: ABEC, 2019. p. 21-28.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa survey. **RAUSP Management Journal**, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16542/o-metodo-de-pesquisa-survey/i/pt-br>. Acesso em: 06 set. 2022.

FREITAS, M. A.; LEITE, F. C. de L. Atores do sistema de comunicação científica: apontamentos para discussão de suas funções. **Informação & Informação**, n. 1, v. 24, p. 273-299, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110719>. Acesso em: 06 set. 2022.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G. OPEN PEER REVIEW SOB A ÓTICA DE EDITORES DAS REVISTAS BRASILEIRAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2017. p. 1-21. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104007>. Acesso em: 18 maio 2022.

GARCIA, J. C.; TARGINO, M. das G.; SILVA, K. L. Adoção da open peer review no Portal de Periódicos da Universidade Federal da Paraíba. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 1, n. 2, ed. especial, p. 168-174, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33467/conci.v1i2.10269>. Acesso em: 06 jul. 2022.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G. O FUTURO DA OPEN PEER REVIEW NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Uel, 2018. p. 4495-4513. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124658>. Acesso em: 18 maio 2022.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Communication and information processing within scientific disciplines: Empirical findings for psychology. **Information Storage and Retrieval**, 8, 123-126., 1972. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0020027172900411>. Acesso em: 13 maio 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GUIMARÃES, V. A. L.; HAYASHI, M. C. P. I. Os Eventos Científicos: espaços privilegiados para a comunicação da ciência. **Comunicologia - Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília**, v. 7, n. 2, p. 204-229, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rceucb/article/view/5656>. Acesso em: 29 abr. 2022.

HENDRINKS, G; LIN, J. Making peer reviews citable, discoverable, and creditable. **Blogue Crossref**. 2017. Disponível em: <https://www.crossref.org/blog/making-peer-reviews-citable-discoverable-and-creditable/>. Acesso em 30 ago. 2023.

HURD, J. M. The Transformation of Scientific Communication: A Model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science**. [S. l.], v. 51, n. 4, p. 1279-1283, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/1097-4571\(2000\)9999:9999::AID-ASI10443.0.CO;2-1](https://doi.org/10.1002/1097-4571(2000)9999:9999::AID-ASI10443.0.CO;2-1). Acesso em: 13 maio 2022.

KOWALCZUK, M.; SAMARASINGHE, M. Comparison of Acceptance of Peer Reviewer Invitations by Peer Review Model: Open, Single-blind, and Double-blind Peer Review. *In*: Eight International Congress on Peer Review and Scientific Publication. **Anais [...]**. 2017. Disponível em: <https://peerreviewcongress.org/abstract/comparison-of-acceptance-of-peer-reviewer-invitations-by-peer-review-model-open-single-blind-and-double-blind-peer-review/>. Acesso em 30 ago. 2023.

KRONICK, D. A. Peer Review in 18th-century Scientific Journalism. **JAMA: The Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 263, n. 10, p. 1321-1322, Mar. 1990. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/380935>. Acesso em: 18 maio 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 119 p

LIMA, D. C. F. DE *et al.* NOTAS- A INQUISIÇÃO E A RELAÇÃO BRUNO-GALILEU. **Arquivos do Mudi**, v. 8, n. 1, p. 69-72, 31 out. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/19018>. Acesso em: 18 maio 2022.

MAIA, F. C. de A.; FARIAS, G. B. de; FARIAS, M. G. G. Percepção sobre o compartilhamento de conhecimento entre avaliadores sob a ótica dos editores científicos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e022003, 2022. DOI: 10.20396/rdbci.v20i00.8667456. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8667456>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARTINS, H. C. A importância da Ciência Aberta (Open Science) na pesquisa em Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 1-2, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190380>. Acesso em: 26 out. 2022.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MENEGHINI, R. Cienciometria: indicadores, possibilidades e limitações para avaliação e políticas. In: VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDITORES E AUTORES DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DE ODONTOLOGIA, 6., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Pucrs, 2009. p. 1-14. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/odonto/pdf/RogérioMeneghini.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. As questões da comunicação científica e a ciência da informação. In: MUELLER, Suzana P. M.; PASSOS, Edilenice J. L. (org.). **Comunicação científica**. Brasília, DF: Ciência da Informação, 2000. p. 13-22.

NATURE COMMUNICATIONS. **Transparent peer review one year on**. [S. l.], 2016, v. 7, n. 13626, p. 1-2, 10 nov. 2016. <https://doi.org/10.1038/ncomms13626>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/ncomms13626#citeas>. Acesso em: 24 jul. 2020.

NASSI-CALÒ, L. **Avaliação por pares: modalidades, prós e contras** [online]. *SciELO em Perspectiva*, 2015. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/03/27/avaliacao-por-pares-modalidades-pros-e-contras>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NUNES, M. S. C. Mediação Editorial e dimensão estética em revistas científicas da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC. 2019. p. 1-18. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123905>. Acesso em: 28 jun. 2022.

OLIVEIRA, R. B. P. M.; NORONHA, D. P. A comunicação científica e o meio digital. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 15, n. 1, p. 75-92, 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/3114>. Acesso em: 29 abr. 2022.

OPEN RESEARCHER AND CONTRIBUTOR ID (ORCID). **About ORCID**. 2022. Disponível em: <https://info.orcid.org/what-is-orcid/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

PACKER, A. L., *et al.* **SciELO atualiza os critérios de indexação. Nova versão vigora a partir de maio de 2020** [online]. *SciELO em Perspectiva*, 2020. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2020/05/13/scielo-atualiza-os-criterios-de-indexacao-nova-versao-vigora-a-partir-de-maio-de-2020/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PECI, A. Adoção do Open Peer Review. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 56, n. 4, p. 1-2, jul. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/XKPF39wwJmWm6xTFbWjW8WQ/?lang=pt#>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PEDRI, P.; ARAÚJO, R. F. de. Soluções tecnológicas de apoio à revisão por pares aberta: mapeamento das principais ferramentas e características. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Enancib, 2021. p. 1-11. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/273/417>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PEDRI, P.; ARAÚJO, R. F. de. Vantagens e desvantagens da revisão por pares aberta: consensos e dissensos na literatura. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 26, n. Especial, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78583>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PEDRI, P. **Revisão por pares aberta na literatura Ibero-Americana**. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9826>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PESSANHA, C. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 226-229, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/Ntch65p4YJf4rbckkGQ5fWz/abstract/?lang=pt>. Acesso em 29 abr. 2022.

PINTO, V. B.; CAVALCANTE, L. E. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. *In: BENTES PINTO, V.; VIDOTTI, S. A. B. G.; CAVALCANTE, L. E. Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação*. Fortaleza: UFC, 2015. p. 15-34.

RAMACHANDRAN, R.; BUGBEE, K.; MURPHY, K. From Open Data to Open Science. **Earth And Space Science**, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 1-17, maio 2021. American Geophysical Union (AGU). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1029/2020ea001562>. Acesso em: 28 set. 2022.

RANALLI, B. A Prehistory of Peer Review: Religious Blueprints from the Hartlib Circle. **Spontaneous Generations: A Journal for the History and Philosophy of Science**, Toronto, v. 5, n. 1, p. 12-18, 2011. Disponível em: <http://spontaneousgenerations.library.utoronto.ca/index.php/SpontaneousGenerations/article/view/14973/12737>. Acesso em: 14 maio 2022.

REILLY, L. **About Publons**. 2022. Disponível em: <https://publons.freshdesk.com/support/solutions/articles/12000080400-about-publons>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ROBAINA CASTELLANOS, G. R.; SEMPER GONZALEZ, A. I. Ética de la revisión por pares en publicaciones científicas. **Rev. Med. Electrón.**, Matanzas, v. 41, n. 6, p. 1533-1549, dez. 2019. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1684-18242019000601533&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1684-18242019000601533&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 26 ago. 2023.

OMOTE, S. Revisão por pares na Revista Brasileira de Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S. L.], v. 11, n. 3, p. 323-334, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382005000300002>. Acesso em: 17 maio 2022.

RODRIGUES, W. G.; BAIARDI, A. Dificuldades de comunicação científica em um contexto de censura: o caso Galileu. **Cadernos de História da Ciência**, v. 11, n. 1, p. 103-130, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/cadernos/article/view/33883>. Acesso em: 14 maio 2022.

ROSS-HELLAUER, T. What is open peer review? A systematic review. [versão 2; revisão por pares: 4 aprovados]. **F1000Research**, v. 6, n. 588, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12688/f1000research.11369.2>. Acesso em: 18 out. 2022.

ROSS-HELLAUER, T.; DEPPE, A.; SCHMIDT, B. Survey on open peer review: attitudes and experience amongst editors, authors and reviewers. **Plos One**, [S. l.], v. 12, n. 12, p. 1-28, 13 dez. 2017. Public Library of Science (PLOS). Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0189311>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROSS-HELLAUER, T.; GÖRÖGH, E. Guidelines for open peer review implementation. **Research Integrity And Peer Review**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1-12, 27 fev. 2019. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <https://researchintegrityjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s41073-019-0063-9>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANTOS, S. R. DE O.; RIBEIRO, N. C. **Cinco escolas de pensamento da Ciência Aberta**. Figshare, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.12719333.v2>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, P. X. dos. (coord.). **Livro Verde - Ciência aberta e dados abertos: mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24117>. Acesso em: 30 out. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHMIDT, Birgit *et al.* Ten considerations for open peer review. **F1000Research**, [S. l.], v. 7, 2018. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/7-969>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo, SP: Scientific Electronic Library Online. 2020. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo, SP: Scientific Electronic Library Online. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20220900-criterios-scielo-brasil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SHINTAKU, M. *et al.* DISCUSSÃO SOBRE A AVALIAÇÃO ABERTA, NO ÂMBITO DA CIÊNCIA ABERTA. *In: ABEC MEETING*, 2019, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14295/biblos.v34i1.11189>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SHINTAKU, M.; BRITO, R. F.; FERREIRA JÚNIOR., R. S.; BARRAVIERA, B. Avaliação aberta pelos pares no âmbito da ciência aberta: revisão e reflexão. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 34, n. 1, p. 161-175, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14295/biblos.v34i1.11189>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVA, C. N. N. da; MOREIRO-GONZALEZ, J. A.; MUELLER, S. P. M. A revisão por pares a partir da percepção dos editores: um estudo comparativo em revistas brasileiras, espanholas e mexicanas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 126–143, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8640579>. Acesso em: 24 maio 2022.

SILVA, C. N. N. da; SILVEIRA, M. A. A.; MUELLER, S. P. M. Sistema de revisão por pares na ciência: o caso de revistas científicas do Brasil, da Espanha e do México. **Estudos em Comunicação**, [S. l.], n. 21, p. 235-250, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Suzana-Mueller/publication/289495909\\_Sistema\\_de\\_revisao\\_por\\_pares\\_na\\_ciencia\\_o\\_caso\\_de\\_revistas\\_cientificas\\_do\\_Brasil\\_da\\_Espanha\\_e\\_do\\_Mexico/links/56f5746808ae38d710a0d944/Sistema-de-revisao-por-pares-na-ciencia-o-caso-de-revistas-cientificas-do-Brasil-da-Espanha-e-do-Mexico.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Suzana-Mueller/publication/289495909_Sistema_de_revisao_por_pares_na_ciencia_o_caso_de_revistas_cientificas_do_Brasil_da_Espanha_e_do_Mexico/links/56f5746808ae38d710a0d944/Sistema-de-revisao-por-pares-na-ciencia-o-caso-de-revistas-cientificas-do-Brasil-da-Espanha-e-do-Mexico.pdf). Acesso em: 17 nov. 2022.

SILVA, D. *et al.* Comunicação científica sob o espectro da Ciência Aberta: um modelo conceitual contemporâneo. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-6, 30 nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v11i0.1414>. Acesso em: 01 maio 2022.

SILVA, F. C. C. da; SILVEIRA, L. da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, [S. l.], v. 31, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Acesso em: 22 set. 2022.

SILVA, K. L. N.; GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G. Efetivação da open peer review frente aos editores do Portal de Periódicos da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 8, 2021. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/281>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SILVA, S. F. R. da. **Revisão por pares e tecnologias eletrônicas**: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica. 2016. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVEIRA, L. da *et al.* Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**,

[S. l.], v. 26, p. 1-27, 2021. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/79646>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SPIER, Ray. The history of the peer-review process. **Trends in Biotechnology**, [S. l.], v. 20, n. 8, ago., 2002. Disponível em:  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167779902019856>. Acesso em: 18 maio 2022.

SPINAK, Ernesto. 350 anos de publicação científica: desde o “Journal des Sçavans” e “Philosophical Transactions” até o SciELO. **SciELO em Perspectiva**, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/03/05/350-anos-de-publicacao-cientifica-desde-o-journal-des-scaavans-e-philosophical-transactions-ate-o-scielo/#.YoLRlqjMJPY>. Acesso em: 16 maio 2022.

SPINAK, E. **O que está mudando no processo de revisão por pares**. São Paulo: Abec Meeting, 2018. 29 slides, color.

TARGINO, M. das G. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 97-105, ago. 2007. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115894>. Acesso em: 11 maio 2022.

TARGINO, M. das G.; TORRES, N. H. Comunicação Científica Além da Ciência. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, [S. l.], n. 7, p. 1-12, 23 jul. 2014. Universidade Federal do Paraná. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.5380/am.v0i7.36899>. Acesso em: 13 maio 2022.

THELWALL, M. *et al.* Does the use of open, non-anonymous peer review in scholarly publishing introduce bias? Evidence from the F1000Research post-publication open peer review publishing model. **Journal Of Information Science**, [S. l.], v. 47, n. 6, p. 809-820, 5 jul. 2020. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0165551520938678>. Acesso em: 27 jul. 2022.

THE ROYAL SOCIETY. **Science as an open enterprise**. London: The Royal Society Science Policy Centre, 2012. Disponível em:  
<https://royalsociety.org/~media/policy/projects/sape/2012-06-20-saoe.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

THE ROYAL SOCIETY. **History of the Royal Society**. 2022. Disponível em:  
<https://royalsociety.org/about-us/history/>. Acesso em: 18 maio 2022.

UNESCO. **Implementation of the UNESCO Recommendation on Open Science**. [S. l.]: Unesco, 2022. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por). Acesso em: 20 set. 2022.

VAN ROOYEN S; DELAMOTHE T; EVANS S. J. W. Effect on peer review of telling reviewers that their signed reviews might be posted on the web: randomised controlled trial. **BMJ**, [S. l.], v. 341, n. 162, p. 1-16, 16 nov. 2010. BMJ. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1136/bmj.c5729>. Acesso em: 03 ago. 2022.

VASCONCELOS, B. C. E. O cegamento na pesquisa científica. **Rev. cir. traumatol. buco-maxilo-fac.** [S. l.], v. 16, n. 1, 2016, p. 5. Disponível em: [http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-52102016000100001](http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-52102016000100001). Acesso em: 28 jun. 2022.

VITON-CASTILLO, A. A.; GARCIA-ESPINOSA, E.; ARENCIBIA-PAREDES, N. M. Bases para la implementación de la ciencia abierta. **Rev. inf. cient., Guantánamo**, [S. l.], v. 99, n. 2, p. 168-177, abr. 2020. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1028-99332020000200168&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1028-99332020000200168&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 23 set. 2023.

WERLANG, E. **Revisão por pares**: um estudo da gestão de avaliadores nas revistas científicas brasileiras. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2013.

WOLFRAM, D.; WANG, P.; HEMBREE, A.; PARK, H. Open peer review: promoting transparency in open science. **Scientometrics**, [S. l.], v. 125, n. 2, p. 1033-1051, 26 maio 2020. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11192-020-03488-4>. Acesso em: 21 set. 2022.

YAMAMOTO, O. H. As responsabilidades do editor de um periódico científico. **Estud. psicol.**, Natal, v. 7, n. 1, p. 3-4, jan. 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2002000100001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000100001). Acesso em: 24 jan. 2021.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZIMAN, J. **A força do conhecimento**. Belo Horizonte: Ed. Atibaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

## APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (QUESTIONÁRIO)

1) Qual é a sua área de formação?

2) Há quanto tempo você atua como editor da revista?\*

3) Qual é a área de escopo da revista?\*

- Administração
- Arquitetura e Urbanismo
- Ciência da Informação
- Comunicação
- Demografia
- Desenho Industrial
- Direito
- Economia
- Economia Doméstica
- Planejamento Urbano e Regional
- Museologia
- Serviço Social
- Turismo

Outra:

4) A revista utiliza apenas a revisão aberta ou utiliza um modelo híbrido de revisão cega e revisão aberta?

5) Há quanto tempo a revista adota a revisão por pares aberta?

6) Quais características da revisão aberta a revista adota? (ROSS-HELLAUER, 2017)

- Identidades abertas
- Pareceres abertos
- Interação aberta entre autor e avaliador
- Publicação *preprint*
- Outros:

7) Por que a revista decidiu adotar a revisão aberta?

8) Houve algum tipo de reação da comunidade acadêmica em razão da adoção da revisão aberta pela revista?

- Maior número de recusas para avaliar artigos

- ( ) Menor número de submissões de trabalhos
- ( ) Elogios, comentários ou críticas da comunidade
- ( ) Não percebi qualquer tipo de reação
- ( ) Outros:

9) Por favor, em caso de resposta positiva na pergunta anterior, descreva brevemente o tipo de reação indicada.

10) Em sua percepção, a adoção da revisão aberta causou alteração em algum desses aspectos relacionados aos pareceres da avaliação?

- ( ) No tempo de entrega
- ( ) Na extensão do parecer
- ( ) Na forma de elaborar (ex.: mais respeitoso, mais detalhado, menos agressivo, mais metuculoso)
- ( ) Não percebi alterações

11) Por favor, no caso de ter percebido as alterações mencionadas na questão anterior, descreva-as brevemente.

12) Você conhece algum tipo de proposta, modelos ou recomendações de diretrizes metodológicas que orientam a adoção dessa modalidade de avaliação? Se sim, qual proposta, modelo ou recomendação você conhece?

13) Quais foram as etapas adotadas pela revista para a implementação da revisão aberta?

14) A revista utiliza alguma solução tecnológica como apoio para assegurar a revisão aberta? (ex.: Repositórios de *preprint*, *Hypothes.is*, *Open Journal System*, *PubPeer*, *F1000 Research*, *ScienceOpen*).

15) Em sua opinião, qual é a importância da mediação do editor para a adoção e para a utilização da revisão aberta?

16) A partir da experiência com esse modelo, a revista pretende continuar utilizando a revisão aberta?

17) Qual recomendação ou sugestão você daria para editores e periódicos que tenham interesse em adotar a revisão aberta?

Sinta-se livre para oferecer alguma sugestão, crítica ou elogio.

## APÊNDICE B - REGISTRO DO CONSENTIMENTO E DO ASSENTIMENTO

### OPEN PEER REVIEW IN SCIENTIFIC JOURNALS INDEXED IN DOAJ

Dear editor,

You are being invited to participate in the master's research entitled "Open peer review in scientific journals", developed by me, Francisca Clotilde de Andrade Maia, librarian and master's student of the Graduate Program in Information Sciences (PPGCI) at the Federal University do Ceará (UFC), under the guidance of Profa. Dr. Maria Giovanna Guedes Farias, also from PPGCI/UFC.

The research's target audience is editors of scientific journals indexed in the Directory of Open Access Journals (DOAJ) and who are supporters of open peer review. The objective is to map and analyze editors' perceptions about the implementation of open peer review in order to propose guidelines for the adoption of open review for journals.

Your participation is voluntary, does not bring legal complications and you can withdraw your consent at any time, so that your refusal will not imply any loss or penalty. By choosing to participate in this study, you will not receive any direct benefit or payment of a financial nature. It ensures that the information provided will be kept confidential, that all data will be anonymized and stored in safe places.

The survey consists of a questionnaire with 17 open and closed questions. Thus, your participation in this investigation is essential to help understand the adoption of open peer review in scientific journals and the contribution of editor mediation to this process.

The digital preservation strategies of the data obtained in this research are described in a Data Management Plan (PGD) prepared and published on the DMPTool platform with the designation of a [Digital Object Identifier \(DOI\)](#).

The results obtained through this questionnaire will be presented in the master's thesis that is being developed at the PPGCI/UFC, which will be available in full at the [UFC Institutional Repository](#) after the defense. In addition, other types of publications can be produced from the data obtained, such as communications presented at events and articles published in scientific journals or book chapters, reiterating the commitment to maintain the confidentiality of data that may identify them.

I remain at your disposal to provide any clarification on the research, at any stage.

Master's student: Francisca Clotilde de Andrade Maia  
 E-mail: [clotildeandrade@alu.ufc.br](mailto:clotildeandrade@alu.ufc.br)  
 Advisor: Prof. Dr. Maria Giovanna Guedes Farias  
 Institution: Graduate Program in Information Science – Federal University of Ceará (PPGCI/UFC)  
 Address: Av. da Universidade, 2762 – Benfica, Fortaleza – Ceará, 60020-181.

[clotildeoth@gmail.com](mailto:clotildeoth@gmail.com) [Alternar conta](#)



Não compartilhado

\* Indica uma pergunta obrigatória

Do you agree to participate in the survey? \*

Yes

No

Dear editor,

You are being invited to participate in the master's research entitled “Open peer review in scientific journals”, developed by me, Francisca Clotilde de Andrade Maia, librarian and master's student of the Graduate Program in Information Sciences (PPGCI) at the Federal University do Ceará (UFC), under the guidance of Profa. Dr. Maria Giovanna Guedes Farias, also from PPGCI/UFC.

The research's target audience is editors of scientific journals indexed in the Directory of Open Access Journals (DOAJ) and who are supporters of open peer review. The objective is to map and analyze editors' perceptions about the implementation of open peer review in order to propose guidelines for the adoption of open review for journals.

Your participation is voluntary, does not bring legal complications and you can withdraw your consent at any time, so that your refusal will not imply any loss or penalty. By choosing to participate in this study, you will not receive any direct benefit or payment of a financial nature. It ensures that the information provided will be kept confidential, that all data will be anonymized and stored in safe places.

The survey consists of a questionnaire with 17 open and closed questions. Thus, your participation in this investigation is essential to help understand the adoption of open peer review in scientific journals and the contribution of editor mediation to this process.

The digital preservation strategies of the data obtained in this research are described in a Data Management Plan (PGD) prepared and published on the DMPTool platform with the designation of a [Digital Object Identifier \(DOI\)](#) .

The results obtained through this questionnaire will be presented in the master's thesis that is being developed at the PPGCI/UFC, which will be available in full at the [UFC Institutional Repository](#) after the defense. In addition, other types of publications can be produced from the data obtained, such as communications presented at events and articles published in scientific journals or book chapters, reiterating the commitment to maintain the confidentiality of data that may identify them.

I remain at your disposal to provide any clarification on the research, at any stage.

Master's student: Francisca Clotilde de Andrade Maia

E-mail: [clotildeandrade@alu.ufc.br](mailto:clotildeandrade@alu.ufc.br)

Advisor: Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias

Institution: Graduate Program in Information Science – Federal University of Ceará (PPGCI/UFC)

Address: Av. da Universidade, 2762 – Benfica, Fortaleza – Ceará, 60020-181.

## APÊNDICE C - PLANO DE GESTÃO DE DADOS

### Plano de Gestão de Dados criado usando DMPTool

**DMP ID:** <https://doi.org/10.48321/D1WS67>

**Título:** Revisão por pares aberta: percepção dos editores de periódicos científicos indexados no Directory of Open Access Journals

**Criador:** Francisca Clotilde de Andrade Maia - ORCID: 0000-0003-3885-0580

**Afiliação:** Universidade Federal do Ceará (ufc.br)

**Financiador:** Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (funcap.ce.gov.br)

**Modelo:** Universidade Federal do Ceará: template genérico

**Data de início:** 04-30-2021

**Data final:** 04-30-2023

**Última modificação:** 09-27-2023

### REVISÃO POR PARES ABERTA: PERCEPÇÃO DOS EDITORES DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS INDEXADOS NO DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS

#### 1) Tipos de dados e materiais produzidos

##### Quais são os tipos de dados que seu projeto poderá gerar?

- *Texto*
- *Planilhas (dados numéricos)*
- *Imagens*
- *Questionário*

##### Como os dados serão coletados ou criados?

Os dados serão coletados por meio da aplicação de questionário eletrônico disposto na plataforma Formulários Google. Ao fim da coleta, a plataforma gera uma planilha com os dados obtidos em formato .xlsx.

##### Qual documentação irá acompanhar os dados e quais metadados serão adotados para explicar e descrever o conjunto de dados?

Uma planilha em formato .xlsx com metadados do tipo descritivos para contextualizar os dados obtidos.

#### 2) Segurança, armazenamento e backup

##### Onde serão armazenados os dados de pesquisa durante o desenvolvimento do projeto?

Os dados de pesquisa serão armazenados na plataforma nuvem Google Drive, com acesso por meio da conta Google da autora da pesquisa.

##### Como serão gerenciadas as questões de controle de acesso e segurança aos dados?

Inicialmente, o acesso aos dados será restrito à autora do projeto e sua orientadora, Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias.

##### Qual será a frequência de backup dos dados durante a pesquisa e quais serão os procedimentos adotados para assegurar que os dados não serão perdidos?

O backup dos dados da pesquisa será realizado uma vez por mês nas plataformas de armazenamento em nuvem Google Drive, MEGA e One Drive.

### 3) Políticas de acesso, compartilhamento e reutilização

**Há questões éticas e legais relacionadas aos dados coletados? Se houver, de que forma isso será administrado?**

A fim de se adequar aos procedimentos éticos exigidos, o estudo conta com a disponibilização de um Registro do Consentimento e do Assentimento para tornar os respondentes cientes das condições de participação da pesquisa, bem como da anonimização e sigilo de sua identificação nos dados.

Além disso, os aspectos éticos da pesquisa survey baseiam-se nos pressupostos legais dispostos na Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Atendendo aos princípios da resolução, entende-se que essa pesquisa é isenta de apreciação pelo Comitê de Ética, uma vez que tem o intuito de aprofundar o conhecimento teórico a respeito de situações que versam de forma espontânea e contingencial da prática profissional do editor científico, resguardando o sigilo de sua identidade e de quaisquer outras informações que possam identificá-lo. Apesar da dispensa de apreciação perante o Comitê de Ética, segue junto ao preenchimento do questionário o Registro do Consentimento e do Assentimento.

**Os dados coletados envolvem pesquisa com seres humanos ou animais? Se sim, descreva quais os passos e procedimentos realizados durante o processo de pesquisa, desde o envio para a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, registro de protocolos, bem como da obtenção de autorização por meio de algum documento ou termo de consentimento informado, livre e esclarecido, entre outros detalhes.**

Os dados coletados envolvem pesquisas com seres humanos e os aspectos éticos e legais que envolvem a pesquisa foram apresentados na questão anterior.

**Será aplicado algum período de embargo ou retenção dos dados de pesquisa? Informe se haverá ou não a aplicação de embargo, retenção ou outras restrições que afetem o acesso, a reutilização e o compartilhamento dos dados. Inclua também os motivos para isso.**

Não haverá a aplicação de período de embargo para o acesso, reutilização e compartilhamento dos dados da pesquisa.

### 4) Seleção e preservação

**Quais dados e produtos de pesquisa serão mantidos, compartilhados e/ou preservados a longo prazo? Indique ainda onde os dados serão depositados (nome do repositório de dados).**

Os dados de pesquisa e o material instrucional elaborado como resultado final serão depositados no repositório Zenodo.

**Quando os dados serão disponibilizados para a comunidade de pesquisa, instituições e/ou público em geral e por quanto tempo?**

Os dados serão disponibilizados logo após a defesa da dissertação, por tempo indeterminado.

**Serão atribuídos identificadores persistentes para os dados a fim de que possam ser encontrados, acessíveis, reutilizáveis e identificáveis? Descreva como isso será feito.**

O depósito dos dados no repositório Zenodo permite a recepção de um Digital Object Identifier (DOI) ao conjunto de dados depositados.

### 5) Produtos informacionais

**As publicações (artigos, relatórios, livros, capítulos etc.) relacionadas aos dados de pesquisa do projeto serão distribuídos ou disponibilizados em versões pré-publicação (preprint)? Em caso afirmativo, indique onde e sob quais licenças. Informe ainda se uma cópia das publicações serão depositadas no repositório institucional de publicações de sua instituição.**

Os trabalhos derivados da pesquisa serão publicados em periódicos científicos de acesso aberto ou apresentados em eventos científicos e depositados no Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará sob a licença Creative Commons.

**Em seu projeto está previsto o uso de alguma ferramenta especializada/software/ código/aplicativo ou afins que seja necessária para acessar ou manipular dados de pesquisa?**

Não

**Em seu projeto foram criados websites ou produzidos outros conteúdos que estão disponíveis na internet?**

Não

**Em seu projeto foram produzidos trabalhos artísticos, fotografias, materiais em áudio/vídeo, materiais instrucionais ou de uso pedagógico?**

Sim

**Para trabalhos artísticos, fotografias, materiais em áudio/vídeo, materiais instrucionais ou de uso pedagógico, entre outros, informe onde os produtos finais (versões editadas e finalizadas) serão armazenados ou arquivados. Além disso, indique se as versões brutas/não editadas do trabalho serão arquivadas e disponibilizadas. Em caso afirmativo, indique onde, incluindo quem será o proprietário dos direitos autorais das versões brutas/não editadas e sob quais licenças as obras serão disponibilizadas ao público, isto é, quais serão os usos permitidos?**

O material instrucional, materializado por meio de orientações metodológicas, a ser produzido será disponibilizado na versão final da dissertação de mestrado. Além disso, é possível realizar uma readaptação do material para um formato mais didático, como cartilha ou outro material pedagógico.

## **6) Papéis e responsabilidades sobre os dados e recursos**

**Quem serão os responsáveis pelo gerenciamento dos dados? Descreva todas as funções e responsabilidades de cada uma das partes, direitos e obrigações, incluindo um plano de contingência em casos de mudanças de pessoal no decorrer do projeto, tais como a saída de um membro, coordenador, bolsista, pesquisador, colaborador etc.**

A responsável por todas as atividades de gerenciamento do conjunto de dados será a autora do projeto e da dissertação de mestrado.

**Quais são os custos e de quais recursos você precisará para entregar seu plano? Descreva todos os custos ou uma estimativa que possa constar em um orçamento decorrentes da gestão dos dados.**

Os recursos necessários para a entrega do plano são o repositório Zenodo para o depósito dos dados. As plataformas Google Drive, Documentos, Formulários e Planilhas Google para a criação, coleta, análise, edição e gerenciamento dos dados e as plataformas nuvem MEGA e One Drive para o depósito secundário do conjunto de dados.